

SIDINALVA MARIA DOS SANTOS WAWZYNIAK

HISTÓRIAS DE ESTRANGEIRO
PASSOS E TRAÇOS DE IMIGRANTES JAPONESES (1908-1970)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História, no Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin

CURITIBA

2004

A minha mãe, Antonieta, essa matriarca que me preparou para a vida.

A Laiana e Jamila, pelo carinho, paciência e apoio durante esse período de ausência, e pela cumplicidade com o meu trabalho, perguntando, buscando fontes, fotografando, fazendo críticas. Sem o apoio de vocês, talvez tivesse sido muito mais difícil chegar aqui...

A Paulo Maria Tunucci (in memoriam). A esse homem que me escolheu como filha e que me deu muitas possibilidades na vida.

A Silvia e Sônia (in memoriam). Eternamente irmãs.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas envolvidas na produção deste trabalho. A elas quero, neste momento, publicamente agradecer.

Meu especial agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Sergio Odilon Nadalin, pela generosidade, atenção e respeito com que lidou com as minhas angústias e incertezas. O seu interesse pelo tema, as leituras, sugestões e análise foram fundamentais para o meu desempenho nesta empreitada.

Agradeço às *Õkii Mestres*, Antônia Schwinden, Maria Luiza Andreazza, Etelvina Maria de Castro Trindade, que generosamente abriram os caminhos e possibilitaram a tradução dos meus devaneios neste momento tão importante de minha trajetória acadêmica.

Às minhas amigas *kamikaze* – “vento divino” –, Antônia, Etelvina e Malu, guardiãs, que me acolheram durante este percurso. Que entraram na minha “história” por inteiro e ampliaram as minhas possibilidades abrindo novas rotas.

Agradeço aos participantes da banca de qualificação, professora Doutora Maria Luiza Andreazza e Professor Doutor Roberto Lamb, por suas atentas leituras e valiosas observações que permitiram uma reorganização e estruturação do trabalho final.

Agradeço aos meus queridos amigos Terezinha, Grazyna e Pedro, pelo carinho, apoio e cumplicidade durante todo esse processo. A Pedro também devo lembrar dos porquês. E também pelas busca em livrarias e bibliotecas de São Paulo e Salvador de referência que pudesse contribuir com a pesquisa, mas principalmente pela constante preocupação com a finalização do trabalho. A Grazyna, que torcia e planejava a comemoração da tese.

Agradeço a discussão para a elaboração dos instrumentos da pesquisa e a busca de fontes e informantes no transcorrer da elaboração da tese, a Roseli e Emílio Boschilia.

Aos amigos da **Universidade Tuiuti do Paraná**, que compartilharam comigo esta particular etapa de minha vida: Mara Canalli, Maria Ignês Mancini de Boni, Maria do Carmo Amaral, Valéria Floriano, Erivan Karvat, Walfrido Soares de Oliveira Jr., Ieda Viana, Sergio Feldman, Geraldo Pieroni, Helena Isabel Mueller, Isabel Cristina Couto e Claudio Denipoti. Em especial a Wilma de Lara Bueno e o Clóis Mendes Gruner, pelas críticas e sugestões e a Marilda Iwaya, que por sua generosidade viabilizou o acesso às memórias de sua família tão cara aos filhos.

Aos colegas da Pós-Graduação UFPR Ana Paula, Ivonete, Emerson, Geraldo, com os quais compartilhei angústias, incertezas e descobertas, teóricas e práticas. Em especial a Ana Molina, pela amizade e carinho na pesquisa nos acervos de Londrina.

No transcorrer da coleta das fontes, várias pessoas contribuíram de forma decisivas para a efetivação do meu trabalho. Agradeço especialmente a Liz Andreia, Vanessa Zoca, Angela Cherobim, Viviane Tulio e Gelson Pereira.

Agradeço a paciência e o carinho da minha amiga Luci, pelas inúmeras ajudas relacionadas às questões burocráticas do curso de Doutorado.

Agradeço a Albertina e Atisui, por cuidarem da minha saúde física e espiritual me dedicado horas de seu tempo ouvindo as minhas angústias e dilemas. E a Neusa e Sanae, pelo carinho na tradução das minhas fontes em japonês.

Às minhas filhas, Laiana e Jamila, que souberam compreender as minhas ausências e o meu humor oscilante. Ao Rodrigo, que com sua calma auxiliou nos trabalhos de bastidores. E a Neide que gerenciou minha casa nesse período e cuidou da Dondoca.

Minha gratidão a todos os entrevistados que se dispuseram a falar sobre suas vidas e àqueles que disponibilizaram os Livros de Memórias – em particular a Marta Kumagai – revelando suas histórias, e ao Cláudio Seteo pelo carinho que disponibilizou os suas fontes, o que tornou possível a narração de uma “nova história”.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - UM CENÁRIO DOS ANCESTRAIS	14
1.1 A FORÇA DOS CLÃS.....	14
1.2 O IMPÉRIO DOS <i>SHOGUNS</i>	20
1.3 ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE.....	28
1.4 DESAFIOS DA MODERNIDADE	43
CAPÍTULO 2 - ROTAS DA ESPERANÇA	49
2.1 EM DIREÇÃO AO CRUZEIRO DO SUL	49
2.2 O CONFRONTO DAS EXPECTATIVAS.....	53
2.2.1 A Oportunidade Verde	53
2.2.2 "O Perigo Amarelo".....	57
2.3 SER ESTRANGEIRO	62
2.4 SER ITINERANTE.....	72
2.4.1 Pelas Fazendas Paulistas	73
2.4.2 Em Terras Paranaenses	83
2.4.3 Enfim, a Capital.....	89
CAPÍTULO 3 - PARA SER E PERTENCER	102
3.1 ENTRELAÇANDO IDENTIFICAÇÕES.....	102
3.2 CONTORNOS FAMILIARES	118
3.3 PELAS VIAS DO TRABALHO	131
3.4 EDUCAÇÃO	146
3.5 DAS CRENÇAS E DOS RITOS.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	184

RESUMO

Este estudo trata da imigração japonesa no Brasil no período de 1908 a 1970; privilegia, no entanto, a etapa posterior às entradas das sucessivas levas imigratórias, com o intuito de focalizar os motivos da "remigração" das fazendas e núcleos paulistas para o território paranaense e os recursos culturais acionados por esses imigrantes para a formação de espaços de sua identificação. Sendo assim, o imigrante que merece a atenção desta pesquisa é aquele que desembarcou em São Paulo como trabalhador contratado ou pequeno proprietário e posteriormente deslocou-se para o Estado do Paraná. Em especial, o objetivo do estudo é compreender a especificidade dessa mobilização, a estratégia de inserção na sociedade nacional e a permanência ou não de valores culturais que compõem a representação desses imigrantes japoneses e seus descendentes. Inicialmente a pesquisa percorre os acontecimentos históricos da sociedade japonesa, principalmente a Era Edo (1603-1868) e a restauração do Império Meiji (1868), que antecedem o processo emigratório, à guisa de um pano de fundo que deixa perceber a visão de mundo, a estrutura do poder, a organização social dessa sociedade. Com isso, têm-se os elementos para tratar dos valores e das representações que caracterizam a identidade nipônica. Na seqüência, apresenta-se o contexto da imigração no Brasil. Procura-se mostrar o impacto da chegada e o processo de instalação dos japoneses na sociedade brasileira. Acompanha-se o fenômeno de mobilidade geográfica desses imigrantes marcando uma rota que tem início no Estado de São Paulo, nas fazendas de café, alcança ao Estado do Paraná, nos núcleos, principalmente da região Norte, até o deslocamento para as cidades. Desde esse ponto, diferentes narradores, autores dos livros de memórias, conduzem a análise. O que se pretende é que as lembranças dos memorialistas ajudem a tecer tanto as trajetórias quanto as experiências de vida dos imigrantes. A seguir, tem-se a análise das estratégias postas em prática pelos imigrantes japoneses para recriar seu universo cultural na terra de adoção. Os valores família, trabalho, educação e religião são tomados como os mais representativos na constituição do "ser japonês". Por último, trata-se de verificar como os imigrantes, lançando mãos de seus valores e suas representações, construíram um espaço singular por eles denominado "Colônia".

Palavras-chave: história da imigração japonesa, "remigração", valores culturais, identificação.

ABSTRACT

The present study focuses on the Japanese immigration to Brazil between 1908 and 1970, highlighting the period after the successive migration group arrivals. It aims at studying the reasons why the Japanese re-immigrated from São Paulo farms and nuclei to the Paraná territory, and what cultural resources they used to establish their own areas. This way, the immigrants focused by this research were those who arrived in São Paulo to work as employees or to establish their own small business, and that later on moved to the State of Paraná. This study main objective is to understand the specificity of this move, the strategy of their insertion in the Brazilian society and the permanence of the cultural values that represent these Japanese immigrants and their descendants. At first the research analyzes the Japanese society historical events, mainly concerning the Edo Era (1603-1868) and the Meiji Empire (1868), which preceded the immigration process, in order to understand such society views on the world, government structure and social organization. This procedure provided the elements to understand the values and symbolic significances that characterize the Japanese identity. After that, we show the context of the Japanese arrival and establishment impact on the Brazilian society. We also followed the geographic movement of these immigrants that arrived in the São Paulo coffee farms and then moved to Paraná, mainly to the northern region rural areas, and afterwards to its cities. From this point on, our analysis is based on the different narrator and book author memories on the subject, which helped us to design the Japanese immigrant trajectories and life experiences. Next, we analyzed the strategies used by the Japanese to recreate their cultural universe in the land they have chosen to live in. The most important values of “being Japanese” are the family, work, education and religion values. Finally we checked how the immigrants used their values and symbolic significances to build a special space they call “colony”.

Key-words: japanese immigration history, re-immigration, cultural values, identification.

INTRODUÇÃO

*Por que estudar o estrangeiro?
Porque é um significante que me questiona pessoalmente,
já que sou desde sempre,
o que se chama **uma estrangeira**.*

(Catarina Koltai)

Quem, afinal, não se sentiu um dia "um pouco estrangeiro" em sua própria terra? A epígrafe nos propõe um questionamento existencial sobre o sentido de pertencer que pode suscitar uma interminável narrativa dos nossos percursos, dos nossos feitos, das nossas aspirações individuais e coletivas... Mas, quando nos deparamos com um outro "um pouco mais estrangeiro" e podemos interpretar a sua narrativa, estamos diante da possibilidade de contar "histórias de estrangeiro".

Este estudo aborda uma temática já "clássica" dos estudos históricos: a imigração. Essa incursão é muito comum, mas o que pode torná-la única é a proposta de acompanhar as particularidades e singularidades das leituras e interpretações de cada grupo de imigrantes abordado. Esses diferentes olhares para o mesmo objeto expõem não só a sua riqueza empírica, como também uma população que guarda na memória parte, pedaços de histórias locais, regionais e, ou, nacionais.

Migrar é descobrir e conquistar espaços, demarcar territórios, criar fronteiras, mas também aventurar num mundo desconhecido em busca de novos projetos de vida pautados na descoberta e na procura de condições melhores.

Foram muitos os condicionantes que deram origem aos fenômenos de deslocamentos populacionais, em todos os continentes, cujas sínteses, em geral, são: "a pobreza, as dificuldades para sobreviver e a superpopulação nos países de

origem".¹ Além desses, o universo subjetivo também foi um elemento importante na constituição desse processo. Segundo Andrezza, "ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, chamado por alguns de ilusão migratória",² fundamentada na mobilidade que daria como recompensa melhores posições sociais.³

Com base nesses argumentos, a imigração pode ser interpretada como o recomeço de uma história para o indivíduo ou para o grupo. A busca de caminhos sustentada em projetos de vida. Uma aventura que requer mudança de comportamento, entendimento de novos códigos, reformulação da rede de significado cultural e uma disposição para o encontro do 'outro' e para construção de novas relações sociais, "um fato excepcional na trajetória de um determinado grupo social, implicando necessariamente um recomeço".⁴

É nesse contexto de mudança e recomeço que se inserem as preocupações deste estudo que trata da imigração japonesa para o Brasil no período de 1908 a 1970. Vale salientar, no entanto, que se pretendeu privilegiar a etapa posterior às entradas das sucessivas levas imigratórias com o intuito de focalizar os motivos da "remigração"⁵ das fazendas e núcleos paulistas para o território paranaense e os recursos culturais acionados por esses imigrantes para a formação de espaços de sua identificação.

¹PETRONE, M. T. S. Imigração. In: BORIS, Fausto. **O Brasil republicano**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.95. v.2.

²ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana (1895-1995). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p.15.

³ANDREAZZA, op. cit.

⁴ANDREAZZA, op. cit., p.2.

⁵Tomou-se o termo por empréstimo de NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil**: ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p.140.

Sendo assim, o imigrante que merece a atenção desta pesquisa é aquele que desembarcou em São Paulo como trabalhador contratado ou pequeno proprietário e posteriormente deslocou-se para o Estado do Paraná. Em especial, o objetivo do estudo é compreender a especificidade dessa mobilização, a estratégia de inserção na sociedade nacional e a permanência ou não de valores culturais que compõem a representação desses imigrantes japoneses e seus descendentes.

Para dar conta dessa análise, o conjunto de questões que se deve responder, considera:

- Que a entrada das diferentes levas no Brasil aconteceu em diversos momentos com características originais, diferenciadas, a saber, no período anterior à Primeira Guerra Mundial (1908-1918), na fase que pode ser caracterizada como o entreguerras (1919-1939) e após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista os reflexos ocorridos, até 1970.
- Que esses imigrantes são portadores de culturas e representações originárias de dinâmicas pertencentes a fases específicas no país de partida, ou seja, do Japão.
- Que, no Brasil, os imigrantes japoneses entraram no país na época da Grande Imigração (1850-70 até a década de 1930⁶), mas não com as características das populações imigrantes européias, e foram organizados em núcleos previamente estabelecidos para **seus** grupos. Exceção feita aos primeiros, destinados à lavoura de café de São Paulo.
- Que, no momento da entrada dos imigrantes japoneses, o Brasil sofria um processo de expansão de fronteiras agrícolas, sobretudo com base no avanço da agricultura cafeeira, que permitiu aos nipônicos uma mobilidade geográfica que outros grupos não tiveram.

⁶Segundo periodização estabelecida por Nadalin.

- Ao fim e ao cabo, se olharmos a outra ponta do processo, focalizando a sociedade brasileira dos anos 1970, pode-se registrar um grupo japonês que ainda se identifica como tal. Nesse sentido, a ênfase do estudo foi observar os traços de identificação que estiveram presentes na dinâmica de imigrantes, que apresentavam uma grande diversidade cultural, embora tendo em comum a origem japonesa e chegaram, ao final de todo esse processo, a constituir o que hoje se conhece como a "Colônia Japonesa".

Pode-se, a princípio, adiantar a hipótese de que a grande estratégia utilizada foi a reativação de valores que permeavam a sociedade de origem e que ficaram latentes, por longo período, criando elos que permitiriam o estabelecimento de uma rede de relacionamentos que configuraram opções coletivas de "ser japonês" na sociedade brasileira.

Para responder às várias questões que compuseram a problemática, buscou-se relacionar o contexto sociopolítico da época, articulando-o às práticas sociais do imigrante no Brasil. Para o entendimento da especificidade dos recém-chegados, deparamo-nos com uma produção dos próprios imigrantes: livros de memória, relatos e estudos a respeito dos processos de imigração.⁷ Um universo rico na análise e interpretação de sua trajetória, pois esses documentos revelam uma leitura da 'realidade', e, ao mesmo tempo, refletem uma seleção, classificação e uma visão de mundo carregada de valores sociais e culturais singulares. É nessa perspectiva que se utilizam os quatro livros de memória de famílias⁸ produzidos pelos imigrantes e seus descendentes.

Faz-se aqui um parêntese sobre a consistência analítica que a literatura produzida pelos próprios imigrantes pode oferecer. Não se pode esquecer que

⁷Tomoo Handa, Cláudio Seto, Francisca Vieira, Célia Sakurai.

⁸A.S.I., Y.I., H.C., C.O.

antropólogos e historiadores, como Ruth Cardoso, Boris Fausto e Roney Cytrynowicz, lançam mão dessa literatura como recurso de análise, e esses exemplos nos animaram a aceitar como apropriado e confiável o diálogo entre essa literatura, os autores citados e as fontes desta pesquisa.

Aliada a essa documentação, também foram privilegiados depoimentos publicados pelos próprios imigrantes em periódico local e específico do grupo, o Paraná *Shimbun*. Esse material revelou uma interpretação e uma significação do processo vivenciado e experimentado pelos imigrantes, uma leitura de primeira mão, um olhar 'de dentro'. Porém, esse olhar deve ser relativizado, pois não se pode esquecer que o imigrante, ainda que de forma inconsciente, seleciona aquilo que 'pode' ser mostrado e os elementos que permitem a construção das interpretações de acordo com a representação que ele deseja mostrar.

O uso dos livros de memórias dá a oportunidade de se ter do imigrante uma narrativa do próprio percurso uma vez que "...nela foi o próprio narrador quem se dispôs a narrar sua vida, deu a ela o encaminhamento que melhor lhe pareceu e deteve o controle sobre os meios de registros".⁹ Desta forma, os livros de memórias podem desvelar o imaginário construído pelo imigrante a partir de uma leitura que destaca uma interpretação do indivíduo, marcada por uma experiência de vida coletiva. O livro de memórias, parafraseando Geertz,¹⁰ faz uma interpretação de segunda mão e "se define como a história de um indivíduo redigida por outro".¹¹

A recuperação da memória foi também um dos recursos utilizados para traçar a trajetória e o cotidiano dos imigrantes japoneses. Essa fonte foi acionada, por

⁹PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, São Paulo, v.3, n.3, p.118, jun. 2000.

¹⁰GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

¹¹GEERTZ, op. cit.

meio de entrevistas¹², considerando-se que "a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total".¹³ No processo de acionar lembranças, o imigrante descreve, no presente, a interpretação que faz da experiência vivida, inserindo novos elementos, no passado, a partir do presente. Essa articulação foi um dado significativo na construção do imaginário elaborado, na medida em que permitiu que a pesquisadora confrontasse com outras fontes o relato feito pelo informante, enriquecendo, assim, a análise do fato narrado.

As entrevistas foram obtidas mediante a utilização do método da história oral; método este adequado para a reconstrução das memórias individuais que contribuem para a compreensão dos acontecimentos coletivos.¹⁴ No entanto, convém lembrar que essa análise será sempre uma reconstrução porque, da mesma forma que a história escrita não constrói o passado, mas é apenas uma narrativa sobre o passado, a história oral busca uma outra forma de abordar o real sem, por isso, ter a pretensão de estar mais próxima do vivido.¹⁵

Para complementar a pesquisa, aplicou-se um questionário (Anexo 1) cuja finalidade foi obter um mapeamento das rotas percorridas e informações sobre a permanência ou não de valores culturais entre os descendentes nipônicos. Esse instrumento foi aplicado somente aos descendentes de imigrantes com curso superior completo, em função de uma hipótese anterior que apontava que os filhos

¹²Foram entrevistados. Cláudio Seto, Kayoko Nozu, Luiza Kioko Sato, Toshio Namikata, Hayao Washida, Tsuyuko Yashimoto, Carlos Tumekiti, Asaka Kato.

¹³CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994. p.125.

¹⁴SILVA, Marli Pirozilli Navalho. A memória e o esquecimento humano. **Revista de Estudo e Comunicação**, São Paulo, v.6. p.70, jun. 1997.

¹⁵Sobre o assunto ver BOSCHILIA, R. **Condições de vida e trabalho**: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba, 1996. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

de imigrantes, em sua maior parte, quando adquiriam um diploma universitário, e conseqüentemente trabalho, tendiam a provocar a "remigração" de seus pais.

Finalmente, foram pesquisados os jornais que circulavam em Curitiba no período desta pesquisa (1908-1970), Diário da Tarde, A República, Estado do Paraná e Gazeta do Povo. Procedeu-se também ao levantamento dos pedidos de naturalização e dos prontuários relativos ao período da Segunda Guerra Mundial depositados no arquivo do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social).

Reunido esse material, foram necessárias as articulações desse '*corpus documental*' com as análises de autores que compusessem um quadro teórico que viesse a sedimentar as reflexões relativas ao tema e responder às questões propostas no estudo.

Tendo em vista as necessidades que a interpretação da documentação trouxe ao desenvolvimento desta tese, pode-se dividir o conjunto dos autores abordados em três instâncias, a saber: a primeira, que diz respeito às considerações teóricas que embasaram as questões pertinentes aos conceitos de cultura, sociabilidade e identidade; a segunda, a que se deve o aporte mais próximo à análise do processo imigratório propriamente dito; e a terceira, que supre as indagações referentes às contextualizações do Japão, antes e durante o período em estudo, e do Brasil, no transcorrer da trajetória da imigração japonesa em seu território.

O primeiro grupo concentra autores que permitiram que o estudo se desenvolvesse no interior daquilo que convencionou chamar de História Cultural, vertente teórica que "tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler".¹⁶

¹⁶CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.16-17 e CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.5, 1991.

Destaque-se, nesse sentido, o diálogo com Roger Chartier, que possibilitou observar a relação construída no processo de imigração, que remete a uma reflexão sobre a cultura do país de origem e a da terra de acolhida. Sua proposta é de que o pesquisador percorra diversos trajetos, o das "classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real".¹⁷ Esse procedimento permitirá o entendimento dos recursos produzidos para a representação que os imigrantes fizeram de si e dos outros.

Na consideração do peso das representações nas trajetórias individuais e, ou, coletivas, travou-se um diálogo com a antropologia, especialmente recorrendo a autores que, em suas análises, priorizam observar a prevalência do campo simbólico nas práticas cotidianas.

De Geertz, por exemplo, resgatou-se a idéia de que as representações do mundo social fundamentam-se na prática cotidiana dos padrões e valores estabelecidos pela cultura. É dele também a noção de ser a cultura uma "teia de significados"¹⁸ em que os grupos vão, ao longo de suas trajetórias, tecendo e dando sentido a cada ato do seu dia-a-dia. Isto permitiu ver o mundo social dos imigrantes como um universo rico de 'representações', no qual se puderam observar os sentidos das relações estabelecidas em seu interior e com a sociedade envolvente.

No entanto, sendo um estudo dedicado a recompor o processo de recriação cultural de imigrantes, foi imprescindível adentrar na discussão relativa aos complexos fenômenos presentes na seleção de valores e no traçado das linhas que demarcam o pertencimento étnico.

¹⁷CHARTIER, **A história cultural...**, op. cit., p.17.

¹⁸GEERTZ, op. cit., p.15.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da contribuição de Ruth Benedict¹⁹ por ela haver, com seus estudos, mapeado o conjunto de representações que sustentam as sociedades e dos valores culturais que as modelam.

Também contribuíram para a análise da identidade e dos valores, Dennys Cucho²⁰ e Stuart Hall²¹ que permitiram uma abordagem do processo de construção da identidade do imigrante japonês ao longo de sua trajetória, na medida em que foram negociando e criando estratégias que possibilitaram a sua identificação. Esses dois autores colocam no horizonte o pressuposto que os grupos étnicos não são formações homogêneas, mas frutos de diversas interações. A identidade é então um jogo de encontros e desencontros, opções e seleções coletivas que vai conformando o pertencimento a certa comunidade. Eles trazem a idéia de grupo, não como a continuidade de uma determinada tradição, mas sim da decorrência da vontade de quem aceita compartilhar o campo simbólico de pertencimento. Para esses autores, a identidade é construída continuamente, dependendo da situação "experenciada".

De Michel Pollak²² foi feita a apropriação de sua concepção sobre memória como um fenômeno coletivo e social, bem como a identificação dos elementos constitutivos da memória, individual e coletiva, acompanhando os questionamentos que o autor levanta em torno de cada um desses elementos.

A partir das considerações desses autores, pode-se dizer que o processo de imigração é um espaço aberto e dinâmico passível de múltiplas interpretações e recortes. Nesse sentido, delimitar o universo analisado às dimensões constitutivas das relações culturais a partir da mobilidade geográfica e da construção da

¹⁹BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1988.

²⁰CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

²¹HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

²²POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

identidade e identificação – e conseqüentemente da composição do grupo étnico nos caminhos percorridos pelos imigrantes – permite uma análise direcionada para os objetivos deste estudo. A esse rol de autores e temática, adicionou-se como leitura complementar, porém não menos importante, um ensaio de Hitoshi Oshima, especialista em Literatura e Filosofia Comparadas, que nos proporcionou uma “suave” introdução à milenar e complexa formação do pensamento japonês.²³

Aqui se pôde recorrer à segunda instância de autores que deram suporte às reflexões. Trata-se de pesquisadores que dedicam seus estudos ao processo migratório, tanto em seu sentido amplo quanto à especificidade do caso brasileiro, orientando a forma pela qual foi problematizado o encaminhamento do trabalho e sua metodologia. Neste caso, é importante a produção de Sergio Odilon Nadalin, Giralda Seyfert, Maria Luiza Andreazza e Ruth Cardoso. De Sergio Nadalin²⁴, tomou-se a importância de acompanhar a organização familiar focalizada pela dinâmica de inserção de imigrantes e o processo de constituição étnica. Se os estudos de Nadalin dão ênfase aos imigrantes numa perspectiva espacialmente circunscrita, Giralda Seyfert²⁵ alerta para a pertinência de recompor os largos traços desse processo, à medida que diversos de seus estudos contemplaram a imigração numa perspectiva regional e nacional, em seus vários aspectos. De Maria Luiza Andreazza²⁶, foi retirada a idéia da validade de se fazer uma abordagem etnográfica do processo de recriação cultural de imigrantes, reiterando o princípio de que a família congrega diversos aspectos do campo simbólico de um grupo étnico. São autores cuja influência não é explícita no texto, mas permeiam todo o encaminhamento do trabalho.

²³OSHIMA, Hitoshi. **O pensamento japonês**. São Paulo: Escuta, 1991.

²⁴NADALIN, **Imigrantes...**, op. cit.

²⁵SEYFERTH, Giralda. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. **Revista História: Questões & Debate**, Curitiba, Ano 10, n.18 e 19, jun./dez. 1989.

²⁶ANDREAZZA, op. cit.

Além disso, sabe-se que a formação social dos imigrantes japoneses a partir de sua singularidade e especificidade só pode ser apreendida tendo-se em vista que todo segmento, camada ou grupo, no processo de sociabilidade e na organização do espaço e de sua identificação, aciona recursos e valores da sua cultura de origem aliados à local. Nessa vertente, somam-se as reflexões de Ruth Cardoso²⁷, que possibilitaram melhor compreender a problemática dos imigrantes japoneses.

A terceira instância de autores agrega aqueles a quem se recorreu para compor os processos históricos que envolvem a sociedade japonesa, bem como os pertinentes aos imigrantes em solo japonês. Perry Anderson²⁸, Maurice Crouzet²⁹, Patrick Bellevalire³⁰ e novamente Ruth Benedict subsidiaram, com suas análises do Japão xogunal e imperial, a construção do amplo cenário em que pudemos vislumbrar os determinantes históricos sobre os quais se assentaram os valores que sustentavam relações familiares e sociais dos japoneses.

Para além da contextualização, esses autores permitiram-nos observar a familiaridade que os japoneses tinham com a mobilidade espacial, processo secularmente presente na sua sociedade.

Já os cenários brasileiros e paranaenses, em suas diversas dimensões, populacional, econômica e política, foram delineados com recurso aos trabalhos,

²⁷CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

²⁸ANDERSON, Perry. O feudalismo japonês. In: **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁹CROUZET, Maurice. **História geral da civilização**: século XIX. São Paulo: Difel, 1961. v.6.

³⁰BEILLEVAIRE, Patrick. O Japão, uma sociedade do lar. In: BURGUIÈRE, André; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise. **História da família**: 2 tempos medievais: Ocidente, Oriente. Portugal: Terramar, 1986.

notadamente de Bóris Fausto³¹, Adriano Luiz Duarte³², Alcir Lenharo³³, Antonio Paulo Benatti³⁴ e Pedro Calil Padis³⁵. Esses autores favoreceram, no nosso entendimento, a compreensão do emaranhado de situações que interagiram e facilitaram a inserção dos japoneses no Brasil.

Para identificar e reconstruir a especificidade da imigração japonesa, foi importante o apoio encontrado em autores e publicações dedicados aos imigrantes japoneses no Brasil: Célia Sakurai³⁶, Francisca Vieira³⁷, Tomoo Handa³⁸ e também Ruth Cardoso.

Para responder aos propósitos anteriormente anunciados, este estudo encontra-se estruturado em três capítulos.

O Capítulo 1 percorre os acontecimentos históricos da sociedade japonesa, principalmente a Era Edo (1603-1868) e a restauração do Império Meiji (1868), que antecedem o processo emigratório, à guisa de um pano de fundo que deixa perceber

³¹FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 e FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1991.

³²DUARTE, Adriano Luiz. A criação do estranhamento e a construção do Estado público: os japoneses no Estado Novo. **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul./dez. 1997.

³³LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

³⁴BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens: prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

³⁵PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

³⁶SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

³⁷VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

³⁸HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

a visão de mundo, a estrutura do poder, a organização social dessa sociedade. Com isso, têm-se os elementos para tratar dos valores e das representações que caracterizam a identidade nipônica.

O Capítulo 2 está dedicado ao contexto da imigração no Brasil. Procura mostrar o impacto da chegada e o processo de instalação dos japoneses na sociedade brasileira. Acompanha o fenômeno de mobilidade geográfica desses imigrantes marcando uma rota que tem início no Estado de São Paulo, nas fazendas de café, alcança ao Estado do Paraná, nos núcleos, principalmente da região Norte, até o deslocamento para as cidades.

Parte desse capítulo e o seguinte são conduzidos por diferentes narradores, autores dos livros de memórias. O que se pretende é que as lembranças dos narradores ajudem a tecer tanto as trajetórias quanto as experiências de vida dos imigrantes.

O Capítulo 3 traz a análise das estratégias postas em prática pelos imigrantes japoneses para recriar seu universo cultural na terra de adoção. Os valores família, trabalho, educação e religião são tomados como os mais representativos na constituição do "ser japonês". A partir desses valores é possível perceber as articulações realizadas por esses imigrantes na constituição da identidade nipônica e do grupo étnico, assim como as estratégias de inserção à sociedade local.

Por último, trata-se de verificar como os imigrantes, lançando mãos de seus valores e suas representações, construíram um espaço singular por eles denominado "Colônia".

CAPÍTULO 1

UM CENÁRIO DOS ANCESTRAIS

Você pode lançar um olhar sobre os senhores, mas ficará ofuscado se fixar um xogum; já o imperador, este é invisível.

(Antigo provérbio japonês)

A vinda dos primeiros imigrantes japoneses para o Brasil esteve ligada às transformações socioeconômicas e políticas ocorridas no Japão com a restauração do Império em 1868, momento em que também se viabilizou a reabertura dessa sociedade para o mundo ocidental.

Percorrer os acontecimentos históricos que antecedem esse episódio e seus desdobramentos ganha sentido quando se pretende tratar da sociabilidade e das representações que fundamentam os traços que permitem identificações entre as pessoas egressas dessa sociedade. A visão de mundo, a estrutura do poder, a organização social, em sua gênese e evolução, são fatores elucidativos para se empreender a análise da trajetória desses imigrantes em partes do território brasileiro.

Nessa perspectiva, este capítulo assume os contornos de um pano de fundo que deixa perceber os traços distintivos dessa sociedade ao longo de sua história.

1.1 A FORÇA DOS CLÃS

O "Livro das coisas antigas" (*koyikio*)³⁹ e as "Crônicas do Japão" (*Nihonji*), coletâneas de mitos transmitidos oralmente, contam que o mundo teria começado com *Jimmu Tennô*, descendente da *Amaterasu*, deusa do Sol, e fundador da dinastia imperial do Japão.⁴⁰ A história oficial do Japão começou, porém, com a

³⁹Primeiro livro de compilação de mitos e lendas, intitulado "Recordações dos acontecimentos antigo" Koyiki. (OSHIMA, Hitoshi. **O pensamento japonês**. São Paulo: Escuta, 1991. p.25).

⁴⁰O mito a seguir resumido explica a origem divina do povo japonês e em especial do imperador: "No princípio, segundo a mitologia japonesa, um casal divino, *Izanagui* e *Izanami*, desceu

chegada de tribos chinesas ao arquipélago, ou, como admitem alguns especialistas que não há história do Japão antes do ingresso do budismo, em 552 d.C.⁴¹ (Uma cronologia da história do Japão encontra-se no Anexo 2.) Esses imigrantes, organizados em diferentes clãs, cujo chefe desempenhava papel de sacerdote, militar e administrador, estavam unidos pelo culto aos antepassados e tinham como família imperial o clã mais antigo. Por tradição, os direitos do imperador estavam fundamentados na origem divina.

Até o século VII d.C. a sociedade japonesa viveu um longo processo marcado por instabilidade política, quando fora constituído um Estado imperial centralizado, sob a influência chinesa.⁴² Nesse sistema, o imperador detinha o monopólio sobre as propriedades fundiárias e as distribuía a agricultores arrendatários, que pagavam tributos em espécie ou serviços ao Estado. O território japonês estava dividido em áreas, províncias, distritos e aldeias, e o controle do país era exercido por uma aristocracia civil – alçada ao poder por hereditariedade – e por um exército permanente. O Estado controlava também a prática religiosa, sendo o budismo⁴³ – combinado aos cultos xintoístas⁴⁴ – a religião oficial.

do céu e gerou as ilhas japonesas, depois o resto do mundo e tudo o que há nele, e por último uma série de deuses, os kamis. Destes, o mais importante era a desusa do sol, *Amaterasu*. Os outros kamis se estabeleceram na terra e conceberam os primeiros seres humanos. Mas a sociedade humana precisava de ordem e comando, e por isso o neto de Amaterasu foi enviado à terra. Um dos descendentes se tornou o primeiro imperador do Japão. Assim, todos os japoneses têm origem divina, mas em especial o imperador, que é descendente da própria deusa do sol." (GAARDER, Jostein et al. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.83).

⁴¹BRAUDEL, Fernand. **Lãs civilizaciones actuales**. Madrid: Tecnos, 1973.

⁴²As informações sobre o período Tokugawa e Meiji e as épocas anteriores a eles terão como base neste capítulo os estudos de Perry Anderson, que, na obra "Linhagens do Estado absolutista", estuda o Japão, contextualiza e conceitualiza focalizando as origens da feudalização da sociedade japonesa, demarcando cada etapa desse processo até o início do Estado Meiji; complementa-se a análise de Anderson com Maurice Crouzet, organizador da obra "História geral da civilização. Século XVIII" que analisa o Japão também a partir da ótica feudal, focalizando a decadência da estrutura ao longo dos séculos.

⁴³O budismo é considerado "um caminho individual para a salvação." Tem por base a "doutrina do nascimento, do carma e da salvação". O "ser humano é escravizado por uma série de renascimento. Como todas as ações têm conseqüências, o princípio propulsor por trás do ciclo

Do século V ao IX, a organização social e política no Japão foi sustentada pelo *uji*, ou clã, um grupo extenso constituído no modelo de linhagem. O *uji*, formado por um conjunto político-territorial centrado no núcleo familiar em que se transmitiam as funções religiosas e de chefia, concretizava-se no espaço familiar da casa ou *ie*. Nessa organização, os membros do grupo detinham o mesmo nome e a mesma divindade ancestral, ou *uji gami*. "Ao nível mitológico, estabeleciam uma relação de parentesco e, se necessário, de subordinação entre os antepassados fundadores deste grupo". O pertencimento ao *uji* se dava não só pela consangüinidade, mas também pelo compromisso matrimonial, pela comunidade de residência ou pela fidelidade política. Numa dimensão mais ampla, o *uji* era constituído por uma rede de vizinhança.⁴⁵

Maeyama diz que: "em geral, a sociedade de origem é uma comunidade rural. Ela é constituída da vila rural (*mura* ou *buraku*), grupo primário, cuja unidade básica componente é o *ie*".⁴⁶ No Japão tradicional, o indivíduo não era uma unidade independente na composição da vila, sua significação dava-se somente como membro do *ie*.⁴⁷

nascimento-morte-renascimento são os pensamentos do homem, suas palavras e seus atos – carma. (GAARDER et al., op. cit., p.54).

⁴⁴Xintoísmo significa "caminho dos deuses"; "o xintoísmo não tem um fundador. É tipicamente uma religião nacional que ao longo dos séculos adotou tradições de várias outras religiosidades. Ela não conta com nenhum credo ou código de ética expressamente formulado. ...O templo xintoísta não é um local para pregações. É a morada de um kami, o lugar onde este é cultuado segundo certos rituais prescritos." (GAARDER et al., op. cit., p.82, 84).

⁴⁵BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.205.

⁴⁶Maeyama, citando Nakano e Matsushima, define "ie" como sendo "um corpo organizacional no qual um empreendimento econômico é mantido baseado na sua propriedade; os membros compartilham a vivência em comum e os antepassados são comumente cultuados, sendo a entidade mantenedora da economia e a parte constituinte de agrupamento inter-"ie". (MAEYAMA, Takasi. O antepassado, o Imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil Rural (1908-1950). In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p.421).

⁴⁷MAEYAMA, op. cit., p.420-421.

O chefe da unidade era denominado *ie kimi* e os demais membros, *ya kara*. A direção e a sucessão de autoridade eram transmitidas a partir dos laços de sangue ou por decisão coletiva, que conduzia à liderança o membro considerado mais capaz. A sucessão familiar era feita mediante a primogenitura masculina, o mesmo acontecendo com a herança, obedecendo a uma norma de natureza política. No caso da ausência do sucessor legítimo considerava-se a idéia de adoção.⁴⁸ Embora as mulheres não influenciassem diretamente nesse processo, elas exerciam sua ascendência na manutenção da unidade doméstica e no âmbito religioso. Beillevaire aponta que, nesse período, a literatura vai mostrá-las não apenas dirigindo propriedades agrárias, mas também "empresas de natureza comercial de diversos tipos, como a sericicultura, a produção de saqué e a distribuição de arroz".⁴⁹

Para evitar o fracionamento das unidades domésticas e, por extensão, garantir a estrutura administrativa do governo, foram criadas diversas medidas legislativas, que possivelmente estavam orientadas à população camponesa, proibida de abandonar as aldeias onde ela se agrupava. Havia uma ordem expressa de que os descendentes em linha direta mantivessem as suas terras indivisas e não criassem novas casas (*ie*). A legislação previa ainda o dever de assistência aos parentes próximos doentes ou idosos, assim como uma penalidade às acusações proferidas contra pais ou avós.⁵⁰

Nesse período todas as unidades familiares passavam por um recenseamento doméstico efetuado de seis em seis anos; dele constavam o número de pessoas de cada grupo familiar, o laço de parentesco entre elas, a idade, o sexo, o estado de saúde e também o nome do *uji*, título oficial de cada membro. Esse

⁴⁸MAEYAMA, op. cit., p.194.

⁴⁹BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.198.

⁵⁰Conforme Beillevaire, essas medidas estavam contidas no código Yôrô (718-757). (BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.194).

registro era encaminhado ao chefe do distrito ao qual o *uji* estava ligado e aos órgãos do governo responsáveis pelo controle.⁵¹

A partir do século IX, entretanto, essa organização começou a ser desmontada. O governo deixou de distribuir lotes, e cresceram a autonomia e o poder político da nobreza e dos monastérios, motivando o surgimento de Estados semiprivados, denominados *shōens*. As camadas intermediárias de administradores adquiriram direito de acesso à produção, mas os camponeses que cultivavam os *shōens* continuaram pagando tributos a seus senhores.

Com tais transformações, emergiu um novo tipo de solidariedade entre os camponeses e o segmento dos guerreiros e nobres, que dominaria a estrutura social e política até o século XIX. Ao *uji* tradicional impôs-se um modelo de família extensa, de inspiração militar, com uma ascendência maior do *ie* como unidade fundamental da organização social.

No século XI, os proprietários dos *shōens* (*daimyos*,) e os funcionários do governo criaram leis e grupos armados para defender suas posses de possíveis invasores e estenderam sua proteção aos pequenos agricultores, adquirindo dessa forma grande poder de mando. "As tropas armadas nas províncias gradualmente se transformaram em apêndice de uma nova nobreza militar de guerreiros samurais ou *bushi*".⁵² A partir do século seguinte, os domínios dos *daimyos* passariam a ser defendidos pelos *samurais*.

Dedicados exclusivamente às armas e aos estudos, esses guerreiros, presos a um rígido código de honra⁵³, serviam aos seus senhores com fidelidade

⁵¹BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.192.

⁵²ANDERSON, op. cit., p.434.

⁵³YAZUN, Daidoji. **O código do samurai** (Bushidô). Tradução: Marcos Souza e Ivan Shinobu. Rio Pomba (MG): Antítese, 2003. A difusão popular do código de honra dos samurais pode tomar este formato: "Eu não tenho pais, faço do céu e da terra meus pais. Eu não tenho casa, faço do mundo minha casa. Eu não tenho poder divino, faço da honestidade meu poder divino. Eu não tenho pretensões, faço da minha disciplina minha pretensão. Eu não tenho poderes mágicos, faço da personalidade meus poderes mágicos. Eu não tenho vida ou morte, faço das duas uma, tenho vida e

extrema e eram mantidos pelos camponeses e artesãos do clã. A educação de um *samurai* começava ainda na tenra idade, com a mãe repassando aos filhos os princípios de um guerreiro: "destemor diante da morte, piedade, obediência e lealdade ao senhor". Aos cinco anos, o menino deveria iniciar-se nas lides com o arco-e-flecha e treinar equitação. Aos dez anos, ele era enviado a um mosteiro budista para dominar a escrita chinesa (*kanji*) e aperfeiçoar-se no manejo das armas. A maturidade como guerreiro era atingida aos 15 anos e demarcada pelo *gempuku*, um rito de passagem que alterava sua vestimenta e seu penteado e o declarava guerreiro.

Os guerreiros rurais galgaram uma melhor posição no sistema, quando o imperador reconheceu o poder de proprietário do *shōen*, dando-lhe o título de Xogun, o 'generalíssimo'. O xogunato tornou-se, assim, um aparelho paramilitar de governo, formalmente submetido ao imperador. O novo sistema consolidou uma hierarquia feudal "com a fusão de sujeição e domínios feudais, serviço militar e arrendamento condicional"⁵⁴, também sustentada pela adoção de um primogênito, caso não houvesse varão legítimo no grupo familiar. Os camponeses tiveram suas posições degradadas e as suas obrigações aumentadas.

Ainda assim, no campo, dada a intensificação do uso de instrumentos agrícolas, houve um aumento da produção e, conseqüentemente, da produtividade – principalmente nas regiões próximas a Kioto, onde as fábricas de saquê também se expandiram. Já nas cidades desenvolveram-se associações de artesãos e

morte. Eu não tenho visão, faço da luz do trovão a minha visão. Eu não tenho audição, faço da sensibilidade meus ouvidos. Eu não tenho língua, faço da prontidão minha língua. Eu não tenho leis, faço da autodefesa minha lei. Eu não tenho estratégia, faço do direito de matar e do direito de salvar vidas minha estratégia. Eu não tenho projetos, faço do apego às oportunidades meus projetos. Eu não tenho princípios, faço da adaptação a todas as circunstâncias meu princípio. Eu não tenho tática, faço da escassez e da abundância minha tática. Eu não tenho talentos, faço da minha imaginação meus talentos. Eu não tenho amigos, faço da minha mente minha única amiga. Eu não tenho inimigos, faço do descuido meu inimigo. Eu não tenho armadura, faço da benevolência minha armadura. Eu não tenho espada, faço da perseverança minha espada. Eu não tenho castelo, faço do caráter meu castelo."

⁵⁴ANDERSON, op. cit., p.436.

comerciantes. A esse dinamismo econômico, por certo, correspondeu um aumento da circulação monetária. Toda essa reorganização social não aboliu, porém, a estrutura imperial, mesmo que encoberta pela hierarquia feudal, pois o xogunato ainda era frágil.

No sistema feudal japonês a divisão territorial era calculada em termos de aldeia (*mura*, unidades administrativas que se estendiam para além das povoações) e o vínculo entre o senhor e o súdito apresentava duas peculiaridades: priorizava as relações pessoais antes que as econômicas; a vassalagem assumia muito mais característica semifamiliar e sagrada do que legal. Como a quebra do vínculo pelo senhor era desconhecida, a relação feudal era mais "unilateralmente hierárquica" acompanhando o sistema de família patriarcal. Em síntese, o feudalismo japonês esteve destituído de tendência legalista e em função de seu caráter patriarcal mostrou-se bastante autoritário.⁵⁵

No século XIII, o imperador foi deposto, os feudos passaram a pertencer aos generais e nobres, o que veio a fortalecer a centralização do poder. Para tal centralização, contribuiria ainda a ameaça externa dos mongóis. Na tentativa de invadir o arquipélago, por duas vezes os mongóis foram derrotados com a ajuda de fenômenos naturais – uma tempestade e um furacão – e daí teria se originado o termo *kamikaze* ("vento divino").⁵⁶ Posteriormente, a estabilidade do sistema feudal seria afetada pela luta dos senhores entre si e pela constante absorção dos pequenos feudos pelos mais fortes.

1.2 O IMPÉRIO DOS SHOGUNS

⁵⁵Anderson traça alguns paralelos entre o feudalismo japonês e o da Europa. Para ele, no Japão, "a feudalização foi territorialmente mais completa do que na Europa medieval, pois as terras alodiais eram desconhecidas no campo"; "a relação entre o senhor e súdito era mais assimétrica do que na Europa"; "o feudalismo europeu sempre foi abundante em disputas interfamiliares e caracterizado por extrema litigiosidade". (ANDERSON, op. cit., p.437-438).

⁵⁶Na Segunda Guerra Mundial essa denominação seria atribuída aos guerreiros suicidas japoneses.

Uma série de rebeliões civis entre os principais potentados *daimyo* que ocorreram principalmente na segunda metade do século XVI, serviu para a unificação do país, o que se deu por intermédio de sucessivos comandantes militares – Nobunaga, Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu. Nobunaga conquistou um terço do país e Hideyoshi ampliou essa conquista, na medida em que procurou reintegrar as autoridades regionais num sistema feudal unitário. A dinastia imperial permaneceu como símbolo religioso e a estrutura social foi reorganizada em quatro ordens fechadas: nobres, camponeses, artesãos e comerciantes, consolidando a "pirâmide de autoridade".⁵⁷ Os camponeses "foram privados de todas as armas, ligados à terra e juridicamente forçados a entregar dois terços do seu produto aos seus senhores".⁵⁸ Aos comerciantes foi vedada a compra de terras e os "samurais foram excluídos do comércio".⁵⁹ As cidades autônomas foram dominadas e as cidades-castelos dos nobres cresceram como núcleos de uma rede de cidades.

Nesse século seria também estabelecido o primeiro contato do Japão com o mundo ocidental por intermédio dos portugueses. Gradativamente, os missionários cristãos, além de introduzirem hábitos europeus, tentaram ampliar ao máximo a conversão da população, mesmo os *samurais* e *daimyos*. Essa expansão foi possível não só em função da habilidade dos jesuítas em propagar o cristianismo, mas também pela desestruturação da sociedade japonesa em decorrência das guerras civis travadas naquele século XVI.⁶⁰

No século XVII, com a morte de Hideyoshi o poder foi conquistado, depois de muitas batalhas, por Tokugawa Ieyasu, que passou a ser xogun em 1603, dando origem ao Estado Tokugawa (ou período Edo, assim denominado porque o poder

⁵⁷ANDERSON, op. cit., p.439.

⁵⁸ANDERSON, op. cit., p.439.

⁵⁹ANDERSON, op. cit., p.439.

⁶⁰OSHIMA, op. cit., p.56.

central estabelece-se nessa capital, atualmente Tóquio). Ieyasu Tokugawa fora escolhido pelo imperador entre os *daimyos* e, a partir do início do século XVII, a família Tokugawa conformou uma verdadeira dinastia no interior do xogunato; passou a governar em nome do imperador, detendo todo o poder real por mais de 250 anos. Assim, a grande característica do período, que se estendeu de 1603 a 1868, foi a gradativa diminuição do poder do imperador a favor do xogunato.⁶¹

Como primeiro administrador dessa dinastia, Tokugawa introduziu no país uma forma de governo voltada para uma política de desenvolvimento interno, cuja meta era a criação

de um país agrícola auto-suficiente em seu território, socialmente estratificado num contexto de perfeita paz interna e ao abrigo de qualquer contato com o exterior. Essa concepção política, (...) resultou de uma violenta reação a cem anos de intromissão mercantilista portuguesa e de intensa repulsa à doutrinação cristã, jesuítica, no Sul do país.⁶²

Com Tokugawa, o xogunato foi construído "simbolicamente" para rivalizar com a linhagem imperial. Nesse processo, ao imperador, desvinculado das ações políticas, restara apenas a função divina, espiritual. Promovia-se, assim, a separação entre Igreja e Estado. Com efeito, o espaço religioso sofreu as conseqüências das políticas implantadas durante esse período; por exemplo, em 1614, o cristianismo passou a ser perseguido, pois a religião crescia em todo território e temia-se que os convertidos ameaçassem a ordem vigente. Tokugawa exigiu, então, que todos os japoneses renunciassem ao cristianismo e proibiu a

⁶¹ANDERSON, op. cit., 433-435; CROUZET, Maurice. **História geral da civilização**: século XVIII. São Paulo: Difel, 1957. v.11. p.298-299.

⁶²CARVALHO, Darcy. Estratégias econômica e condicionantes geopolítica do desenvolvimento japonês. In: MYAZAKI, Nobue. **A cultura japonesa pré-industrial aspectos sócio-econômicos**. São Paulo: EDUSP, 1995. p.39.

entrada dos jesuítas e dos navios portugueses em seus portos,⁶³ impedindo igualmente a saída de japoneses para o exterior. Até mesmo os templos budistas que se erguiam como espaço dos fundamentos morais perderam essa função, que passou a ser exercida pelas escolas neoconfucionistas⁶⁴.

As noções fundamentais do confucionismo estão assentadas na crença de que o homem necessita de conhecimento e compreensão para alcançar a harmonia com o *tao* (harmonia predominante no universo), e isso só se consegue "estudando o passado, a *tradição*". Para essa orientação, cinco relações regulam o lugar de um indivíduo na sociedade: "entre senhor e servo, entre pai e filho e mais jovem, entre homem e mulher, e entre amigo e amigo"⁶⁵, o que dificulta os desafios à autoridade. E os conceitos mais importantes são: " *piedade filial, respeito e reverência*"⁶⁶.

Seguindo essas orientações e implantadas em templos e santuários, essas escolas estavam voltadas para o ensino da leitura, da escrita japonesa e cálculos em ábaco e recebiam os filhos dos camponeses e a população urbana. Dessa forma, os templos-escolas serviram para a expansão do ensino, antes reservado aos nobres, cleros e *samurais*. De outro ângulo, como centros de propagação de valores morais, e sendo suas atividades estreitamente controladas pelo governo, foram fundamentais para o fortalecimento e a manutenção da ideologia do xogunato, bem como para o desenvolvimento da cultura nacional.

⁶³Para Oshima, Tokugawa reeditou a mesma política anticatólica de Hideyoshi e em 1637 "acabou com os católicos japoneses na batalha de Shimabara, na qual foram totalmente derrotados". (OSHIMA, op. cit., p.56).

⁶⁴A metafísica do confucionismo prega a oposição de forças cósmicas, céu e terra, o positivo e o negativo, com cuja presença, na natureza, pretende justificar uma ordem hierárquica no mundo humano. Assim, a distinção de classe social-militar, agrícola, industrial e comercial foi estabelecida como imutável ordem básica da sociedade." (TAZAWA, Yutaka. **História cultural do Japão**: uma perspectiva. 2.ed. Japão: Ministério dos Negócios Estrangeiro do Japão, 1985. p.83).

⁶⁵GAARDER et al., op. cit., p.79.

⁶⁶GAARDER et al., op. cit., p.79.

Porém, nesse Estado, era a casa ou *ie* que efetivamente constituía a base da organização da sociedade japonesa. Seguindo a definição de Beillevaire, pode-se entender o *ie* como "habitação, patrimônio e grupo humano que partilha o mesmo teto". Em sentido amplo, tem relação ao que se entende por *lar*. Para os chineses e japoneses, acrescenta-se a essa idéia o sentido de ligação dos membros da família com as divindades. O *ie* surgiu, pois, como uma entidade social que une o parentesco, a subsistência e o religioso. Uma dimensão da sociabilidade tradicional sobre todos os seus aspectos.⁶⁷ Essa unidade tornou-se "instrumento do poder e matriz da subordinação do indivíduo ao coletivo, a permanência do *ie* em todos os níveis do edifício social garantia a estabilidade da ordem política e administrativa".⁶⁸

Daí porque entrara em vigor severa regulamentação da organização familiar e das práticas sucessórias, particularmente entre os militares, sendo suprimidos a liberdade na redação dos testamentos e o direito de herdar das mulheres. Os comerciantes e os camponeses não estavam submetidos a tais restrições de herança, embora a partilha da "propriedade perpétua" só pudesse ocorrer caso possibilitasse o aumento da capacidade de produção da unidade doméstica.

Quanto à formação de novas famílias, esta variava de acordo com a localidade. Quando uma família possuía um filho na idade de casar, procurava o *nakodo*⁶⁹ que ia buscar na própria comunidade, ou em comunidades diferentes o

⁶⁷BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.204.

⁶⁸BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.203.

⁶⁹É um indivíduo que faz a intermediação entre a família do noivo (a) e a família do pretendente. Mello citando Douglas G. Hering (1950:484), define o papel do *nakodo* no arranjo do casamento. "Os casamentos tradicionalmente são arranjados pelo conselho familiar, do qual os futuros noivos não participam. Uma pessoa casada, talvez um parente do mesmo sexo que o candidato, é escolhido como intermediário. Auxiliados pelos mexericos, os intermediários que representam diferentes famílias, se encontram e discutem os possíveis casamentos. Os intermediários investigam a família de cada pretendente, indagam seu *status* social e econômico, educação, gostos pessoais e hábitos, saúde e provável compatibilidade de cada candidato, e finalmente averiguam os antecedentes da família com relação à lepra, sífilis, tuberculose e crime." (MELLO, Lúcia Wollet de. Costumes matrimoniais entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.8, n 2, p.145-146, 1960).

noivo(a) que seria um candidato de acordo com a expectativa da família que o escolheu, para processar o arranjo matrimonial. Às vezes o *nakodo* proporcionava um encontro entre os nubentes e, se sentissem inclinação mútua, os pais se informavam a respeito dos antepassados do pretendente; e se não houvesse nada que desabonasse sua conduta, marcava-se o casamento. No período Edo, a noiva passou a morar com a família do marido e, com isso, a cerimônia de acolhimento recebeu maior atenção. Se as famílias não estivessem muito distante uma da outra, um cortejo levava o enxoval para a casa do noivo e antes da partida da noiva dava-se a "festa da separação" (*wakare*). A cerimônia do casamento era realizada no espaço doméstico, na casa do noivo, "diante do altar dos antepassados, e consistia principalmente em troca de 'brindes' acompanhados da ingestão de alimentos",⁷⁰ com a participação de toda comunidade, sendo lavrada uma ata, assinada por duas testemunhas e depois registrada na prefeitura⁷¹. Mesmo nessas ocasiões, "a regulamentação xogunal proibia uma excessiva ostentação de riqueza que infringisse a hierarquia entre as classes".⁷²

Assegurado o domínio ideológico de todas as formas, e pautando-se principalmente no nacionalismo, em 1639, o xogun Tokugawa estabeleceu uma política de isolamento do país, proibindo a entrada de qualquer informação estrangeira. Essa restrição deixou de atingir somente um pequeno grupo de mercadores holandeses e chineses, confinados na ilha de Nagasaki. Esse pequeno núcleo transformou-se num único ponto de contato do Japão com o mundo exterior e por meio dele se deu a "introdução de livros e de alguns instrumentos ocidentais considerados úteis e não perigosos ao sistema político-social. Desses livros – que em sua maioria eram holandeses, porque a Holanda foi o único país ocidental que pôde se aproximar do porto japonês – adquiriram-se conhecimentos sobre o mundo

⁷⁰BEILLEVIRE, op. cit., p.213.

⁷¹MELLO, op. cit., p.145-146.

⁷²BEILLEVIRE, op. cit., p.212.

físico, químico, médico e geográfico".⁷³ E assim o país permaneceu por mais de cem anos, pois esse embargo se estenderia até a década de 1760.

As políticas implantadas pelos xoguns promoveram certa estabilidade econômica durante a primeira metade do século XVIII. E os camponeses tiveram um papel importante na sustentação do sistema, pois eram responsáveis pela produção de alimentos e pelo pagamento de impostos. Ao lado disso, o governo detinha o monopólio das minas de ouro e prata, matéria prima de que eram cunhadas as moedas. Na segunda metade desse século, porém, o xogunato passou a ter problemas nas finanças públicas, constatando que os rendimentos do país, provenientes da produtividade do arroz, principal produto da economia japonesa nesse período, eram insuficientes para cobrir as despesas. Para resolver esse problema, o governo aumentou os impostos sobre o produto. O campesinato foi, então, afetado duplamente: com o alto imposto sobre sua produção e com a ocorrência de catástrofes naturais.⁷⁴

O isolamento do Japão levava à desintegração do sistema. A população crescia e não havia condições de subsistência. Na década de 1780, por exemplo, a colheita de arroz foi um terço da de um ano normal e os camponeses reagiram contra o aumento dos impostos, abandonando o campo e dirigindo-se às cidades, onde:

Transformavam-se em empregados domésticos ou em vagabundos. Regiões inteiras, desertas, já não podiam pagar impostos. Os camponeses que nelas ficavam, incapazes de educar os filhos, praticavam o infanticídio ou o aborto, apesar das leis contrárias. Para acharem mão-de-obra, que se tornava rara, compravam crianças, já criadas, raptadas nas grandes cidades por comerciantes especializados nesse negócio.⁷⁵

Essas cidades sem nenhuma infra-estrutura recebiam ainda os *samurais*, que haviam perdido o interesse "pela dignidade de seu nome e pela pureza da raça".

⁷³OSHIMA, op. cit., p.98-99.

⁷⁴ANDERSON, op. cit., p.433-459.

⁷⁵CROUZET, op. cit., v.11, p.300.

Para subsistir, adotavam filhos da burguesia em troca de altas quantias ou tornavam-se "aventureiros, autores dramáticos, cançonetistas, cáftens, bandidos".⁷⁶

A "pirâmide de autoridade" encontrava-se em plena ruína:

Os especuladores enriquecidos, os fugitivos perdidos na multidão, ansiosos por aproveitar, uns de uma fortuna súbita, outros de um ganho inesperado, de um momento feliz entre duas crises, fazem a fortuna das cortesãs dos bairros reservados das grandes cidades (...) As cortesãs tornaram-se uma instituição pública.⁷⁷

Explodiram, em todo país, revoltas populares a favor de reformas políticas e pela volta do Estado imperial, revoltas que vão se intensificar nas primeiras décadas do século XIX. Na década de 1830, em meio a mais uma grave crise político-econômica, os japoneses passaram a exigir o retorno do Imperador ao poder, pois o "imperador é filho do Sol, Deus supremo". A oposição ao governo acreditava que só um poder forte, divino "guardião e símbolo dos valores culturais tradicionais", poderia acabar com as lutas e as revoltas populares, e denunciava que o isolamento do país tornara-se um entrave ao desenvolvimento econômico e social.⁷⁸

Em meio a essa crise, pressionado pelos Estados Unidos que, por meio de missões diplomáticas, buscava estabelecer relações comerciais com o Japão tendo em vista o desenvolvimento do comércio com a China e a indústria da pesca da baleia no Pacífico, o shogunato foi forçado a abrir o país ao comércio externo, assinando tratados comerciais entre 1858-1866. Em 1863, concedeu aos Estados Unidos a cláusula de nação favorecida, sendo seguida pelo Reino Unido.⁷⁹

Essas medidas, porém, não sanaram os problemas sociais, econômicos e políticos que a sociedade japonesa estava enfrentando. A abertura do país exigia

⁷⁶CROUZET, op. cit., v.11, p.300.

⁷⁷CROUZET, op. cit., v.11, p.300.

⁷⁸ANDERSON, op. cit.; CROUZET, op. cit., v.11.

⁷⁹SATO, Lílian Hassami. **A imigração japonesa para o Norte do Paraná**. Londrina: UEL, 1999. p.11.

transformações estruturais para atender à demanda do mercado interno e externo. Portanto, nos anos que se seguiram, o xogun passou a perder forças política e os opositores ao seu governo passaram a ganhar cada vez mais espaço.

De qualquer forma, desde o início do século XIX até esse momento, defensores de duas idéias antagônicas mantiveram o país em permanente tensão. De um lado, os que aderiram ao ocidentalismo ou ao cientificismo positivista aspiravam a uma mudança política de cunho modernizante e democratizante; de outro, em reação aos primeiros, os adeptos do antiocidentalismo, ou "etnocentrismo fanático", igualmente desejavam mudança política, mas orientada para um monarquismo imperial e nacionalista. "Ambos terminam por combater o conservadorismo do xogunato, e dão como resultado uma mudança política que é, ao mesmo tempo, modernizante e regressiva".⁸⁰

Assim, em 1867, o xogun, "com o poder em questionamento e pressionado pelos senhores de terras, fiéis ao imperador, entregou o poder".⁸¹ Com a sua renúncia, o poder imperial foi restituído a Mutsuhito Ishin Meiji. Iniciava-se, dessa forma, uma nova era de transformações sociais para o Japão.

1.3 ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE⁸²

Restabelecida a divindade do imperador, sua imagem passou a ser novamente cultuada⁸³ como "símbolo transcendental" em torno do qual todos os

⁸⁰OSHIMA, op. cit., p.99-100.

⁸¹SATO, op. cit., p.11.

⁸²O estado moderno surgiu no Ocidente como um desdobramento do estado absolutista, que era ainda em grande medida um estado feudal, não obstante centralizado. Entretanto, ele diferia de seu antecessor em muitos aspectos, particularmente por introduzir uma separação clara entre o público e o privado. Um estado "legitimado pela lei e pela eficiência burocrática, à qual contrapunha dois outros 'tipos ideais'. Eles seriam a 'dominação tradicional' – baseada na repetição dos comportamentos costumeiros e no hábito, legitimada, portanto, pela atualização dos passado – e a 'dominação carismática' – na qual as qualidades supostamente especiais do líder lhe garantem um séqüito de seguidores". (DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.87-89).

segmentos sociais podiam teoricamente ser reunidos.⁸⁴ Porém, a profunda crise econômico-social exigia que o imperador criasse estratégias para tranquilizar a nação, e uma delas foi traduzida na expressão "era das luzes", cuja promessa consistia na colaboração com os países mais evoluídos e na total renovação do país. Com efeito, comandando a Igreja e o Estado, o imperador Mutsuhito Ishin Meiji, fundador da dinastia, governou de 1868 a 1912 e "foi considerado o grande responsável pelo ingresso do Japão na Era Moderna e sua conseqüente transformação em uma das maiores potências econômicas mundiais da atualidade".⁸⁵

Esse Estado que propagava a "cooperação entre governantes e governados",⁸⁶ para efetivar suas políticas, aglutinou três forças poderosas: "os quadros fornecidos pelos nobres que querem restituir a nova ordem, os homens de dinheiro, desejosos de transformar a economia e, por fim, o espírito de sacrifício das massas".⁸⁷ E para administrar o poder foi criado o *genrô*, grupo de conselheiros cuja ingerência não tinha limites.

O *genrô* extingue a nobreza feudal, transforma os camponeses em proprietários de terra e declara todos os segmentos sociais iguais perante a lei. Nesse processo, deu-se a reforma que modernizou os serviços públicos e estabeleceu um sistema de prefeituras que substituiu os feudos; os componentes do exército passaram a ser recrutados por conscrição e criou-se o ensino para a

⁸³NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa**: na história contemporânea do Brasil. São Paulo: Massao Ohn, 1984. p.34.

⁸⁴BEILLEVAIRE, Patrick. La família, instrumento y modelo de la nación japonesa. In: BURGUIÈRE, André; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; SEGALLEN, Martine; et al. **História de la família**: 2 o el impacto de la modernidad. Madrid: Editorial. Alianza, 1988. p.245.

⁸⁵REZENDE, Tereza Hatue de. **Ryo Mizuno**: saga japonesa em terras brasileiras. Curitiba: SEEC; Brasília, 1991. p.21.

⁸⁶Os cinco artigos ou princípios do novo governo inscritos no *Gokajô* no *Goseimon* são: 1) deliberação pública de todos os assuntos importantes, em assembleias abertas; 2) participação de todas as camadas sociais nos negócios públicos; 3) satisfação do desejo legítimo de cada cidadão, sem distinção de estrato social; 4) abandono dos antigos costumes despropositados, por princípios racionais universalmente aceitos; 5) reforço do fundamento do império, mediante a absorção dos conhecimentos divulgados no mundo.

⁸⁷CROUZET, op. cit., v.6, p.157.

formação de quadros competentes. Contudo, o *ie* permaneceria "como modelo de organização e como ponto de referência ideológica".⁸⁸

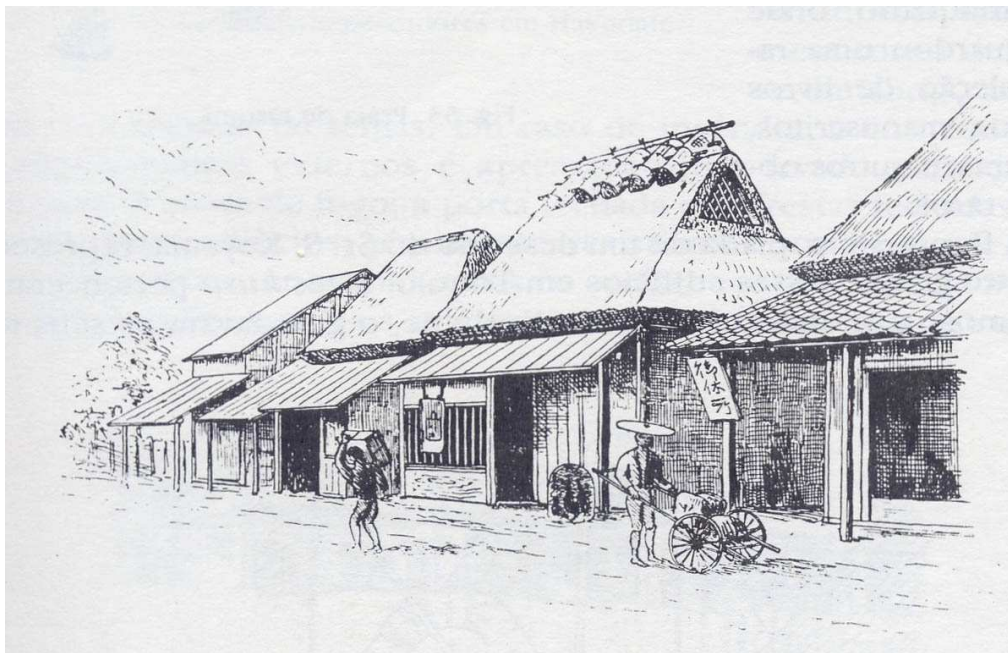
Aliás, o *ie* pode mesmo ser tomado como síntese do sistema dominante nesse período. Por um lado, o modelo receberia uma nova configuração em função da industrialização, do rápido crescimento demográfico e da migração para as cidades. Por outro, "pela flexibilidade das estratégias sucessórias que põe em jogo, a fim de assegurar simultaneamente a sua perpetuação e a maximização da sua capacidade produtiva, o *ie* é mais equiparável com uma empresa do que com uma unidade familiar no sentido estrito".⁸⁹

Dessa forma, o indivíduo continuava sendo identificado como membro de uma determinada casa. A autoridade do *ie* ainda era exercida pelo pai (e na ausência dele pelo primogênito) a quem cabia o comando do grupo doméstico, a responsabilidade pela organização e preservação do legado, o gerenciamento econômico, social, político e religioso da unidade familiar. O código civil implantado no final do século XIX, pelo sistema Meiji, preservou a primazia moral do chefe da casa sobre os demais membros e a responsabilidade da escolha do seu sucessor. Deste modo, ele detinha o poder para decidir a admissão de novos membros ou de excluir os considerados indignos:⁹⁰

⁸⁸CROUZET, op. cit., v.6, p.158.

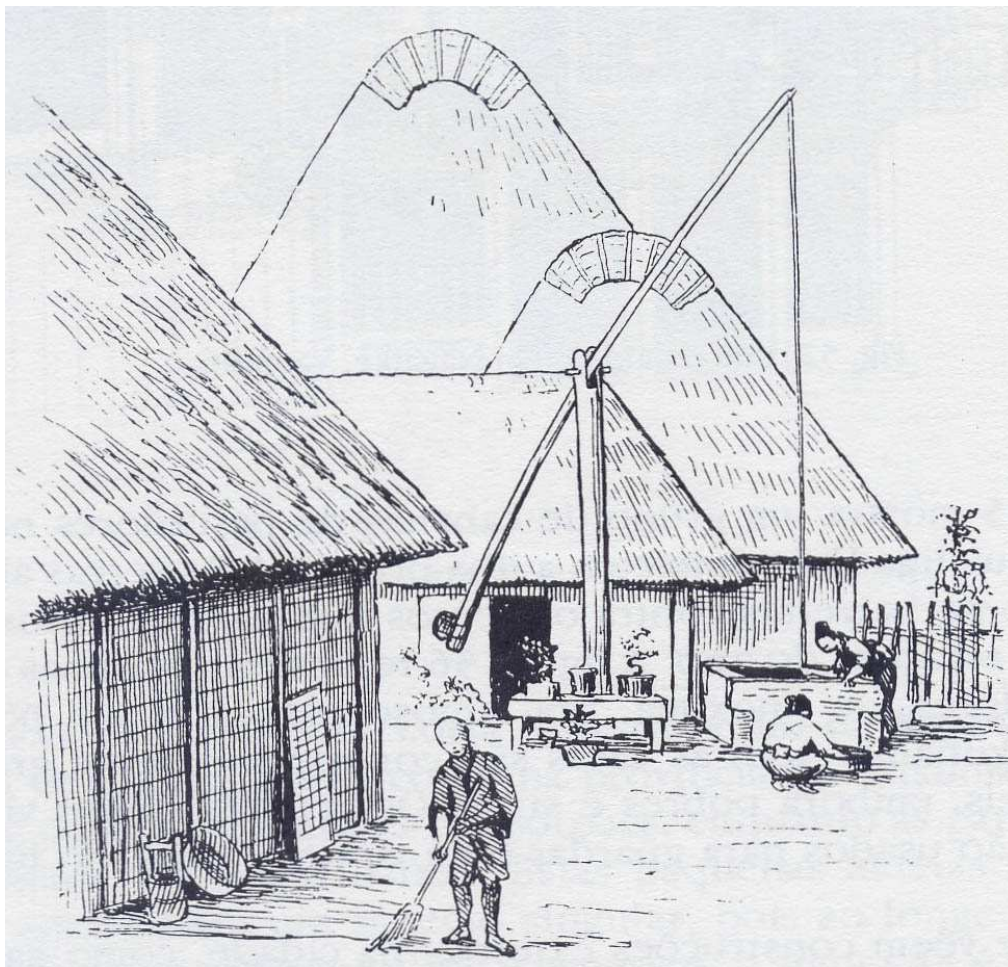
⁸⁹CROUZET, op. cit., v.6, p.224.

⁹⁰BEILLEVAIRE, La família..., op. cit., p.248.



Rua de aldeia em Nagaike, Yamashiro

FONTE: MORSE, E. S. **Lares japoneses**> seus jardins e arredores. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-]. p.87



Casas de agricultores em Mototaramitsu, Osumi

FONTE: MORSE, E. S. **Lares japoneses**> seus jardins e arredores. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-]. p.88

A partir do novo Código Civil japonês implantado nos anos 90 do século passado [XIX], decorreram várias medidas 'ocidentalizantes'. Os sistemas feudal e de castas, por exemplo, são formalmente abolidos e o sistema bushi de sucessão e herança unigenitura/primogenitura, até então restrito à categoria dos samurai, é estendido a toda população. É o que Befu (1971:50) denomina de 'samuraização' em que, dentro das regras da família japonesa, se impõe o treinamento moral do trabalho, a escolha da noiva pelo chefe do "Iê" (casa) e a definição do sucessor/herdeiro único, o katoku, aquele que dirigirá o "Iê", ou sucessor, o atotori, aquele que vem depois do pai.⁹¹

Por isso, a escolha de seu sucessor quando não se dava pelos laços de sangue tinha que seguir os valores culturais e sociais do seu grupo. "Nem a ocupação, nem as propriedades, nem a casa, nem as tradições ou os ancestrais pertencem ao indivíduo, mas sim à família como um todo."⁹² Portanto, os laços de sangue eram importantes na medida em que respondiam à regra de sucessão do grupo. Mas quando isto não acontecia, entrava em cena a segunda alternativa que, simbolicamente, iria permitir a perpetuação do grupo familiar por meio do nome. O que estava em jogo, no momento, era a perpetuação do grupo.

Pela regra de sucessão, "um e um só filho, se necessário adotivo, herda a direção da casa"⁹³ e dos bens, assim como também o culto aos antepassados e a obrigação de continuidade do *ie*, em termos econômicos, sociais e culturais.

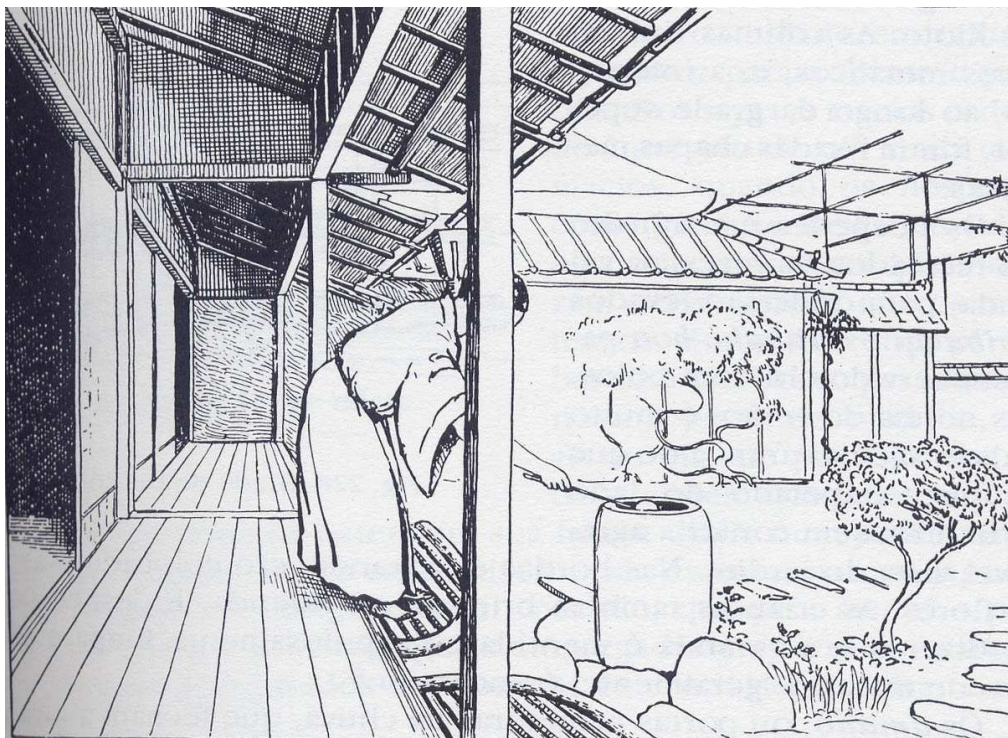
O "devotamento filial" no Japão (...) é uma questão circunscrita a uma família convivente. Consiste em assumir a devida posição de cada um, de acordo com a geração, o sexo e a idade, no seio de um grupo que inclui pouco mais do que pai e o pai do pai de cada um, assim como seus irmãos e descendentes.⁹⁴

⁹¹WOORTMA, Ellen F. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade. **Série Antropológica**, Brasília, n.183, 1995. p.3.

⁹²CARDOSO, R., op. cit., p.103.

⁹³BEILLEVAIRE, O Japão..., op. cit., p.205.

⁹⁴BENEDICT, op. cit., p.50.



Varanda de uma velha casa em Kioto

FONTE: MORSE, E. S. **Lares japoneses**> seus jardins e arredores. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-]. p.221



Cozinha de uma velha casa de fazenda em Kabutoyama

FONTE: MORSE, E. S. **Lares japoneses**> seus jardins e arredores. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-]. p.175

Porém, mesmo sendo a regra de sucessão patrilinear, ela poderia ser flexibilizada pela adoção. O filho adotivo perdia o sobrenome de sua família de origem, passava a usar o da adotiva e se tornaria o herdeiro e sucessor do chefe da família, do culto aos ancestrais.⁹⁵ O sucessor é um homem adulto que deve dar continuidade à ocupação econômica da família, por isso um dos critérios fundamentais na escolha desse novo membro era sua capacidade de trabalho na atividade econômica desenvolvida pelo grupo.

Vale salientar que o recurso da adoção não é uma especificidade da estrutura familiar japonesa, como colocam Radcliffe-Brown e Forde, "a relação social global entre pai e filho pode originar-se não em virtude do nascimento mas por via da adoção, como era praticado na antiga Roma e ainda hoje se pratica em muitos países".⁹⁶ A relação de parentesco é um processo de reconhecimento de uma relação social entre pais e filhos, tanto biológica como social.

A organização da família e a estrutura japonesa de parentesco podem ser entendidas a partir da definição dada por Abreu Filho, como "uma configuração específica de valores, que pode ter capacidade de qualificar, de dar sentido, de fornecer códigos culturais, através dos quais possam ser lidas outras relações sociais";⁹⁷ na medida em que a constituição da família prevê relação de consangüinidade – descendência – e relação de aliança, o universo cultural possibilita a "complementariedade dessas relações" e articula as dimensões sociais.⁹⁸

⁹⁵Vale salientar que o código civil japonês, de 1947, estabelecia direitos iguais aos filhos, independente do sexo e idade. Porém, muitas famílias preferem a sucessão patrilinear. Cardoso cita uma pesquisa em que a preferência dos japoneses sobre a regra ideal de sucessão foi a primogenitura patrilinear. Esta pesquisa foi realizada "depois da última guerra, na prefeitura de Kayama, esta continua a ser a regra preferida, pois 83% dos agricultores, 71,6% dos pescadores e 64% dos camponeses das montanhas manifestaram-se a favor desta maneira de transmitir a propriedade e a autoridade familiar..." (CARDOSO, R., op. cit., p.83-84).

⁹⁶RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Daryll. **Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p.15.

⁹⁷ABREU FILHO, Ovídio de. O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso. In: VELHO, Gilbert; FIGUEIRA, Sérvulo. **A família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981. p.137.

⁹⁸ABREU FILHO, op. cit., p.137.

É no interior do grupo doméstico que são transmitidos e preservados os valores culturais constitutivos do indivíduo, entre eles o da educação, do trabalho e da religiosidade. Tais valores estão sedimentados na honra, no respeito à hierarquia, na disciplina e na devoção filial. A estrutura de família adotada na sociedade japonesa fortaleceu igualmente a constituição dos espaços sociais, na medida em que essas pessoas viviam em pequenas comunidades, o que permitiu a criação de vínculos de solidariedade e sociabilidade.

Desta forma, pode-se dizer que a base social nesse período era o grupo doméstico, uma unidade cooperativa formada pela família elementar (pai, mãe e filhos) que poderia agregar parentes e não-parentes. Portanto, era de fundamental importância para manter o *status* e o papel que a família ocupava na comunidade que fossem preservadas a sua ocupação econômica e a sua estrutura cultural e social. O usual era que essa preservação fosse dada pela instituição do casamento. Benedict afirma que: "No Japão, raramente se adota um filho e sim um marido para uma filha. Este fica conhecido como marido adotado. Torna-se herdeiro de seu sogro."⁹⁹

A mulher japonesa era preparada culturalmente para o processo de adaptação ao novo lar, desde pequena. Quando passava a fazer parte da nova família, deveria assumir as obrigações com o sogro e a sogra, assim como com os demais membros do grupo familiar. O homem, quando passava a viver com um novo grupo, procurava inserir-se nas atividades econômicas que os demais membros desenvolviam, pois morar com a família da esposa significava que se tornaria filho-herdeiro.

Na era Meiji, os arranjos matrimoniais não perderam a característica de contrato entre famílias e permaneceram pautados pelas tradições culturais e sociais. Como novidade, introduziu-se na cerimônia do casamento o ritual *san san ku do* (três, três e nove vezes, número fastos), que consiste na troca entre os noivos de três vezes de três taças de tamanhos diferentes cheias de saquê.

⁹⁹BENEDICT, op. cit., p.66.

No campo da religião, a tradição foi apropriada pelo Estado naquilo que representava especificamente os símbolos da unidade e superioridade nacionais. Assim, o governo considerou de seu domínio o *Shinto*, mas não sendo este classificado "uma religião", podia ser ensinado nas escolas como a própria história do Japão, justificando também a veneração ao imperador. O *Shinto* do Estado foi inserido em um departamento no Ministério do Interior e os sacerdotes, as cerimônias e os altares eram sustentados pelo governo. Esses sacerdotes eram proibidos por lei de ensinar qualquer dogma e seguiam uma hierarquia correspondente à política e aos níveis de autoridade. Nas cerimônias ordinárias,

O sacerdote rezava e cada participante, por ordem de graduação, apresentava, com uma profunda reverência, o objeto onipresente no antigo e no novo Japão: um raminho de sua árvore sagrada, com tiras de papel branco dependuradas (...) Nos dias festivos do Xintó do Estado, o Imperador, por seu turno, celebrava os rituais para o povo e as repartições públicas fechavam.¹⁰⁰

Para todos os efeitos, porém, o Estado havia concedido liberdade de culto à população. O budismo, as religiões cristãs e os rituais populares do xintoísmo estavam afetos ao setor de Religião no departamento de Educação, mas a manutenção dessas instituições era responsabilidade exclusiva de seus membros. Sob a "liberdade" propagada e os ares modernizadores, surgiram também novas religiões, saídas principalmente do xintoísmo, a exemplo da *Tenrikyo* (Religião da Sabedoria Divina), oficializada em 1909, mas como uma seita do xintoísmo por imposição do regime imperial, e da *Hito-no-Michi*, fundada em 1924, que daria origem à *Perfect Liberty* (PL).¹⁰¹ Ainda assim, o budismo continuou como a religião mais praticada em quase todas as camadas sociais.¹⁰²

¹⁰⁰BENEDICT, op. cit., p.78-79.

¹⁰¹OZAKI, André Masao. **As religiões japonesas no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990. p.49, 66.

¹⁰²BENEDICT, op. cit.



Santuário doméstico

FONTE: MORSE, E. S. **Lares japoneses**> seus jardins e arredores. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-]. p.206



Pequeno jardim pertencente aos sacerdotes de um templo budista

FONTE: MORSE, E. S. **Lares japoneses**> seus jardins e arredores. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-]. p.258

Nesse Estado aberto às influências estrangeiras, chegavam do Ocidente técnicos, médicos e professores; eram traduzidas obras clássicas de filósofos, economistas e eruditos britânicos e americanos; a literatura, o teatro e as artes plásticas seguiam a tendência européia. Enfim, esta seria uma das formas de implementar a política de educação universal pretendida naquele momento.

Em 1871, o governo criou o Ministério da Educação que passou a ser responsável pela supervisão e controle das unidades de ensino. No ano seguinte, começou a ser implantado um novo sistema educacional, mediante a criação de escolas primárias – gratuitas e obrigatórias a todas as crianças durante seis anos – e secundárias por todo o país.

O Estado regulamenta cada detalhe das escolas e, como na França, cada escola do país esta estudando no mesmo dia a mesma lição do mesmo compêndio. Todas as escolas executam os mesmos exercícios calistênicos da mesma transmissão radiofônica, na mesma hora matutina. A comunidade não dispõe de autonomia local sobre escolas, polícia ou tribunais.¹⁰³

Pode-se dizer que o ensino compulsório foi facilmente aceitado porque desde o regime anterior os japoneses estavam familiarizados com as escolas-templo (*terakoya*).¹⁰⁴

Em 1877, fundava-se a Universidade Imperial de Tóquio. Essa instituição que a princípio acolheu 74% da aristocracia ou do setor militar e apenas 25% de outros segmentos da população, em 1885 já apresentava percentuais bem mais equilibrados, 52% e 42%, respectivamente, demonstrando a eficácia do projeto modernizador desse período.¹⁰⁵

¹⁰³BENEDICT, op. cit., p.76.

¹⁰⁴MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS. El Japón em transición: cien años de modernización. Japão, 1968. p.31.

¹⁰⁵MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS, op. cit., p.35.

Também as instituições religiosas, budistas, xintoístas e cristãs criaram escolas para difundir os valores religiosos. E sendo um período de restauração a educação também se pautou pelo fortalecimento das regras morais; no ensino elementar exigia-se que "as crianças aprendessem 'o orgulho nacional, a fidelidade à dinastia e o sacrifício à pátria'. Estes três termos equilibram-se uns aos outros".¹⁰⁶ O fortalecimento do nacionalismo nessa década foi uma estratégia para consolidar a idéia de responsabilidade para com as mudanças que estavam ocorrendo no país, pois havia o entendimento de que a educação tendo como fundamento a "fidelidade e o sacrifício pela pátria" tornava o "povo" responsável pelas transformações sociais.

Essas transformações chegariam ao campo pela difusão do ensino voltado à administração agrícola. Técnicos percorriam o país propagando novos métodos de cultivo, bem como a introdução do arado com tração animal, pois até aquele momento (década de 1880) o arado manual era o único implemento utilizado, o que praticamente impedia o aumento da produtividade. Em 1893, para promover o desenvolvimento na área rural, foi instalada uma estação nacional de experimentos agrícolas destinada à melhoria tecnológica.¹⁰⁷

Dois anos antes (1891), o governo japonês havia apresentado ao Parlamento um projeto de cooperativa de crédito que, mesmo sem ser aprovado, serviu para disseminar essa prática no país. Quando as cooperativas foram legalizadas (1900), em sua maior parte elas assumiram as características de uma iniciativa privada, que reuniam produtores de seda e chá preocupados com a padronização dos produtos para a exportação e com sua defesa perante os exportadores. O crescimento e o dinamismo dessa prática teriam resultado da

¹⁰⁶CROUZET, op. cit., v.6, p.160.

¹⁰⁷MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS, op. cit., p.44.

própria organização de vida dos camponeses estruturada em uma comunidade regional ou "*mura*".¹⁰⁸

Na década de 1890, em função igualmente das muitas transformações pretendidas no universo do trabalho, surgiram também escolas profissionalizantes, com vistas principalmente na industrialização do país, uma das metas prioritárias do governo.

Para viabilizar esse projeto, o governo financiou, investiu e controlou os sistemas de transportes e comunicação, a mineração e a indústria pesada, bem como as principais indústrias têxteis; articulou e atraiu o capital privado, concedeu empréstimos a juros baixos e subsidiou os investidores particulares.¹⁰⁹ O sistema Meiji iniciou, assim, a implantação de uma economia e uma política que foram base do sistema capitalista no Japão.

Em contrapartida, as reformas não conseguiram conduzir as questões agrárias com o mesmo êxito. Se os camponeses, agora, detinham a posse da terra, podendo comprar e vender, deveriam pagar os impostos em dinheiro e estavam obrigados ao serviço militar. Os rizicultores, por exemplo, eram proprietários de áreas tão exíguas que impediam a melhoria da produtividade e mesmo de equipamentos. Ao lado disso, os camponeses haviam perdido o direito de uso das florestas, que foram incorporadas ao domínio do imperador. Uma das alternativas de sobrevivência consistia, então, na venda da terra, o que acabou provocando a concentração fundiária. Como conseqüência desses e outros problemas, em 1870-1871, registrou-se a chamada "grande fome". E rebeliões tomaram conta do campo.¹¹⁰

¹⁰⁸ONO, Morio. De colono a pequeno produtor: considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p.160.

¹⁰⁹VIEIRA, op. cit., p.28-29.

¹¹⁰"Entre 1868 e 1878, a primeira década Meiji, verificaram-se, pelo menos, 190 revoltas." (BENEDICT, op. cit., p.71).

O visível empobrecimento dos camponeses motivava-os a se transferirem para os subúrbios das cidades à procura de trabalho. Porém, também a incipiente classe operária – formada nas tecelagens, oficinas de porcelanas, de esmaltes e de laca – percebia salários tão ínfimos como a mão-de-obra agrícola temporária e estava submetida a um contrato de trabalho por três anos, o que lhe impossibilitava qualquer resistência às péssimas condições de vida: "Em Tóquio, em cômodos de dois metros quadrados, amontoam-se famílias de quatro a cinco pessoas, que se alimentam com um franco por dia, de sopa e legumes cozidos, sobras das casernas e hospitais".¹¹¹

Se a capital não respondia às demandas sociais daquele momento, as cidades portuárias experimentavam uma fase de progresso. Osaka e Kobe exibiam sua ascensão comercial e dominavam as atividades têxteis e navais. Nelas, ao lado das tradicionais torres, despontavam os edifícios públicos ao estilo europeu. Iokohama, de simples aldeia de pescadores fora aparelhada com instalações modernas e podia receber os maiores navios; estava transformada, assim, em porto da capital.

Em todos os lugares, era possível notar a convivência da tradição com a modernização. Em Tóquio e principalmente em seus arredores:

brotam as casas de madeira e tijolos, os estaleiros e as fábricas. Um milhão de homens vivem num enorme superfície... Os juncos e, nas ruas, os jinriquis continuam a circular; já existem, porém, linhas de bondes elétricos, o telefone funciona e a iluminação elétrica se expande. Trajes europeus e nipônicos misturam-se. As pessoas da alta sociedade ainda usam, em casa, o juban ou camisa nacional e o quimono ou roupão; nas cerimônias o caori, espécie de hábito engomado. Apresentam-se com leque e guarda-sol, calçando os geta, socos de madeira. Mas vestem também a sobrecasaca e a jaqueta da burguesia ocidental. Permanece intacto entre eles, o entusiasmo pelo sumô e o judô; mas já se iniciaram no base-ball e no bola-ao-cêsto.¹¹²

¹¹¹CROUZET, op. cit., v.6, p.163.

¹¹²CROUZET, op. cit., v.6, p.163.

No campo político, em resposta tanto à sociedade, que pedia uma assembléia popular, quanto ao entendimento do governo que, assim promoveria uma unidade nacional, em 1889, o imperador promulgou a Constituição do Japão, que "Foi criada com grande cuidado por Suas Excelências, após um estudo crítico de muitas constituições do Mundo Ocidental. Contudo, seus redatores adotaram ' toda a precaução possível na defesa contra a interferência popular e a invasão da opinião pública'. A própria repartição que a elaborou pertencia ao Departamento da Casa Imperial, sendo por conseguinte sacrossanta".¹¹³ De qualquer forma, foram criados dois partidos políticos e a Câmara dos Comuns foi eleita por cerca de 500.000 eleitores.¹¹⁴

O "novo Japão" ia tomando configurações mais precisas. Em dez anos (1890 a 1900) o país passaria de 30 milhões de habitantes para 45 milhões, assistindo também a um crescimento demográfico, cujo objetivo era o de preparar uma demanda para o desenvolvimento que estava sendo construído. Com isso, verificou-se um desequilíbrio "entre população e território" obrigando o governo a desenvolver estratégias políticas de expansão territorial e a assinar tratados como o de Amizade, Comércio e Navegação, que foi firmado com vários países do ocidente, inclusive o Brasil.¹¹⁵ O governo destinou, então, um expressivo contingente de samurais e soldados-camponeses para a ilha de Hocado, embora seu clima não

¹¹³BENEDICT, op. cit., p.72-73.

¹¹⁴MASAHIDE, Bito; WATANEBE, Akio. **Um perfil cronológico da história japonesa.** Japan: International Society for Educational Information, s/d. p.17.

¹¹⁵Esse Tratado foi assinado com o Brasil em 5 de novembro de 1895, para garantir a representação diplomática, a radicação de colonos japoneses, liberdade de comércio e de navegação, com tratamento igual e favorecido aos navios das duas nacionalidades. Estabelecia, ainda, o livre trânsito dos cidadãos de um a outro país, proteção legal dos seus direitos, de suas propriedades e liberdade de culto.

favorecesse a rizicultura. Estimulou também a migração para a Coréia, as ilhas do Havaí e a Califórnia.¹¹⁶

Nesse momento, importava igualmente ao Japão clarificar suas fronteiras e fortalecer sua posição na Ásia Oriental. O governo procurou, para isso, estender a influência japonesa sobre a Coréia, que mantinha relação tributária com a China. As tensões criadas com essa política resultaram em conflitos com a China (1894-95). Vitorioso nessa guerra, o Japão absorveria Formosa como sua colônia. Nesse meio tempo, a Rússia também tentava se impor à Coréia. O Japão, aliado com a Grã-Bretanha, resistiu às pressões russas, saiu vencedor de mais um conflito (1904-05) e acabou por anexar a Coréia ao seu território. Tornava-se, assim, a potência militar mais forte da Ásia. Nesse contexto, emigraria para o Brasil, sob a tutela do Tratado assinado em 1895, o primeiro grupo de japoneses.

1.4 DESAFIOS DA MODERNIDADE

A posição internacional do Japão ganharia destaque com a Primeira Guerra Mundial (1914-18). Numa economia de guerra, o país desenvolveu-se rapidamente, acumulando capital e possibilitando o crescimento de novas indústrias, tais como: químicas, metalúrgicas e hidroeletricidade. Se, por um lado, esse crescimento refletiu positivamente em sua política externa – tanto é assim que passou a ter lugar privilegiado na recém-criada Liga das Nações – por outro, as necessidades sociais não foram devidamente contempladas. As condições de trabalho continuavam precárias em muitas fábricas, as vilas aglutinavam agricultores pobres e descontentes, tumultos sociais eclodiam em vários pontos do país.

No início da década de 1920, o Japão manteria seu ritmo de desenvolvimento, mas grupos extremistas, tanto da esquerda como da direita,

¹¹⁶SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1992. p.31.

ganharam terreno capitalizando os igualmente crescentes problemas sociais. No plano externo, também deveria enfrentar o nascente nacionalismo asiático, bem como sofrer as retaliações norte-americanas e britânicas em função do seu ambicioso plano de construir uma poderosa marinha. Ao final da década, sob o influxo da crise mundial de 1929, principalmente a redução das exportações japonesas constituiria fator de instabilidade social e política no país. Para os anos trinta, assinalavam-se incertezas e dificuldades também no Japão.

Os militares japoneses defendiam as conquistas de novos territórios como solução à crise econômica. E sem aprovação do governo civil, sob a liderança de oficiais ultranacionalistas, a Manchúria foi invadida em 18 de setembro de 1931, com ampla aprovação popular. Na esteira desse entusiasmo, radicais nacionalistas pregavam reformas que poderiam "livrar o Japão de seus políticos corruptos e capitalistas gananciosos" e defendiam que a "purificação" poderia advir até mesmo por meio de assassinato. No ano seguinte o então primeiro-ministro (Tsuyoshi Inukai), ao tentar deter um golpe de Estado, seria morto por um grupo de militares. Em 1936, um novo e violento golpe de Estado fracassaria deixando, no entanto, uma advertência aos políticos de que outras revoltas poderiam aflorar. Nos anos subsequentes, o conflito ultrapassaria as fronteiras nacionais, em 1937 as tropas japonesas enfrentaram as chinesas, próximo a Pequim e em 1940 ocuparam parte da Indochina. Porém, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Holanda, preocupados com o expansionismo japonês, embargaram o transporte de petróleo para o Japão; no processo de negociação, os Estados Unidos exigiram a total retirada japonesa da China, Manchúria e Indochina. Calculando que o dano moral da humilhação do exército imperial pesaria mais que os prejuízos econômicos da retirada, em 1941 os líderes políticos começaram a articular a declaração de guerra aos Estados Unidos.¹¹⁷

¹¹⁷BROW, Dale M. (Diretor da série). **Nações do mundo**. Japão. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1988. p.87.

Por outro lado, nesse período, apenas 15 famílias representavam 80% do capital do Japão. Na hierarquia social, conforme Braudel, os negociantes envolvidos nesse *big business* correspondem aos *daimyos* do passado e de seus clãs, os operários aos servos e os mestres de obras e engenheiros aos samurais. Para o autor, "as empresas continuam sendo familiares, misturando paternalismo e feudalismo, em um meio onde 'tanto a livre empresa como o comunismo são considerados como idéias estranhas e estrangeiras, capazes de destruir o *Kodo*, isto é, a via imperial do Japão'."¹¹⁸

Nesse quadro, a alternativa de sobrevivência para um expressivo contingente populacional seria a emigração. Observa-se que no período de 1920 a 1940, emigraram para o Brasil mais de 150 mil japoneses.

De resto, os deslocamentos populacionais do século XIX até a "a terceira década do século XX", constituíram um fenômeno de ordem internacional. Um grande número de pessoas deixou suas terras de origem, "temporária ou permanentemente". Esse fenômeno foi provocado, por um lado, pelas "transformações sócio-econômicas que estavam ocorrendo em alguns países da Europa e, de outro, pela maior facilidade dos transportes, advinda da generalização da navegação a vapor e do barateamento das passagens"¹¹⁹ nesse meio de transporte. Além desses, outros fatores contribuíram para os deslocamentos populacionais,

Entre eles, por exemplo, as Américas ao se tornarem independentes, em geral, abriram suas portas aos imigrantes, já que possuíam terras a povoar e a explorar. Por seu turno, na Europa, a Inglaterra, a França, a Alemanha, numa primeira fase e, depois, Portugal, Espanha, Itália e Áustria autorizaram a saída de emigrantes para os Estados Unidos, a Argentina, o Canadá e o Brasil.¹²⁰

¹¹⁸BRAUDEL, op. cit., p.263.

¹¹⁹FAUSTO, Imigração..., op. cit.

¹²⁰NOGUEIRA, **Imigração japonesa...**, op. cit., p.12.

Klein, ao analisar o processo de migração internacional na história das Américas, aponta três fatores que provocam o agravamento das condições socioeconômicas que afetam "a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la. (...) o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos". A terra tem, portanto, um papel muito importante, pois ela envolve as "mudanças dos direitos sobre a terra, suscitada via de regra pela variação da produtividade das colheitas, causada, por sua vez, pela modernização agrícola em resposta ao crescimento populacional".¹²¹

Logo, a decisão de migrar, sair de sua terra de origem e "aventurar-se" por terras "estrangeiras", só começa quando o indivíduo não consegue sobreviver em sua própria sociedade, ou seja, quando a sociedade de origem não oferece uma estrutura social e econômica capaz de assegurar sua sobrevivência e a da sua família.¹²²

A sociedade japonesa entrou de forma tardia nesse processo, no final do século XIX, quando teve de enfrentar as transformações trazidas pela Restauração Meiji.¹²³ Nesse momento, para o japonês, migrar foi uma alternativa de sobrevivência sua e a do seu grupo. Essa decisão esteve pautada na manutenção do uso da terra e no aumento populacional. A emigração no Japão está, pois, relacionada aos fatores de mudanças econômicas e sociais, analisados por Klein, devendo, assim, ser compreendida como parte do processo migratório internacional.

Mas esses deslocamentos duraram até a Segunda Guerra Mundial, quando o país foi reduzido às suas cinco ilhas, com a perda da Coréia, Formosa (Taiwan) e parte da China. Essa nova configuração geográfica trouxe à tona

¹²¹NOGUEIRA, **Imigração japonesa...**, op. cit., p.14.

¹²²KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

¹²³KLEIN, op. cit., p.14.

novamente o problema da grande população confinada a um pequeno território com poucos recursos econômicos.¹²⁴

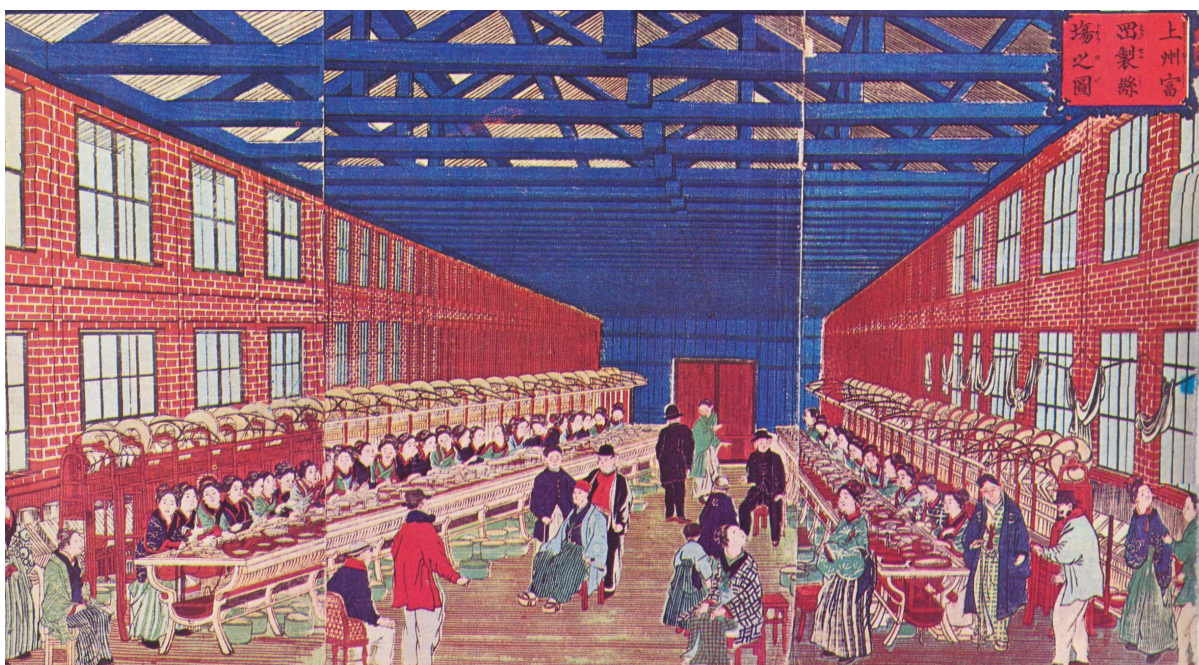
Retrocedendo-se o olhar deste ponto, é possível identificar as marcas impressas por uma organização social estruturada nos moldes de um Estado centralizador – por um longo tempo apartado das influências externas, principalmente ocidentais –, mantido e fortalecido pelos clãs, cuja autoridade emanada de um poder simbólico permeava todas as dimensões sociais. Um Estado que, ao optar pela modernização, levaria para dentro do país esta complexa equação: aliar desenvolvimento econômico à evolução sociocultural, sem que o povo perdesse sua configuração identitária. Na tentativa de resolvê-la, em alguns momentos incentivar a emigração mostrou-se a estratégia mais adequada. Então, a cada cidadão caberia manter em terra estranha a tradição de ser japonês.

¹²⁴CARVALHO, op. cit., p.41.



Grabados en madera que muestran el exterior de la primera fábrica japonesa de hilados que aplicó el sistema de producción en masa, inaugurada em 1872

FONTE: MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS. **El Japón em transición:** cien años de modernización. Japão, 1968. p.46



Grabados en madera que muestran el interior de la primera fábrica japonesa de hilados que aplicó el sistema de producción en masa, inaugurada em 1872

FONTE: MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS. **El Japón em transición:** cien años de modernización. Japão, 1968. p.46

CAPÍTULO 2

ROTAS DA ESPERANÇA

Dos 52 dias a bordo do Kasatu Maru, Massayo relatou insistentemente, nos últimos anos de sua vida, algumas sensações que lhe ocorreram. 'Ouvia-se ao longe o barulho assustador do oceano, misturavam-se no ar o aroma das refeições preparadas por todos os cantos, por conta dos próprios imigrantes, algumas baleias realizando acrobacias ao longe, para pânico dos pilotos japoneses, conscientes da fragilidade de sua embarcação. Era só água, céu, água, céu', recordava Massayo Ussui.¹²⁵

2.1 EM DIREÇÃO AO CRUZEIRO DO SUL

O processo de reestruturação socioeconômica vivido pelo Japão, desde a segunda metade do século XIX, favoreceu o surgimento de correntes migratórias que se encaminharam para diversas partes do mundo. Dentre os vários destinos desse movimento, estava o Brasil. Foi assim que, em 18 de junho de 1908, aportou em Santos, São Paulo, o navio *Kasato Maru*, trazendo 165¹²⁶ famílias, inaugurando a rota oficial de imigração entre o Brasil e o Japão. Certamente, em território nacional, já havia uma expectativa a respeito dessa chegada, na medida em que era pública a urgência de braços para suprir a demanda das lavouras da Região Sudeste:

¹²⁵PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998. p.19.

¹²⁶Existe uma discussão com relação ao número de famílias japonesas que chegaram ao Brasil em 1908. Segundo Nogueira, "com relação ao número de pessoas, a Hospedaria anota a vinda de 166 famílias e 40 elementos isolados, enquanto os dados do Consulado são de que chegaram ao estado 165 famílias e 51 elementos avulsos, afora 10 espontâneos, isto é, que não tiveram a passagem paga pelo governo. (...) A lista de bordo já aponta como espontâneos 11 imigrantes e não 10..." (NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Início da imigração: a chegada da primeira leva. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.39, 1995. p.50).

Diz o Correio paulistano que, de conformidade com o contrato firmado com o Estado de São Paulo, a Companhia de Imigração e colonização do império do Japão está presentemente preparado a trazer para o Estado cerca de mil agricultores japoneses, pelo vapor Kasato Maru que deverá sair de Kobe, Japão, em 12 de abril e chegar a Santos em fins de maio aproximadamente.¹²⁷

A partir daí, e durante boa parte do século XX, outros navios trouxeram milhares de japoneses: de 1908 a 1920 aqui chegaram 28.706 emigrantes; de 1921 a 1940¹²⁸, eles totalizaram 160.764 e de 1941 a 1960, foram registrados 43.572 emigrantes. A irregularidade no ingresso foi verificada principalmente nos períodos dos grandes conflitos mundiais, sobretudo da Segunda Guerra, quando o governo brasileiro opôs-se aos países do Eixo, do qual o Japão fazia parte.

Os primeiros imigrantes japoneses vieram para o Brasil para cumprir contrato com a *Empire Emigration Company*, com sede em Tokio. Essa empresa, então presidida por Ryo Mizuno¹²⁹, já havia, no ano anterior (1907), assinado acordo com o governado do Estado de São Paulo¹³⁰.

Esse primeiro contrato¹³¹ estabelecia "somente a entrada de famílias com 3 a 10 pessoas, com mais de 12 anos de idade, portanto, capacitada para o trabalho

¹²⁷DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 4 abr. 1908. p.1.

¹²⁸QUADRO 2 – Ministério do trabalho e Previdência Social. DNMO – Divisão de Migração. Resenha de imigração, por nacionalidade, de 1819 a 1970.

¹²⁹Mizuno é considerado o fundador da imigração japonesa para o Brasil. Esteve no Brasil em 1906, pela primeira vez, e, em 1908 veio como supervisor do primeiro grupo de imigrantes japoneses no navio Kasato Maru.

¹³⁰O contrato foi assinado pelo governador Jorge Tibiriçá, e seu secretário da Agricultura, Carlos J. Botelho, Secretário da Agricultura da época.

¹³¹Vale salientar que a assinatura do contrato do governo paulista com a empresa japonesa não constituía uma novidade; "já era uma prática utilizada trazer imigrantes para suprir a mão-de-obra nos setores produtivos da economia do Estado. Desse modo, durante o período de 1887-1900, a Espanha forneceu 11% dos imigrantes de São Paulo, Portugal 10% e outros países 6%. De 1901 a 1930, a distribuição de nacionalidades foi mais diversificada. A proporção de italianos caiu para 26%, os espanhóis subiram para 22%, os portugueses para 23%, e as outras nacionalidades alcançaram 28%. Desta última categoria, o mais importante grupo de uma única nacionalidade foi de japoneses, que começaram chegando em pequeno número em 1908, e se constituíram numa corrente contínua, depois de 1917. No período de 1911-1930, mais de 96.000 japoneses foram para São Paulo. O Japão, dessa forma, seguiu a Itália, Espanha e Portugal como a mais importante fonte de força de trabalho para as fazendas de café". (HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.73).

na agricultura"¹³². O número total de imigrantes que deveriam entrar no país seria de 3.000, com uma cota anual de 1.000 imigrantes, e havia a exigência de que cada unidade familiar dispusesse de três integrantes em idades produtiva, o que ficou conhecido como a 'lei das três enxadas'. No entanto, entre os pioneiros, houve uma incidência de indivíduos solteiros, conforme apontou Nogueira: "165 famílias e 51 elementos avulsos, afora 10 espontâneos, isto é, que não tiveram a passagem paga pelo governo".¹³³

Naquele período, a ação das companhias de imigração marcou o processo de inserção de japoneses em território brasileiro. Ao governo do Estado de São Paulo ficou a responsabilidade de subvencionar parte do transporte dos imigrantes¹³⁴, fornecer moradia, assistência médica, indenizar, nos casos de morte e invalidez, ter intérprete e apontadores para cada grupo de 200 imigrantes introduzidos e remunerar a companhia japonesa, por imigrante, para cobrir as despesas com a viagem. Uma parcela desse subsídio era paga pelos fazendeiros, que, posteriormente, descontavam dos salários dos imigrantes.

Em contrapartida, a Companhia japonesa deveria

providenciar o exame médico dos emigrantes, antes do embarque; a devolução ao contratante, da importância por ele adiantada caso algum elemento fosse considerado não apto a desempenhar suas funções ao chegar ao Brasil, o reembolso das despesas proporcionais aos dias de trabalho, nos casos de abandono do serviço por parte do trabalhador, durante a vigência do prazo contratual; e, enfim, a nomeação de um inspetor que, além do japonês, falasse o português ou o francês para facilitar a comunicação entre as partes.¹³⁵

¹³²SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos**: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.39.

¹³³NOGUEIRA, Início da imigração..., op. cit., p.50.

¹³⁴VIEIRA, op. cit., p.39-41.

¹³⁵SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, op. cit., p.49.

Os imigrantes assinavam, então, dois contratos: o primeiro, no Japão, com a Companhia de Emigração, e o segundo, no Brasil, com o fazendeiro para quem iriam trabalhar:

Embora o prazo do contrato celebrado no Japão compreendesse apenas a época da primeira colheita de café, cerca de meio ano, foi estabelecido, no Brasil que, exceções à parte, esse prazo seria de um ano agrícola, de acordo com a praxe. Como constou do contrato de imigração celebrado entre a Companhia de Emigração e o Governo do Estado de São Paulo; (...) O contrato firmado pelos imigrantes, antes da partida do Japão, rezava: 'Prazo do contrato: tempo necessário à primeira colheita – cerca de meio ano.'¹³⁶

Em sete anos contava-se a chegava da décima leva de imigrantes japoneses no porto de Santos, "Do primeiro navio de emigração (1908) até o décimo navio (1914) (...) foram transportados 3.734 famílias, equivalendo a 14.983 japoneses, através das companhias de emigração japonesa."¹³⁷ Nessa ocasião, porém, em função do baixo índice de fixação nas fazendas, a concessão de subsídio foi suspensa e o contrato rescindido, pois o governo paulista estava insatisfeito com as constantes fugas e as recusas dos imigrantes de trabalhar nas lavouras de café.

Mas, em 1917, o governo paulista assinou um novo contrato com a Companhia de Emigração Takemura Shokan Kaisha, e passou novamente a subsidiar a vinda dos imigrantes. Nesse período, o governo japonês, com o intuito de intervir na organização e controle da emigração¹³⁸ fundou a Kaigai Kogyo Kabuschiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A. – K.K.K.K), empresa que, até 1920, foi incorporando as demais companhias japonesas e assumindo, assim, o monopólio do processo migratório no Brasil.

¹³⁶HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.13-14.

¹³⁷MITA, CHIYOKO. **Bastos**: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. p.20;

¹³⁸VIEIRA, op. cit., p.39-41; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, op. cit., p.48-49.

Por seu lado, o governo de São Paulo continuou subvencionando a vinda dos imigrantes japoneses até 1921; quando o governo japonês assumiu esse encargo. Dois anos depois (1924), o Parlamento japonês aprovou concessão de subsídio integral da passagem marítima. A K.K.K.K. tornou-se o órgão executivo da política de emigração e desde então orientou o processo¹³⁹, atuando como única companhia japonesa de imigração no Brasil até 1940.

2.2 O CONFRONTO DAS EXPECTATIVAS

2.2.1 A Oportunidade Verde

Deixar a pátria não parece ser uma decisão fácil, independente dos motivos. Este relato, porém, mostra exemplarmente como, às vezes, se define o destino:

Minha mãe... propôs-lhe o Brasil, país onde a terra fértil precisava de lavradores. Onde os homens ainda não estavam intoxicados de vícios e ódios milenares, onde os estrangeiros eram acolhidos como irmãos e onde o clima era ameno durante o ano todo. Meu pai escutou-a em silêncio pensando na propaganda que destacava as vantagens que o Brasil oferecia. (A.S.I.)

Essas informações recebidas pelos japoneses, em geral, eram dadas por parentes ou conhecidos já instalados no território brasileiro, ou ainda pelas Companhias de Emigração que divulgavam propagandas repletas de elementos que permitiam a construção de imagens favoráveis do Brasil.

Os veículos de comunicação propagavam no Japão – tal como ocorria nos países europeus¹⁴⁰ – a imagem do Brasil como o "país do futuro", com terras férteis, clima ameno e pronto para ser explorado; forjavam, assim, a idéia do país da abundância, porém carente de mão-de-obra, homens que, trabalhando, poderiam ficar ricos. Completavam esse imaginário, descrevendo-o como a terra da liberdade,

¹³⁹VIEIRA, op. cit., p.39.

¹⁴⁰ANDREAZZA, op. cit.

da fraternidade, da ausência de preconceitos de raça e de religião. Com isso, as famílias inclinadas a emigrar acreditavam que, ao contrário do que estava acontecendo no Japão, encontrariam aqui as condições "ideais" para a sobrevivência do seu grupo familiar.

Para aquele momento, entre as condições ideais havia ainda a oportuna esperança de retorno. A propaganda fomentada pela Companhia de Emigração vendia o sonho do enriquecimento rápido e, conseqüentemente, de breve retorno à terra natal, fazendo-os confiar que iriam "debulhar as árvores de ouro (os cafezais) e ganhar muito dinheiro".¹⁴¹ Contando com essa possibilidade, muitas famílias japonesas projetaram sua vinda nesta perspectiva: chegar ao Brasil, trabalhar e fazer uma poupança que garantisse o futuro do seu grupo na terra natal, em melhores condições, e retornar ao Japão, o mais rápido possível. E essa idéia de retorno só foi perdida após o término da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão se rendeu às forças aliadas.

Essa imagem construída do Brasil não era uma particularidade dos meios de comunicação japoneses. Nos países europeus, na segunda metade do século XIX, as propagandas das terras brasileiras, do clima ameno, imagem de "paraíso", foram também utilizadas como estratégia para estimular a saída dos indivíduos de sua terra natal. Os veículos de divulgação enfatizavam principalmente os elementos que os imigrantes não possuíam na sociedade de origem naquele momento: terra e trabalho.

Para além da propaganda, a escolha pelo Brasil tinha também como importante fundamento a manutenção do grupo familiar. Naquele momento, a outra opção de emigração japonesa era a Manchúria, mas havia um inconveniente para os que eram aceitos para trabalhar nesse país: não podiam levar suas famílias. Já no

¹⁴¹SETO e UYEDA, op. cit., p.39.

Brasil, os primeiros contratos privilegiavam famílias cujos membros pudessem se dedicar à lavoura; logo, "as acolhia de braços abertos".¹⁴²

Desde este ponto, passa-se a contar com os relatos dos quatro livros de memórias selecionados para trazer neste estudo as reconstruções das experiências de vida de autores descendentes de imigrantes, cujas lembranças subsidiarão a análise.¹⁴³ E esses livros registram que o fato de os contratos privilegiarem a emigração da família teria sido um dos principais motivos para a tomada dessa decisão. H.C., ao relatar a chegada de sua família: pai, mãe, um irmão de 13 anos e um agregado pela Companhia de Emigração compondo o quinto membro da família, tenta fazer uma interpretação do que os teria trazido para cá: *"Surgiu a idéia de se aventurar no Brasil com o objetivo de enriquecer rapidamente e voltar para o Japão, foi assim que chegamos em Santos". (H.C.)*

Outro memorialista, I.Y., reconstrói uma cena que ele, então com nove anos, vivera com a família, antes da partida:

'Junte-se todos para tirar a foto'. O pai chamou aos gritos. (...) era um dia frio de inverno (...). Era a única fotografia da saudosa família conservada até hoje, aparecendo aí todos da nossa infância (...) Nessa altura, o pai, já decidido a emigrar para a América do Sul, estava preparando a aquisição de passaportes. Naquele ano de 1933, o Japão estava no auge da depressão econômica. No meio da situação desfavorável do setor de mina de carvão, os nossos pais ficavam aflitos ao pensar no futuro dos seus filhos ainda pequenos. (...) Daí que surgiu a idéia de ir ao Brasil com o fim de enriquecer-se rapidamente, dentro do prazo máximo de dez anos, segundo notícias favoráveis das pessoas que regressaram do Hawaí e do Brasil. Além dessas, o pai explicou à mãe que o governo da província de Fukuoka estava incentivando a emigração além mar, em que o Brasil, favorecido por um clima ameno, mantendo sempre uma temperatura média de 25° centígrados, era considerado como um paraíso. (I.Y.)

¹⁴²SETO e UYEDA, op. cit., p.19-20.

¹⁴³Os textos dos memorialistas estarão sempre grafados em itálico, para diferenciá-los da citação de trechos teóricos ou de outras fontes.

A.S.I. e sua família (ele, primogênito, e mais quatro irmãos) chegaram ao Brasil em 22 de fevereiro de 1934. A.S.I. nascera em de 1924, no período Taisho¹⁴⁴, em uma pequena aldeia situada ao Norte do Japão, chamada Izumita, distrito de Inata, no município de Iwasse (hoje município de Sukagawa), província de Fukushima, uma região de clima temperado e economia baseada no cultivo de cereais e de frutas. A.S.I., muito tempo depois, relembra a chegada cheia de expectativas: "*estávamos em fevereiro, mês em que o sol do Brasil é pródigo em luz e calor. Mês em que os pássaros se amam, os insetos zumbem, as borboletas saem dos casulos, as cigarras zumbem e as formigas trabalham*" (A.S.I.). Em sua maturidade, esse imigrante reveste sua memória de um encantamento frente ao mundo novo. Uma lembrança, já romanceada, que indica a disposição de enfrentar a reconstrução socioeconômica que se prenunciava à família. Plenas de significados, as metáforas utilizadas na narrativa reforçam a expectativa de renascimento e alegria (borboletas e cigarras), alcançada por meio da disciplina e do trabalho (as formigas).

As narrativas refletem uma memória coletiva que acompanhou os imigrantes. Isto porque, a "memória registra um modo de freqüentar o mundo", a experiência que o indivíduo guardou e que a lembrança resgata para o presente como uma demarcação de seu lugar no mundo social, pois "o narrador ao contar experiências vividas com o outro, expressa a necessidade de um lugar para se amparar".¹⁴⁵ Assim, a lembrança revela a imagem guardada de um momento muito particular, vivido pelo narrador, mas que é fruto da experiência e da memória do grupo.

Da mesma forma, a perspectiva de um futuro melhor e de recuperar, com a emigração, o sonho perseguido em seus locais de origem, faz parte de um imaginário construído, resultado de um desejo de conquista e de busca que impulsiona o projeto de vida nas sociedades receptoras. De maneira geral, o

¹⁴⁴Em 1912, morreu o imperador Meiji e foi substituído por Taisho, que deu continuidade ao desenvolvimento industrial do Japão. Nesse período o país entrou em muitos conflitos externos com o objetivo de conquistar espaços políticos e territoriais, como já descrito no capítulo 1.

¹⁴⁵GROSSI, Yonne de S.; FERREIRA, Amauri C. Razão narrativa: significado e memória. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n.4, p.31, jun. 2001.

deslocamento de imigrantes para outros espaços tem "um forte componente de compulsão, determinado por várias razões, entre as quais predominam as de natureza econômica; mas encerra também uma escolha, cujo acerto o imigrante avaliará ao longo de sua vida".¹⁴⁶

2.2.2 "O Perigo Amarelo"¹⁴⁷

Para alguns dos estudiosos do processo de imigração japonesa no Brasil¹⁴⁸, o crescimento econômico e militar japonês e a sua visibilidade como potência no Extremo Oriente "se chocam com os das potências ocidentais, originando um clima de tensão latente com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França. Essa tensão se traduziu sob diferentes formas, sendo a emigração um ponto de controvérsia". O que estava em jogo, naquele momento, era a "concorrência econômica". Os países ocidentais que dominavam o mercado econômico internacional passaram a ver o Japão como um concorrente que, a cada ano, conquistava mais espaços.¹⁴⁹ O expansionismo japonês passou a ser divulgado mundialmente e interpretado com temor em outros universos sociais.

Na sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, a questão racial já era objeto de discussão por parte da intelectualidade e políticos brasileiros. Segundo Giralda Seyfert, "a preocupação da elite com a composição étnica da população brasileira, em especial com a miscigenação", esteve constantemente trazida nos discursos desses atores sociais. "A desigualdade das raças humanas, a superioridade genética da raça branca, a força da seleção social

¹⁴⁶FAUSTO, Imigração..., op. cit., p.19.

¹⁴⁷A expressão "perigo amarelo", derivado do inglês "yellow perril", foi difundida nos EUA ante o temor de uma invasão asiática durante o início do século XX. Morimoto, 1999, p.101, citado por TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra, 1939-1945**. Inventário Deops: módulo III, japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. p.14.

¹⁴⁸SAKURAI, Imigração..., op. cit.; NOGUEIRA, Início da imigração..., op. cit.; VIEIRA, op. cit.

¹⁴⁹SAKURAI, Imigração..., op. cit., p.216.

(sexual), a impossibilidade dos negros se tornarem civilizados, entre outros, são os princípios sobre os quais a tese do branqueamento foi construída."¹⁵⁰ Esta tese estava fundamentada nas teorias da desigualdade das raças humanas pautadas nos estudos do Conde de Gobineau, publicados em 1853, que previa uma população de fenótipo branco.¹⁵¹ Essa posição era tão radical, que no início do século XX, Romário Martins¹⁵² sugeria, no Paraná, a expulsão "a bala" dos alemães que não se deixassem assimilar.¹⁵³

O que estava em jogo era a formação da "raça brasileira", pautada no modelo ocidental do "branco europeu". A composição dos grupos que chegaram ao Brasil no final do século XIX era tida como a ideal para o branqueamento do povo brasileiro. Segundo Alcir Lenharo, "o importante era o branqueamento lento e seguro da população do país". Nessa situação, o imigrante japonês "representa o novo, fora de controle, uma projeção de insegurança para o futuro que se quer na mão, o elemento não previsto numa ampla estratégia de controle e do trabalhador"¹⁵⁴ Logo, o japonês colocava em xeque esse "ideal". Assim, esse imigrante foi avaliado

¹⁵⁰SEYFERTH, A liga..., op. cit.

¹⁵¹SEYFERTH, A liga..., op. cit., p.128-129.

¹⁵²Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba, a 8 de dezembro de 1874. Aos 15 anos perdeu o pai e foi trabalhar como aprendiz na tipografia do jornal "Dezenove de Dezembro". De 1890 a 1892, foi colaborador da Secretaria de Ensino Público do Paraná. Publicou *Vozes Íntimas* (1893), *Noites e Alvorada* (1894). Foi colaborador no jornal "Diário do Comércio", na "Tribuna" e na "República", em que foi redator por 34 anos, de 1896 até 1930. Em 1895, lançou *O Socialismo*. Em 1898 estreou na literatura com o livro de contos *Ruínas* e na historiografia o *Combate do Cormorant*. Em 1899, publicou a *História do Paraná*. Em 24 de maio de 1900, Romário Martins fundou o Instituto Histórico e Geográfico, na biblioteca do Clube Curitibano. Em 1902, foi nomeado diretor do Museu Paranaense. Em 1927, a Universidade do Paraná conferiu a Romário Martins, pelos seus serviços à causa agrônômica e histórica, o título de "Doutor em Honoris Causa". A 27 de janeiro de 1928, lançou o *Movimento Paranista*. (BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba, v.23, p.5-26, 1974).

¹⁵³NADALIN, Sergio Odilon. Imigração e colonização alemã na obra de Romário Martins. In: **Anais do Colóquio de Estudos Regionais**, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. Boletim n.21, Curitiba, 1974, citando MARTINS, Romário. Uma viagem pelo Paraná. In: **Almanach do Paraná para 1900**. Curitiba: Livraria Economica, 1900. p.235.

¹⁵⁴LENHARO, op. cit., p.115.

como inconveniente pelos intelectuais e eugenistas defensores da tese de uma suposta inferioridade racial dos povos amarelos – acrescentou um novo elemento ao caldeirão racial do país, ameaçando o projeto étnico de um futuro Brasil branco. Além disso, a imigração era interpretada como uma questão intrinsecamente ligada ao fator de assimilação dos alienígenas que aportavam no Brasil. O Japonês era diferente não apenas biológica como culturalmente, daí a origem das apreciações supostamente científicas sobre o nipônico, unânimes em lhe atribuir o estigma de raça inassimilável.¹⁵⁵

A questão da eugenia também fundamentava essa posição, acrescentando novos critérios para a seleção dos mais aptos ao modelo almejado de construção do branqueamento da "raça brasileira civilizada". À questão da cor, agregavam-se novos elementos, ao referirem não "apenas às raças consideradas inferiores, mas também aos próprios brancos europeus, na medida em que são indesejáveis os criminosos, os loucos, os idiotas, os portadores de defeitos físicos, o proletariado andrajoso". Para os eugenistas, alguns atributos são herdados e podem ser utilizados como elementos selecionadores como: inteligência e degeneração.¹⁵⁶ O pressuposto da construção do povo ideal brasileiro a partir de "características tipológicas definidas", levando em consideração a "diversidade racial existente", asseguraria ao Brasil um lugar "entre as nações civilizadas". Se sua "composição demográfica herdada do império fosse invertida, a questão racial deixaria de ser um problema, desde que fossem assegurados os mecanismos necessários à passagem de uma população predominantemente negra e mestiça para uma população branca".¹⁵⁷

Nessa direção, a Emenda Constitucional n.º 1.053 de 1934 propunha "uma política de incentivo à imigração branca. Alegava-se que os 'homens de cor', os asiáticos, e os negros, americanos ou africanos, eram possíveis portadores de "germes profundos de discórdia". Os imigrantes japoneses possuíam um duplo perigo: o de "serem representantes de uma nação imperialista" e o de serem "agentes ameaçadores de degenerescência racial".¹⁵⁸

¹⁵⁵TAKEUCHI, op. cit., p.15.

¹⁵⁶SEYFERT, A liga..., op. cit., p.133.

¹⁵⁷SEYFERT, A liga..., op. cit., p.134.

¹⁵⁸TAKEUCHI, op. cit., p.16.

Essa posição evidenciava uma contradição na avaliação que os brasileiros faziam dos japoneses, visto que seria muito difícil conciliar uma atitude imperialista, de superioridade racial com a idéia de degenerescência. De qualquer forma, eles aparecem no discurso político como elementos "perigosos", indesejáveis para a construção de uma sociedade "branca civilizada". Passaram, pois, a enfrentar um contexto avesso a sua presença, mesmo sendo desejados pelos empresários como braços úteis ao trabalho agrícola.

Essa preocupação tinha como base mais uma etapa do desconhecimento do "outro", do diferente, por parte da sociedade. A chegada dos imigrantes japoneses "marcou o início da 'aventura' de um grupos social ainda estranha aos naturais da terra".¹⁵⁹ Esta postura levou aqueles que se julgavam autoridades no assunto do "branqueamento da raça" a acreditar que os japoneses, tão diferentes dos europeus, teriam dificuldades de integrar-se à sociedade brasileira. Por isso, pode-se dizer que:

Esse empreendimento foi considerado por muitas autoridades e intelectuais da época como fadado ao fracasso. Acreditava-se que ele não vingaria, com base nas teorias raciais propagadas no século anterior por Gobineau. Vários intelectuais brasileiros colocaram como ponto central de sua retórica a inadmissibilidade do japonês, apontada como prejudicial à 'formação de uma raça pura' no Brasil e imprópria à realidade brasileira.¹⁶⁰

O parâmetro de sua classificação eram as sociedades ocidentais e os imigrantes que estavam fora desse universo, marcado pelo ocidente, eram tidos como "elementos inassimiláveis e perigosos para a segurança nacional".¹⁶¹

¹⁵⁹DEZEM, Rogério. **Inventário Deops**: módulo III, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. p.29.

¹⁶⁰DEZEM, op. cit., p.29.

¹⁶¹PERES, Elena Pájaro. Proverbial hospitalidade? A revista de imigração e colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul./dez. 1997, p.58.

Na Era Vargas, essa posição levou a uma preocupação com a interação e o contato interétnico na formação do povo brasileiro, tomando como base os fatores sociopolítico e racial. Os parâmetros levantados eram as questões política e biológica. No caso dos nipônicos, o fato de o Japão ter saído vitorioso na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), ter ampliado seus domínios no continente asiático e de sua população pertencer à raça "amarela" influenciou na construção de uma imagem negativa do imigrante. A aliança com outros grupos não daria como resultado o padrão desejado, o "homem branco".

Na década de 1930-1940 alguns pensadores como Miguel Couto, Arthur Neiva e Felix Pacheco fortaleceram essas idéias a partir dos seguintes argumentos:

Não vinha essa gente, como proclamaram os seus agentes, nos ajudar a formar nosso povo e conseqüentemente a nossa nacionalidade. Fanáticos da pátria de origem, não aceitava a adotiva, e, somática e psicologicamente, inassimilável vinha apenas construir núcleos de pelotões e guerrilhas, disfarçados em núcleos coloniais estanques, na verdade quistos raciais isolados em nosso meio, dentro da nossa vida, penetrando a nossa alma ingênua, espionando tudo que é nosso, a que vota ódio mortal e nojo. Indigestão japonesa.¹⁶²

Os argumentos dos intelectuais refletem a ideologia do branqueamento do brasileiro, "e o desejo que perpassa o pensamento e a obra política das classes dominantes do país",¹⁶³ de excluir os indivíduos que não possuíam os atributos de acordo com a idealização, como, por exemplo, a população negra ou amarela. Como expressou Antonio Xavier Oliveira, no caso dos japoneses, seriam inassimiláveis e indigestos.

A questão da assimilação percorreu toda a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial, "o conceito de 'perigo amarelo' ressurgiu mesclado a novos argumentos que identificavam os nipônicos

¹⁶²OLIVEIRA, Antônio Xavier. Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto. **Rev. Imig. Col.**, Rio de Janeiro, v.4, n.2-3, p.234-54, maio/set. 1963.

¹⁶³LENHARO, op. cit., p.120.

indiscriminadamente, como súditos do Eixo". Ganhou também um novo conteúdo, tornando-se *perigo militar*, deixando o componente biológico em segundo plano. Nesse contexto, os imigrantes passaram a ser vigiados cotidianamente, em virtude do temor de estarem planejando "estender o império japonês às Américas".¹⁶⁴

Essa questão, que já fazia parte do cenário brasileiro desde o início do processo de imigração japonesa, deu argumentos aos meios de comunicação, que a usaram na construção dos primeiros discursos que retomavam os estereótipos forjados no final do século XIX e início do XX, pelo discurso legal.

2.3 SER ESTRANGEIRO

Os imigrantes japoneses, ao chegarem ao Brasil, passaram, assim, a ter contato com um universo multicultural, fruto do processo de ocupação e do desenvolvimento da sociedade brasileira, num contexto político não muito favorável às populações imigrantes.

No transcorrer da Era Vargas¹⁶⁵ (1930-1945), o país vivia um período de transformações políticas, econômicas e sociais fundamentadas em suas constituições, a de 1934, e, aquela inspirada no regime fascista, a de 1937. Nessa época, os governos democráticos constituíam minoria no mundo e, por toda Europa, sopravam os ventos do autoritarismo, especialmente na Itália e Alemanha, assim como na América do Sul e no Japão. Essas orientações não eram estranhas à política brasileira; pelo contrário, permeavam as decisões e as ações do governo. Assim, as estruturas do país estavam marcadas por ideologias que pretendiam a implantação de um sistema discriminatório que utilizava o controle da população, até

¹⁶⁴TAKEUCHI, op. cit., p.16-17.

¹⁶⁵Estou entendendo a Era Vargas, segundo a definição dada por D'Araujo, como "o conjunto das políticas econômicas e sociais introduzidas no país a partir de 1930, que marcaram de maneira indiscutível e indelével o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira". (D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997. p.7).

do seu cotidiano e as normatizações das práticas sociais. O governo procurou atingir sua maior força e foi capaz de multiplicar sua coação em todas as esferas, e assim produziu valores que atingiram amplamente a população.¹⁶⁶ Nesse momento, todo e qualquer movimento exigia muito cuidado e precaução, principalmente entre os estrangeiros – como os alemães, italianos, que já traziam em sua bagagem determinadas "experiências políticas" consideradas indesejadas no universo social brasileiro. Para evitar a reprodução dessas experiências em solo nacional, os estrangeiros passaram a ser vigiados e controlados.

É exemplo dessa situação o fato de os assuntos de imigração brasileira que eram de responsabilidade dos Ministérios da Justiça e dos Negócios Interiores, das Relações Exteriores e do Trabalho, após 1942, terem sido transferidos para o Ministério da Guerra, pois "a imigração era considerada um problema político". Esta preocupação com os imigrantes, no caso particular dos japoneses, fundamentava-se no pressuposto de que essa "corrente imigratória (...) traria prejuízos aos trabalhadores nacionais e à segurança nacional, visto que os imigrantes deveriam ser antes um fator de progresso e não de desagregação social e desordem política".¹⁶⁷

A particularidade do caso japonês residia também no elevado número de ingresso desses imigrantes desde as décadas de 1920 e 1930. A diminuição somente se verificou a partir de 1934, quando a Constituinte aprovou para a entrada de estrangeiros uma quota de 2% ao ano, calculada com base nos números de imigrantes ingressados nos últimos 50 anos. Cytrynowicz afirma que:

¹⁶⁶DUARTE, Adriano Luiz. A criação do estranhamento e a construção do Estado público: os japoneses no Estado Novo. **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.131, jul./dez. 1997.

¹⁶⁷TAKEUCHI, op. cit., p.85-185.

A lei foi feita especificamente contra os imigrantes japoneses, cuja entrada havia se concentrado nos anos anteriores a 1934. Em 1942, a estimativa de imigrantes apontava 160 mil naturais do Japão e 120 mil descendentes. Ao final da guerra, incluindo-se os filhos de imigrantes nascidos no país, a comunidade nipo-brasileira era composta de cerca de 300 mil pessoas; o censo do IBGE registrou 329.082 em 1950.¹⁶⁸

Para atingir a meta de unificação física, cultural e social do país, Getúlio Vargas passou a governar a partir de decretos-lei, dentre os quais alguns estabeleciam as regras para a eliminação das características que pudessem existir entre a população nacional e estrangeira, exigindo abandono dos laços e dos valores herdados dos seus países de origem, no caso dos estrangeiros. Assim,

A lei de imigração de 1938 (decreto-lei n.º 406, de maio, e complemento, decreto-lei 3.010, de agosto) tinha como um dos objetivos centrais 'opor uma barreira ao impressionante afluxo do elemento japonês que demandara o Brasil e, ao mesmo tempo, reprimir as valedades que sob a inspiração dos regimes vigorantes nos seus países, haviam despertado no seio das nossas populações de sangue alemão, nipônico e italiano'. Escreve-se ainda que o único país que oferecia oportunidades de imigrantes era o Japão, "aquele de onde menos convinha recebêssemos imigrantes".¹⁶⁹

De modo que a partir da implantação do Estado Novo foi decretada, em 1938, uma série de "medidas nacionalista, e xenófobas" com o objetivo de

converter as diferenças em igualdade. Mas não com o sentido democrático e sim racista. O termo eugenia tornou-se constante nos discursos acadêmicos e políticos expressando ideais similares ao fascismo italiano que almejava, dentre seus objetivos, a pureza da raça...¹⁷⁰

¹⁶⁸CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilidade e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000. p.141.

¹⁶⁹CYTRYNOWICZ, op. cit., p.152.

¹⁷⁰CARNEIRO, Maria Luiza Tucci apud DEZEM, Rogério. **Inventário Deops**: módulo II, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. p.38.

Tratava-se, portanto, de uma política nacionalista cuja meta era a de fortalecer e elevar o espírito de brasilidade. No transcorrer deste processo, os imigrantes japoneses passaram a sofrer discriminação¹⁷¹ ante a população nacional. Constituía, como já visto, "o perigo amarelo".

Do ponto de vista dos milicianos da nacionalidade do Estado Novo, a guerra impôs um processo de assimilação ou aculturação – conceitos que tem significado a dissolução da própria identidade dentro de uma cultura majoritária e que era calculada segundo parâmetros químicos, como salubridade. Quando falhava a solução, importava-se a metáfora médica: o quisto, a exigir – na mesma lógica deste discurso eugenista – a extração, a exclusão.¹⁷²

A política implantada em relação aos estrangeiros não levou em consideração a pluralidade, um atributo favorável à construção de uma identidade brasileira multicultural, desconsiderando as possibilidades e a riqueza que envolvem essas dimensões. Renunciando ao diverso, o sistema político desejou o impossível, a eliminação das características bioculturais, e buscou "construir uma nacionalidade homogênea e indistinta. Os diferentes modos de vida, de opinião, de crença e de comportamento eram recusados porque estas noções remetiam à imagem de uma sociedade multifacetada e plural".¹⁷³

Assim, sobretudo no período chamado Estado Novo, o governo articulou um projeto que tinha como base, segundo Duarte, "quatro pilares": o anticomunismo,

¹⁷¹Vale salientar que a discriminação sofrida pelos orientais não é um caso isolado da sociedade brasileira, outros países que também contavam com mão-de-obra oriental, como bem coloca Nogueira, "opunham a eles sérias restrições. (...) os chineses (por exemplo) nos Estados Unidos, onde, segundo Lawrence Guy Brown (Brown, 1933:270), sofreram restrições de caráter social, quando tachados de inassimiláveis e portadores de costumes e idéias estranhas; econômico, por se satisfazerem com salários irrisórios e, portanto, competirem com o braço nacional, por fumarem ópio, jogarem, além de acusados de outros vícios; político por temerem que com sua multiplicação constante viessem a dominar com o tempo toda a costa banhada pelo Oceano Pacífico. Observações da mesma natureza foram feitas anos mais tarde com relação aos nipônicos." (NOGUEIRA, Início da imigração..., op. cit., p.57).

¹⁷²CYTRYNOWICZ, op. cit., p.153.

¹⁷³DUARTE, op. cit., p.130.

o trabalho, a pátria e a moral. Com base nesses conceitos, foram construídos um discurso e uma prática do novo ordenamento da sociedade brasileira.¹⁷⁴

A conformação de uma sociedade a partir desse modelo requeria a eliminação do que era incompatível. Os indivíduos que não se enquadrassem "deveriam ser eliminados do convívio social e, portanto, do espaço público", pois representavam um "perigo à pátria". "É a partir do inimigo a ser combatido, do outro, que é possível construir a imagem da nacionalidade una, coesa e indivisa".¹⁷⁵

Nesse contexto, a situação dos imigrantes, que já vinham sofrendo preconceitos sociais ao longo da sua trajetória no Brasil, agravou-se, pois uma boa parte deles passou a ser encarada como inimigos perigosos. O Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, proibiu a participação de estrangeiros nas atividades políticas. O imigrante tornou-se, a partir desse decreto, "um potencial inimigo da civilização, um portador de atributos que podiam levar à degenerescência da nacionalidade".¹⁷⁶ O Decreto Federal de 4 de maio, do ano seguinte, proibiu a publicação de jornais que não fossem editados em português.¹⁷⁷ Em agosto de 1938 foi também proibido, mediante decreto, o ensino em línguas estrangeiras.

O cotidiano dos imigrantes japoneses passou a ser controlado. As regras estabelecidas impediam sua liberdade de organização, sua sociabilidade foi limitada ao grupo familiar, e conseqüentemente sua integração ao universo social ficou afetada em relação a seu próprio grupo, pois não podiam manter as organizações sociais específicas: associações nos moldes japoneses ou escolas.

Passaram a ser vistos como indivíduos que colocavam em xeque as grandes questões nacionais. Uma vez que as regras estabelecidas a partir de

¹⁷⁴DUARTE, op. cit., p.130.

¹⁷⁵DUARTE, op. cit., p.130-131.

¹⁷⁶DUARTE, op. cit., p.132.

¹⁷⁷CITRYNOWICZ, op. cit., p.137.

decretos pretendiam criar uma sociedade sem antagonismos sociais e políticos, os estrangeiros e seus descendentes que não se enquadrassem às normas e às regras poderiam sofrer punição. No entanto, alguns imigrantes eram bem-vindos, a exemplo dos portugueses, porque "o português que aqui aportava era de origem agrária, dócil, e vinha reforçar a matriz básica de criação do tipo racial do brasileiro", enquanto "o asiático, leia-se o japonês, representa o novo, fora de controle, uma projeção de insegurança para o futuro que se quer na mão, o elemento não previsto numa ampla estratégia de controle do trabalho e do trabalhador".¹⁷⁸

Como japonês, o memorialista A.S.I. sentiu os efeitos causados pela política brasileira, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial: o estigma, os preconceitos com relação aos imigrantes e conseqüentemente as dificuldades encontradas em inserir-se no mercado de trabalho como contador. *"Eu sentia na carne os efeitos daquela época confusa que a guerra semeou entre os povos. Mesmo depois da rendição do Japão, em 1945, o efeito psicológico pouco mudou, com a polícia desempenhando papel decisivo na incompreensão."* (A.S.I.). A.S.I. vivenciava as conseqüências deste processo. As intervenções nas organizações japonesas eram freqüentes: *"todas as firmas japonesas ou que tinham maioria de funcionários japoneses, passaram a ter interventores brasileiros. Bancos, cooperativas, indústrias e sociedades estavam sob a direção de interventores"*. (A.S.I.)

Nesse período, muitos estrangeiros foram presos, muitas escolas de ensino de língua estrangeira foram fechadas. Para os japoneses, como para os demais imigrantes, a proibição do uso da língua vedava a transmissão de um legado cultural que fundamentava a identidade japonesa. Como diz Cytrynowicz, para

¹⁷⁸LENHARO, op. cit., p.113-114.

os imigrantes japoneses, as medidas de nacionalização impostas por Getúlio Vargas – proibição do ensino de língua estrangeira nas escolas e nos jornais – eram como 'se se pedisse o suicídio espiritual de um povo'. Para os imigrantes, transmitir a língua japonesa era condição *sine qua non* para a continuidade de seu povo, porque era por meio da língua que se transmitiam valores, como respeito aos pais e aos mais velhos, que garantiam a própria estrutura econômica da agricultura dos imigrantes, baseada no trabalho de toda a família subordinada ao pai-chefe.¹⁷⁹

O que justifica a resistência de muitos imigrantes nipônicos às determinações que limitavam suas práticas e tradições culturais, mesmo que essa postura os levasse a sofrer proibições por parte dos órgãos responsáveis pelo controle social.

Hatsuo Higuchi foi processado, com outros japoneses, pela Delegacia de Polícia de Pompéia (SP) por manter o funcionamento clandestino de escolas japonesas. Rui Tavares Monteiro, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social, relatou ao Delegado Especializado de Ordem Política e Social, em 26 de outubro de 1940, que, apesar da repressão constante e incansável das autoridades, continuavam as infrações às leis brasileiras, as quais determinavam a proibição do ensino ministrado em língua estrangeira nos cursos de alfabetização. Segundo ele, os mais persistentes eram os japoneses e informou que Hatsuo Higuchi foi um dos indivíduos surpreendidos pelas autoridades, lecionando em idioma japonês. O Delegado Adjunto considerou que o procedimento desses indivíduos exigia punição severa, pois tal atividade era nociva para a sadia obra de nacionais em que estava empenhado o governo brasileiro.¹⁸⁰

Boris Fausto observa que "a língua funciona como forma consciente ou inconsciente de resistência à integração".¹⁸¹ Isso pode explicar por quê, para aquele governo, a alfabetização em outra língua que não a portuguesa viabilizaria a construção de um cidadão estrangeiro ferindo a ideologia do Estado brasileiro, que tinha entre seus objetivos principais a assimilação pelo imigrante da cultura nacional.

¹⁷⁹CITRYNOWICZ, op. cit., p.162.

¹⁸⁰TAKEUCHI, op. cit., p.119.

¹⁸¹FAUSTO, Imigração..., op. cit., p.52.

Também os deslocamentos dos imigrantes japoneses, da mesma forma que dos italianos e alemães, passaram a ser controlados. Os órgãos de fiscalização do Estado Brasileiro vigiavam, passo a passo, as ações e os trajetos realizados pelos imigrantes em seu dia-a-dia. Takeuchi publicou um inventário dos prontuários do acervo do DOPS, do Arquivo do Estado de São Paulo¹⁸², que revela o comportamento dos japoneses diante dessa realidade. Os imigrantes que desejassem sair de uma cidade para outra, ou para outros estados brasileiros, tinham que pedir salvo-conduto autorizando o deslocamento; e mesmo aqueles que já possuíam naturalidade brasileira deveriam solicitar autorização ao órgão competente, obedecendo à fórmula oficial:

Aijiro Kiyooka solicitou em 21 de maio de 1945 um documento permanente que o isentasse do salvo-conduto, pois preenchia as exigências referentes aos cidadãos brasileiros por naturalização publicadas pela imprensa. Em 22 de maio de 1945, o Arquivo Geral e o 'S.S' expediram certidões de 'nada consta' contra o requerente.¹⁸³

O prontuário de Guenitiro Arashiro, de 1943, revela como era realizado o controle de mudança de residência e salvo-conduto. Para transferir-se da cidade de Santos (SP) para a cidade de São Paulo, solicitou liberação à Superintendência de Segurança Política e Social. Em 1945 pediu um salvo-conduto "para viajar e permanecer em Santos, por um período de cinco dias, a fim de assistir a um irmão doente". Foi deferido o pedido. Arashiro, porém, "ao chegar a Santos, deveria apresentar-se incontinenti ao Delegado de Estrangeiros".¹⁸⁴

Muitas solicitações de salvo-conduto e transferência de residência foram negadas aos imigrantes. Em 1943, Hatsu Uehara solicitou "autorização para transferir sua residência, bem como a de seu marido, de Quatá (SP) para Londrina

¹⁸²TAKEUCHI, op. cit.

¹⁸³TAKEUCHI, op. cit.

¹⁸⁴TAKEUCHI, op. cit.

(PR)". O pedido foi negado pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, por entender que "não era conveniente a transferência de japoneses e alemães para o Estado do Paraná". Segundo o Delegado do órgão, "apenas a transferência de italianos poderia ser permitida, assim mesmo, mediante consulta prévia".¹⁸⁵

Além disso, como já verificado, os espaços de sociabilidade – associações, escolas – e os veículos de comunicação – rádio, jornais – criados pelos imigrantes e seus descendentes com o objetivo de manter a sua cultura e estabelecer um vínculo de comunicação, tiveram impedidos seu funcionamento e circulação. Os imigrantes que não respeitassem as regras estabelecidas de não usar a língua de origem em público, ou de não manter escolas e associações, eram presos ou punidos. Por vezes, só lhes eram confiscados os materiais, ou fechadas suas associações. Os arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) registram esse controle:

Em 22 de Julho de 1945 pela delegacia Regional de Londrina foi detido, o Thoshiuki Ogasawara, filho de Mohei Ogasawara, de nacionalidade japonesa, da localidade de Junsen- Japão, nascido em 1 de janeiro de 1919, casado, profissão lavrador, na ocasião que estava escutando emissora do Japão, transcrevendo as notícias em papel de embrulho para distribuição entre os patrícios, sendo instaurado inquérito, apreendido o rádio e diversas folhas manuscritas em caracteres japoneses.¹⁸⁶

Dia 29 de abril de 1942 foi detido em sua residência, Haruo Adachi, filho de Zinzo Adachi e de Kimi Adachi, de nacionalidade japonesa, natural de Kumamoto – Japão, nascido em 13 de setembro de 1904, casado, lavrador, por ser encontrado, outros japoneses, ouvindo musica nipônicas em sua radiola. Novamente dada busca, foram apreendidos diversos livros, discos, jornais, todos em idioma japonês, e o rádio de sete válvulas de sua propriedade.¹⁸⁷

¹⁸⁵Prontuário n.º 24071, In: TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.117

¹⁸⁶Delegacia de Ordem Política e Social, processo n.º 6875 – Prontuário n.º 3549 (cx. 483) Arquivo Público do Estado do Paraná.

¹⁸⁷Delegacia de Ordem Política e Social, processo – Prontuário n.º 1576 (cx. 356) Arquivo Público do Estado do Paraná.

Pode-se, portanto, perceber que características étnicas e lingüísticas foram elementos importantes na política nacionalista implantada na Era Vargas, na perspectiva de construir um país sem diferenças e homogêneo. Hobsbawm aponta que estes dois elementos são centrais na construção de uma nação, "a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial".¹⁸⁸ Nesse sentido, partia-se do pressuposto de que a "assimilação" dos códigos e das regras de organização da sociedade brasileira pelos imigrantes era requisito básico para o estabelecimento de vínculos mais efetivos com a comunidade local, conseqüentemente sua integração à nação brasileira.

Os imigrantes, porém, nem sempre responderam positivamente, preferindo resistir a essa imposição, mesmo que fossem punidos. Em 1940, Hatsu Higuchi respondeu processo, juntamente "com outros japoneses", por manter clandestinamente uma escola de alfabetização em língua japonesa, em São Paulo, e ser professor dessa escola. O Delegado de Polícia "considerou que o procedimento desses indivíduos exigia punição severa, pois tal atividade era nociva para a sadia obra nacional em que estava empenhado o governo brasileiro".¹⁸⁹

Como até mesmo manter-se atualizado com os acontecimentos no Japão era considerado "nocivo", Tadahiro Sudo teve seu aparelho de rádio apreendido pela Delegacia de Polícia de Cafelândia (SP). Ele solicitou a devolução e foi atendido, mas com algumas ressalvas:

Após as informações dos setores da polícia (Arquivo Geral, S.S. e Cartório), o Superintendente de Segurança Política e Social determinou ao delegado de Polícia de Cafelândia que restituísse o aparelho apreendido ao requerente. Para obter o deferimento, o requerente deveria comprometer-se a não ouvir irradiações após às

¹⁸⁸HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.126.

¹⁸⁹Prontuário n.º 46364, p.119.

24 horas, horário em que era possível captar programas irradiados do Japão. Além disso, o requerente deveria lacrar, às suas custas e por técnico da confiança do Delegado de Cafelândia, as ondas curtas do seu aparelho de rádio.¹⁹⁰

A resistência fortaleceu, em muitos momentos, os laços de solidariedade e ao mesmo tempo viabilizou a manutenção e preservação de hábitos e costumes referentes à cultura de origem e, desta forma, a construção da etnicidade. Vale considerar aqui que a atitude desses imigrantes pode dever-se tanto à recuperação dos valores tradicionais que permeavam a sociedade de origem – a tradição do período Tokugawa e a valorização da educação formal empreendida no período Meiji, como visto no capítulo 1 – quanto à própria situação de conflito vivida no contexto em que se estabeleceram os imigrantes.

De qualquer forma, se as medidas restritivas das décadas de 1930 e 1940 atingiram grande parte do contingente de imigrantes japoneses, criando uma situação de discriminação e repressão no solo nacional, também fortaleceram o grau de pertencimento a uma comunidade. Nesse sentido, a discriminação dava elementos para a criação de um elo mais forte entre os japoneses. Por exemplo, os imigrantes lançaram mão da estratégia de aproximar-se de seus conterrâneos para viabilizar sua permanência em solo nacional, construindo, assim, uma rede de ajuda mútua.

2.4 SER ITINERANTE

Ao reconstruir o itinerário de alguns imigrantes, neste item procura-se entender o significado social e econômico da mobilidade espacial e identificar quais são os valores culturais acionados pelos nipônicos nesse processo, pois "...uma história de migrações, de deslocamentos de população, revela comportamentos, padrões de relações sociais, momentos de crise... Traduz fenômenos culturais e,

¹⁹⁰Prontuário n.º 27627. In: TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.172.

nesses e outros aspectos, as migrações permitem-nos compreender os fatos humanos – entre outros, políticos, religiosos e econômicos".¹⁹¹

Ao lado disso, as migrações internas, tanto dos nacionais como dos estrangeiros, "são historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança"¹⁹² que afeta a estrutura e a organização dos atores em nível psíquico e social. É um recomeço de uma vida que requer novas estratégias e a construção de novas relações.

No caso dos imigrantes japoneses, nas décadas de 1910 e 1920 o ponto de partida foram as fazendas paulistas, onde eles estavam fixados na condição de trabalhadores contratados; e o principal fator do deslocamento foi a perspectiva de alterar essa condição. Nas décadas seguintes, as migrações internas no Brasil passaram a constituir um elemento de recomposição tanto da população rural (décadas de 1930 e 1940) como da urbana (década de 1950 e seguintes), seguindo o fluxo da expansão econômica, e esses imigrantes acompanharam esse movimento.

2.4.1 Pelas Fazendas Paulistas

Os imigrantes japoneses que chegavam a São Paulo eram encaminhados às fazendas de café, junto com o intérprete de cada grupo, logo após a assinatura do contrato com os fazendeiros. Nessas fazendas, já trabalhavam, além de brasileiros diversas famílias de imigrantes de outras etnias.

A estrutura de uma fazenda de café, nas primeiras décadas da chegada dos imigrantes japoneses, foi descrita como

¹⁹¹NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SEED, 2001. p.8.

¹⁹²SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.217.

constituída pelo escritório, no centro, pela sede do fazendeiro, pela casa do administrador, pelo terreiro, pela máquina seletora de café e pelos demais setores, inclusive o pomar. (...) Em outra parte, começando pela moradia do fiscal e pela pensão, havia a concentração de casas dos colonos, as quais se dispunham em fileiras de dez, vinte ou mais. Estas formavam a chamada colônia que podia abrigar duas famílias, às vezes três; conforme a fazenda, esses cortiços eram construídos em duas filas, tendo ao meio uma passagem, a rua.¹⁹³

A chegada dos imigrantes nesses locais foi marcada por uma dupla perspectiva: a dos fazendeiros que queriam resolver o problema da falta de mão-de-obra, e a dos japoneses desejosos de encontrar a "árvore dos frutos de ouro". Porém, os imigrantes se depararam com uma realidade muito diferente daquela por eles imaginada. As condições de moradia que lhes eram oferecidas, casas toscas, de madeira ou de tijolos pintadas com cal, às vezes de pau-a-pique e chão de terra batida, camas feita de sacos de palha de milho¹⁹⁴, geraram os primeiros desapontamentos. O impacto foi antes de tudo cultural, já que estavam acostumados a dormir em colchões de algodão e suas casas eram forradas com *tatami*¹⁹⁵.

Na Fazenda Dumont, por exemplo, conforme o depoimento de um imigrante, os alojamentos eram divididos para acomodar em torno de sete famílias, as condições habitacionais precaríssimas e o cotidiano exaustivo:

no chão batido de terra havia palhas, as camas eram feitas de tronco de árvores enfileirados, o acolchoado era feito de retalho de panos de algodão, forrados por cascas de milho e dormiam com uma manta. A refeição era composta por arroz feijão e carne seca. As cinco horas da manhã soava o sino do despertador e às cinco e meia saíamos para o serviço; trabalhávamos até às seis horas da tarde, totalizando doze horas de trabalho diários.¹⁹⁶

¹⁹³HANDA, **O imigrante**..., op. cit., p.25.

¹⁹⁴PARANÁ SHIMBUN, 10 jun. 1998. p.8.

¹⁹⁵Tatami é uma esteira de palha entrelaçada que reveste o soalho da casa japonesa.

¹⁹⁶Depoimento de Tojimoro Ibaragui, publicado por Noriyasu Seto. In: SETO, Cláudio e UYEDA, Maria Helena. **Ayumi**: caminhos percorrido. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.50.

Acostumados com estrangeiros de outras etnias, os fazendeiros talvez desconhecêssem a profunda diferença de hábitos e costumes entre os povos do ocidente e aqueles do oriente, a ponto de não oferecer nenhuma alternativa de infraestrutura doméstica. Por sua vez, os imigrantes tentavam detectar os elementos comuns ou semelhantes à sua cultura, para adaptá-los a sua forma de vida. Trata-se de um processo que vai permitir a comparação entre os dois mundos, ou, como diz Roberto Da Matta,¹⁹⁷ é a "transformação do exótico em familiar e do familiar em exótico"; o olhar dos estrangeiros, a partir da sua cultura. O estranhamento revelava o impacto do universo novo que passava a ser desvendado para torná-lo familiar: "Os imigrantes foram obrigados a tirar o quimono, largar a tigela e o hashi (pauzinho para as refeições) e beber café no lugar de chá. Mais do que isto, foram obrigados a reaprender o modo de pensar o cotidiano e a falar um idioma incompreensível para eles."¹⁹⁸

Para seu dia-a-dia os imigrantes deveriam adquirir mantimentos e instrumentos de trabalho – enxada, foice etc. – nos armazéns, sendo as despesas anotadas em uma caderneta para posterior pagamento. Este sistema cerceava aos colonos o controle de suas despesas, pois não lhes dava base para verificação de quanto gastavam. Os armazéns facilitavam-lhes crédito para suprir suas necessidades básicas, mas ao mesmo tempo criavam uma relação de dependência, já que, nesse sistema, os imigrantes não tinham como planejar e controlar seus gastos. Esse foi durante muito tempo um fator "condicionador" da vida na fazenda. Aqueles que não produziam o suficiente, ficavam presos às dívidas.¹⁹⁹

O trabalho na fazenda começava as seis e terminava às dezoito horas. Os contratados recebiam seu pagamento, tendo como base o número de pés de café

¹⁹⁷DA MATTA, Roberto. **Relativizando**. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁹⁸PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998. p.8.

¹⁹⁹Vale salientar que esta problemática foi vivenciada por imigrantes de outras etnias como italianos e suíços, não se tratando de uma particularidade exclusiva do japonês.

tratados ou os sacos de grãos colhidos e empilhados. Cada colono tinha direito de cultivar determinada área de terra com o que quisesse para seu consumo e também lhe era permitido vender o excedente em seu benefício. Muitas vezes, essa era a forma de assegurar o sustento da família e o mecanismo utilizado por muitos para fazer uma pequena poupança, pois o trabalho na lavoura de café não rendia o suficiente para garantir as despesas dos armazéns, nem o custo dos instrumentos de trabalho.

As condições enfrentadas pelos recém-chegados definiram sua postura na permanência e trajetória no solo brasileiro, pois o tratamento recebido era muito diferente daquele anunciado pela Companhia de Emigração, antes de saírem de sua terra natal. "A terra prometida, a fartura e a riqueza rápida"²⁰⁰ estavam longe de ser alcançadas, a curto prazo. Descontentes, muitos imigrantes negavam-se a trabalhar como lavradores, não queriam renovar o contrato com o fazendeiro ou fugiam. Os fazendeiros também reclamavam das dificuldades dos japoneses em se fixar num local, do despreparo para o trabalho no campo e das constantes fugas, que acarretavam prejuízo à lavoura, como relata Henrique P. Ribeiro, fazendeiro de São Martins, São Paulo:

Como sabeis, nos foram enviadas 34 famílias e, a 4 destas foi concedida permissão pela administração desta fazenda para se retirarem, por não querem trabalhar na lavoura, alegando que eram negociantes; 11 famílias fugiram durante a noite. As 19 restantes, apesar de não serem em geral agricultores, estão trabalhando com ambição; parecem satisfeitos; são econômicos; já fizeram alguma plantação de cereais para si e compraram alguma criação.

Convém notar pelos próprios representantes dos introdutores que a leva para aqui enviada era composta, quase na sua totalidade, de pescadores e gente supinamente ignorante, tendo chegado alguns deles a irem para o trabalho completamente nus. Entretanto, é nossa opinião que, havendo escrupulosa escolha da parte dos introdutores e sabendo-se levá-los podem formar uma colônia aproveitável. Uma das grandes dificuldades é a questão de intérprete,

²⁰⁰PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998. p.5.

pois, como sabeis, os poucos intérpretes que temos são todos japoneses que mal nos compreendem e pior se fazem compreender; assim sendo, é fácil de prever quanta dificuldade tem de se vencer nos primeiros anos. Esperando que, com as informações aqui expostas, tenhamos correspondido ao nosso pedido, subscrevemos-nos com muita estima.²⁰¹

Alguns fazendeiros, porém, demonstravam satisfação com a mão-de-obra dos imigrantes japoneses, às vezes chegavam a tecer elogios, como pode ser lido na carta de Fábio Ramos, de 22 de fevereiro de 1911:

tenho esta fazenda há 18 anos e conquanto eu tenha tido sempre colonos bons e constantes, nunca tive melhores que os atuais japoneses. São inteligentes, asseados, trabalhadores, obedientes, muito ordeiros, comunicativos, alegres e muito sadios. Fizeram uma grande parte da colheita de café passada, mostrando-se muito hábeis neste trabalho, e nas capinas dos cafezais vão trabalhando a meu contento. Adaptaram-se perfeitamente ao nosso meio. Alimentam-se mais ou menos como os outros colonos e apreciam muito o café.

Muitos deles já nos compreendem regulamente, tanto que em outubro, isto é, três meses depois da chegada deles aqui, dispensei o intérprete. Todos homens e mulheres sabem ler e escrever.

Estou muito satisfeito com estes novos colonos, que em oito meses ainda não me deram o menor desgosto.²⁰²

A carta destaca, entre outros atributos, a capacidade de trabalho e a educação, dois elementos que viriam a compor a representação desses imigrantes na sociedade receptora. Faz menção também ao intérprete, a quem cabia fazer a mediação entre o patrão e os empregados, principalmente nos dias de pagamento, e acompanhava os imigrantes às compras nas cidades mais próximas à fazenda.

Da primeira leva de imigrantes, alguns abandonaram as fazendas sem cumprir os contratos, outros cumpriram o contrato e saíram para as fazendas vizinhas, outros ainda, entre eles aqueles que vieram com uma profissão ou ofício e,

²⁰¹PARANÁ SHIMBUM, Londrina, 20 jun. 1998. Carta enviada ao Diretor da Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, Sr. Major Luiz Ferraz, em 25 de fevereiro de 1911. p.12.

²⁰²PARANÁ SHIMBUM, Londrina, 20 jun. 1998. Carta enviada ao Diretor da Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, Sr. Major Luiz Ferraz, em 22 de fevereiro de 1911. p.12-13.

portanto, não conseguiram se adaptar à atividade agrícola, procuraram novas ocupações. É o que os itinerários apresentados a seguir demonstram:

Tomi Nakagawa chegou ao Brasil no colo da mãe a bordo do Kasatu Maru, em 18 de junho de 1908. A família foi trabalhar na fazenda Dumont, próximo a Ribeirão Preto. Nos anos que seguiram, moraram em diversas cidades do Noroeste paulista e na Capital. Em 1928, quando estavam vivendo na cidade de Promissão (SP), Tomi casou-se com Massagi Nakagawa. Em 1934 o casal resolveu mudar-se para Marília, permanecendo até 1947, sempre trabalhando na lavoura. Retornaram a Promissão por mais cinco anos e, em 1952, chegavam ao Norte do Paraná, fixando-se em Cambé e depois em Londrina.²⁰³

Takeshi Onishi chegou ao Brasil na década de 1920, com seus pais e uma irmã (...). Foi morar em Mogiana, estado de São Paulo, para trabalhar na fazenda de café Sarandi.

Após três anos, a família mudou-se para Lins, ainda para plantar café, onde permaneceu durante quatro anos. (...) em 1934 comprou um caminhão e passou a trabalhar no transporte Lins-São Paulo, carregando cebola, feijão e trazendo de volta querosene em lata. Em 1947 chegou a Maringá e passou a exercer a profissão de corretor de imóvel por 45 anos, foi nessa condição.²⁰⁴

Hiroshi Nojima chegou ao Brasil em 1924, com seis anos de idade. Seu pai era engenheiro civil, mas só sabia falar japonês e inglês, e por isso não teve outra alternativa, e foi trabalhar na lavoura, na Fazenda Santa Maria, da região Araraquarense. Os pais sofreram bastante no início, pois não entendiam o que os brasileiros falavam...²⁰⁵

Observa-se que esse deslocamento acompanha o fluxo de desenvolvimento da agricultura paulista. Até o final da década de 1920 eram raros os que saíam das fazendas com destino ao Paraná, e aqueles que assim o faziam, vinham em outra condição de vida.

²⁰³PARANÁ SHIMBUN, 23 jun. 2001. Edição Especial. p.2.

²⁰⁴IMIM 93, 23 jun. 2001. p.9.

²⁰⁵IMIM 93, 23 jun. 2001. p.11.

Os irmãos Jingoro e Missaku Hara e a esposa deste, por exemplo, chegaram a São Paulo em 1913 e em 1917 vieram para o Paraná deixando a condição de trabalhadores contratados para assumir a de pequenos proprietários de terra, na cidade de Antonina, dando início a um investimento que permitiu ao seu grupo familiar melhor situação. Eles haviam trabalhado na fazenda São Rafael, na Estação Pedreira, em São Paulo. Depois de dois anos, ao término do contrato, foram trabalhar na fazenda Paraguaçu, na Estação Taquaritinga e permaneceram lá por mais dois anos. Em 1917, Missaku foi procurado por Takashi Watanabe que intermediava a venda de terras no litoral do Paraná – Antonina, numa localidade rural chamada Cacatu. Ele aceitou a proposta, influenciado pela experiência vivenciada em sua terra natal. No Japão, a família trabalhava com transporte de madeira na região costeira e com a perda do barco durante uma tempestade eles resolveram vir para o Brasil "ganhar dinheiro para comprar outro barco". Portanto, sua escolha aproximava-se do que tinha deixado para trás no momento em que decidiu migrar. Ele aceitou a proposta, comprou 200 alqueires de terras e chegou nesse mesmo ano em Antonina. Segundo seu relato, "o entusiasmo foi muito grande. Se estivesse no Japão, era impossível imaginar ser dono de tamanha propriedade. Assim, para cultivar naquela terra ainda em estado natural, era preciso muita mão-de-obra." Para desenvolver a propriedade Missaku contou com o grupo familiar.²⁰⁶ Esse relato revela o espírito comunitário e solidário da unidade familiar japonesa, na medida em que as ações dos membros do grupo estavam voltadas para atingir o mesmo objetivo. Durante a década de 1930, Missaku ampliou seus negócios abrindo uma firma comercial "Missaku Hara"²⁰⁷, Engenho de Beneficiar Arroz e Comercialização de Secos e Molhados. Em 1932, manteve um depósito de bebidas em Curitiba, na Rua Fontana, esquina com a Rua Cândido de Abreu, hoje

²⁰⁶SETO e UYEDA, op. cit.

²⁰⁷Conforme registro na Junta Comercial de Antonina em 28 de agosto de 1938.

Centro Cívico. Em 1941 abriu uma sociedade comercial para vendas de "armarinhos, fazendas, ferragens, secos e molhados", tendo como sócio seu filho Chuniti Hara e um conterrâneo Kikuji Nojiri.

Aqueles que chegaram ao Brasil na década de 1930 de certa forma seguiram percurso semelhante ao da primeira leva, embora alguns já tivessem desembarcado como pequeno proprietário, mas a escolha do próximo destino quase sempre foi o norte do Paraná. As razões da atração desses imigrantes por essa região é assunto do item seguinte, por ora é interessante acompanhar os seguintes itinerários:

Eiji Kozu chegou aos cinco anos no Brasil, em 1.º de agosto de 1934, com seus pais e três irmãos. A família foi trabalhar na fazenda Bela Vista no município de Ipaçu (próximo a Ourinhos). (...). O menino tinha que acompanhar o pai porque, caso contrário, a família não daria conta de tanto pés de café. ...Tudo ia relativamente bem até o irmão mais velho adoecer. (...) A ausência do rapaz de 15 anos na roça fez com que o patrão mandasse toda família embora da fazenda... Juntos, seguiram para Santa Cruz do Rio Prado, onde ficaram por mais um ano até descobrirem que em Assai (Fazenda Três Barras) havia um médico japonês que havia sido trazido pela BRATAC. O pai logo quis se mudar para tratar do primogênito, mas primeiro tinha que liquidar as dívidas. (...) conseguiram chegar a Assai, em 1936.²⁰⁸

A família Abe chegou ao Brasil em 1931, e foi trabalhar na fazenda Bate Palma, em Marília, na plantação de café. O pai, entretanto, era alfaiate no Japão e, em oito meses na lavoura, o patrão percebeu que ele não levava jeito para o trabalho pesado. (...) Sem saída, o pai entregou a máquina de costura para o patrão e deixou a lavoura. (...) Foi para Lençóis Paulistas, plantou algodão (...). Para os imigrantes, um alqueire de terra era muito se comparado ao tamanho das propriedades japonesas. Mas, no Brasil, não dava para produzir quase nada. A família mudou-se então para Bauru e depois para Marília... e logo em seguida vieram para o Paraná, para a Colônia Esperança. Nos dez alqueires adquiridos (...). a família plantou café, uva, caqui e criou galinhas. Dessa forma, conseguiu educar seus cinco filhos.²⁰⁹

²⁰⁸IMIM 93, 23 jun. 2001. p.3.

²⁰⁹PARANÁ SHIMBUN. 23 jun. 2001. Edição Especial. p.10.



Município de Arapongas. Foto de 1935

FONTE: Acervo Família Nizumo



Município de Arapongas. Foto de 1935

FONTE: Acervo Família Nizumo

Em seu livro de memórias, H.C. dedica um espaço à mobilidade da família demonstrando a importância que dá ao fato:

A trajetória da família aqui no Brasil. Neste período seguiu o seguinte caminho:

1933: Santos – Chegada da família no Brasil

1933-1938: Fazenda Tiete – São Paulo

1938-1940: Fazenda São Domingos –SP

1940-1943: Bastos - SP

1943-1955: Assaí – PR

Depois:

1955- ... Curitiba – PR (H.C)

A família de A.S.I. também realizou vários deslocamentos, mas sua "remigração" se deu após ter se formado (1945) em um curso superior de contabilidade, em São Paulo (SP). *"Tinha agora, como apoio, um diploma e esperava com isto dar uma ajuda melhor aos meus familiares."* (A.S.I.). Mesmo depois de formado, não conseguiu receber seu diploma, pois uma lei, promulgada pelo governo de Vargas, cerceava aos estrangeiros o exercício de profissão liberal. Recebeu, na época, um certificado de conclusão de curso.²¹⁰ Diante desse panorama político e social, ele resolveu migrar para o Norte do Paraná. Em março de 1946, escreveu uma carta para seu pai explicando seus motivos, pedindo-lhe que o perdoasse, afirmando que agia para o bem de todos e que só desejava conseguir uma posição melhor na vida para sua família. Prometia que assim que estivesse estabelecido, voltaria para buscá-los. Saiu na calada da noite em direção da Estação de Sorocaba para pegar o trem com destino a Londrina, no Estado do Paraná: *"Assim que o trem se movimentou, respirei descansado. Senti, contudo, que no som do apito da locomotiva bailava a minha saudade do pai, das minhas irmãs e dos meus irmãos que deixei dormindo. Mas isso era apenas um detalhe nos meus projetos."* (A.S.I.)

²¹⁰Esta lei só foi revogada no governo de Gaspar Dutra (1945-1950).

2.4.2 Em Terras Paranaenses

Quando A.S.I. decide tentar a sorte em Londrina, esta cidade já havia se tornado centro aglutinador tanto de outros núcleos urbanos como de população.²¹¹ A economia cafeeira dava evidentes sinais de que assumiria a dianteira do desenvolvimento paranaense. Com o término da Segunda Guerra, o volume de café exportado pelo Brasil não conseguia acompanhar o aumento da demanda, os preços triplicaram, assim como a expansão do plantio no Norte do Paraná. E levas de imigrantes nacionais e estrangeiros continuaram a se fixar na região.

É que a partir da década de 1920, o Paraná "foi objeto de experimento maciço de colonização privada, baseado na pequena e média propriedade agrícola, que deu lugar a um crescimento demográfico extraordinário".²¹² Para Balan, essa experiência foi calcada em

uma expansão do capital em direção à atividade agrícola em terras boas, de preço relativamente baixo, que em condições propícias do mercado interno e externo oferecem rentabilidade favorável (em comparação, por exemplo, com a agricultura paulista ou sulina) e que atrai trabalhadores com freqüência possuidores de pequenos capitais que podem invertê-los em compra de terra, trabalhadores esses com certa qualificação e em busca de oportunidade de ascensão.²¹³

Por tudo isso, tornou-se um espaço com excelentes perspectivas para o imigrante japonês realizar o projeto que havia dado origem a sua saída do Japão, assumir uma nova condição, a de pequeno proprietário independente.

²¹¹Fundada em 1930, Londrina foi elevada a categoria de cidade em 1934. Por volta de 1945, a distribuição populacional por etnia era a seguinte: 12,5% de italianos, 7% de japoneses; 6% de alemães e 42% entre paulistas e mineiros. (PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. p.93).

²¹²BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativo. **Revista Estudos CEBRAP**, n.5, p.49, jul./ago./set. 1973.

²¹³BALAN, op. cit., p.51.

Tal possibilidade ganharia contornos bem definidos na década de 1930, quando no norte do Estado, a Companhia de Terras do Norte do Paraná,²¹⁴ de capital inglês, começou a desenvolver um sistema de colonização "marcada pelos símbolos e pela racionalidade da civilização tecnológica: a ferrovia, verdadeiro ícone da modernidade; a intensa e sistemática propaganda imobiliária; o urbanismo geometrizar; o elogio do 'cálculo frio e analítico' do planejamento dos ingleses".²¹⁵

Segundo Cecília Maria Westphalen,

toda área colonizada pela Companhia de Terras do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais com comunicação fácil com os centros urbanizados e facilitando o escoamento da produção.

Milhares de colonos com suas famílias vieram desta maneira radicar-se no Norte do Paraná, tornando-se logo proprietários de suas terras, onde via de regra, plantavam café e tinham ainda pequena lavoura de subsistência.²¹⁶

A representação do Paraná como um "estado em construção" também contribuiu para o deslocamento de uma população para o Norte do Estado. Ao lado disso, Graham relaciona outros fatores que interferiram no desenvolvimento do Paraná:

²¹⁴O processo de ocupação do Norte do Paraná teve início no final da década de 1920, já que desde o século XIX o Paraná "via-se impossibilitado de investir e desenvolver o processo de ocupação de suas terras devolutas". Esse contexto foi provocado pela própria economia desenvolvida pelo Estado, fundamentadas nas grandes propriedades criatórias auto-suficientes e no extrativismo (madeira e erva-mate), uma economia que na época apresentava baixa lucratividade. Conseqüentemente, os recursos destinados não eram suficientes para o investimento na ocupação e exploração das terras devolutas. O governo sem recursos para promover esse investimento nas primeiras décadas do século XX, transferiu essa responsabilidade para as empresas privadas que tinham interesse em adquirir terras no Norte do Paraná. Foi, portanto, a dificuldade do sistema estatal em ser o promotor do processo de ocupação e colonização que avalizou empresas privadas para o desenvolvimento deste processo. (BENATTI, op. cit., p.27).

²¹⁵BENATTI, op. cit., p.27.

²¹⁶WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.7, 1968. p.52.

...A natureza eminentemente "agrícola" da explosão do seu desenvolvimento econômico, as características da sua cafeicultura, as qualificações dos imigrantes paulistas que ali se fixaram e, sobretudo, a natureza das políticas de distribuição de terras e de colonização ali implementadas, que deram prioridade à pequena propriedade, foram fatores que, durante esse período, mantiveram a população ligada à terra e o crescimento dos centros urbanos em nível inferior ao que poderia ter ocorrido se tivessem prevalecido outras condições.²¹⁷

Uma vez que o preço das terras e o parcelamento da dívida facilitavam a compra e o pagamento, o imigrante poderia concretizar sua meta de transformar-se em um pequeno proprietário e assim viabilizar sua ascensão social no cenário rural. A ele restaria ainda a possibilidade de investir em um empreendimento e ser independente a partir da criação de seu próprio "negócio".

Outro fator de atração desses imigrantes para a região teria sido a atuação da companhia japonesa Yugen Sekinin Buraziru Tokosyoku Kumiai-BRATAC,²¹⁸ que instalava os pequenos proprietários em terras de qualidade e se responsabilizava pela assistência médica, pelo repasse de técnicas agrícolas e subsídio financeiro.²¹⁹

²¹⁷GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.751.

²¹⁸Segundo Vieira, a BRATAC era empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares e dividido em ações no valor de 50 ienes. Propunha-se a recrutar e encaminhar os emigrantes de colonização agrícola, não deixando-os isolados, mas organizando-os como colonos-proprietários em núcleos planejados. Logo a seguir, em 1928, a BRATAC deu início às suas atividades adquirindo várias glebas de terra na frente da expansão do Estado de São Paulo e no norte do Estado do Paraná: a Fazenda Tietê no extremo oeste da Noroeste, no então Município de Monte Aprazível, hoje Pereira Barreto, com 47.500 alqueires; a Fazenda Aliança, também na Noroeste (Mirandópolis) com cerca de 12.000 alqueires; a Fazenda Bastos, no então Município de Campos Novos, na Alta Paulista, com cerca de 12.000 alqueires; e a Fazenda Três Barras no norte do Paraná (Assai) com 18.610 alqueires. Logo iniciou o loteamento das terras com lotes de 10 alqueires, que foram vendidos não apenas a imigrantes que vinham diretamente para os núcleos coloniais, como também àqueles provenientes das fazendas de café, especialmente na colônia Três Barras. Os lotes eram vendidos por cerca de dez contos, pagos em prestações anuais e com prazo de 8 anos. Ao mesmo tempo que financiava os imigrantes, a BRATAC abria estradas, escolas, serviço médico etc. Na Fazenda Tietê, a 20 km de Monte Aprazível, em zona insalubre devido à malária e Leishmaniose, a BRATAC procedeu ao saneamento da região. (VIEIRA, op. cit., p.45).

²¹⁹PADIS, op. cit., p.90.

O objetivo da BRATAC era fazer com que os imigrantes japoneses se espalhassem em todo o território nacional organizados social e economicamente, além de desenvolverem as demais atividades no processo de colonização; isto, com vistas em direcionar a produção das colônias japonesas do Brasil para o mercado exterior, em especial, fornecendo matéria prima para a indústria japonesa. Em 1931, essa companhia instalou imigrantes japoneses em vastas áreas destinadas ao cultivo de algodão. Nessa região surgiram as cidades de Uraí e Assai.

A formação do núcleo de imigrantes japoneses em Três Barras aconteceu depois que o governo paulista limitou o plantio de café em seu estado, a partir de 1932 na esteira da crise de 1929. Na criação desse núcleo, a BRATAC deu prioridade aos imigrantes "antigos", ou seja, àqueles que já moravam no Brasil, "que já conheciam a vida brasileira" e tinham experiência em lidar com a terra.

Inicialmente, os imigrantes chegavam a Três Barras (posteriormente Assai) e começavam plantando café, acreditando e alimentando ainda o sonho da "árvore do fruto de ouro". Mas a "ocorrência de geadas que queimavam as plantações", com frequência, levou-os a "plantar algodão intercalar com o café", inovação que foi introduzida por Tomotada Ikeda.

Aqui é oportuno trazer à discussão a maneira como são forjadas as representações. Chartier afirma que elas "são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" e alerta: "Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza."²²⁰ Pioneirismo, inovação e capacidade empreendedora são algumas das qualidades que identificam um líder em sua comunidade; esse alguém catalisa as ações mais emblemáticas contribuindo para que "os outros" o transformem em signo. A esse respeito Chartier diz ainda que: "As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou

²²⁰CHARTIER, **A história cultural...**, op. cit., p.17.

justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas". E é essa leitura que orienta as duas sucintas biografias a serem apresentadas a seguir, porque elas revelam estratégias que permitiram a construção de uma representação simbólica que atribui características especiais aos feitos dos atores sociais.

A história de Ikeda a princípio não se diferencia muito dos demais imigrantes. Tal como milhares de outros japoneses, chegou ao Brasil em 1927, com dezenove anos, e foi trabalhar numa fazenda de café em Ribeirão Preto (SP). Abandonou a fazenda e foi trabalhar como motorista em Lins (SP). Em 1931, ele adquiriu 30 alqueires de terra em Bastos (SP) para o cultivo do café, mas descobriu que a terra não era propícia para a agricultura. Nesse meio tempo, ouviu que a Sociedade Colonizadora do Paraná estava vendendo terras no vale do Tibagi. Ikeda comprou 32 alqueires e, com alguns amigos, durante seis meses abriu a mata, construiu sua moradia e plantou cinco mil pés de café. Logo depois constituiu família, vindo a ter sete filhos. Denominou sua propriedade de Assailand (Terra do Sol Nascente), que deu origem ao nome do município, Assai, da qual foi fundador. Além de introduzir o cultivo do algodão, também chamado de "ouro branco", investiu na cultura do trigo e da soja.²²¹

O mecânico Yseji Suzuki, 26 anos, chegou ao Brasil em 1934 na condição de solteiro e como emigrante "avulso". Foi trabalhar em uma fazenda de Alta Paulista (SP), aí permanecendo por dois anos. Contratado pela Companhia Nambei Toshi Kabushiki Kaisha, de Tóquio, foi com um grupo de técnicos, engenheiros, demarcadores de terra para a Colônia Piranito, no Paraná, pertencente a essa empresa. Suzuki e o grupo construíram aí um rancho de palmito e passaram a trabalhar demarcando a terra, derrubando a mata e plantando *rami*. Com o seu ofício, não lhe foi difícil encontrar trabalho de conserto de bomba d'água e motores. Constituiu família e todos os seus sete filhos nasceram no local. Ele não só

²²¹PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998. p.30.

acompanhou a rápida transformação da colônia em vila Uraí (1943), como também ajudou a fundar cidade quatro anos depois.²²²

Nessa segunda metade da década de 1940, as duas cidades continuam atraindo imigrantes, por conta das oportunidades de trabalho. Como relatado anteriormente, A.S.I. que se alojara num hotel em Londrina, nem chegou a desfazer sua mala, porque o administrador ao saber que ele era contador lhe disse que em Assai ele encontraria trabalho com mais facilidade. E já no dia seguinte ele tomou a jardineira rumo a essa cidade. Ao chegar, uma de suas primeiras preocupações foi se apresentar à repartição policial: "*Eu sabia que todos os forasteiros, especialmente os de origem japonesa, tinham por obrigação comparecer àquela repartição munidos de documentos. A atmosfera estava carregada de desconfiança contra os japoneses e ali, em Três Barras, bem como na cidade vizinha de Uraí...*" (A.S.I.)

Na delegacia, ele avistou no pátio quarenta e dois japoneses, que lá estavam presos há quarenta dias. Eram, em sua maioria, idosos que não falavam a língua portuguesa e que, portanto, tinham dificuldades para comunicar-se. O escrivão lhe contou que faziam parte da organização Shindo Renmei²²³, cujos membros recusavam-se a admitir que Japão havia perdido a Guerra. Colocando-se como mediador e intérprete, A.S.I. encaminhou um processo e esclareceu ao promotor

...que os presos não estavam agindo contra a integridade nacional ou autoridades constituídas. Eles opunham-se, simplesmente, a acreditar que o Japão houvesse assinado a rendição incondicional com os aliados. Por não saber ler em português estavam longe de saber o que a imprensa noticiava. E ainda mais: os periódicos japoneses estavam suspensos por lei. Melhor, portanto, dar-lhes a liberdade, já que haviam vindo do Japão para plantar e colher, pois em sua maioria eram lavradores. E o Brasil precisava de mãos de trabalhadores e não de prisioneiros. (A.S.I.)

²²²PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998. p.27.

²²³Movimento formado pelos japoneses no Brasil, que não acreditavam na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. A rendição do Japão ocorreu em 15 de agosto de 1945, e a falta de acesso, de alguns imigrantes, de informações na época causou a divisão da comunidade em dois grupos *kachigum* (os que acreditavam na vitória do Japão) e o *makegumi* (os que tinham consciência da derrota).

A defesa de A.S.I. foi aceita, os imigrantes foram libertados e ele foi nomeado tradutor "oficial" da língua japonesa, e convidado pelo Interventor da Cooperativa Agrícola de Três Barras para compor a equipe de contadores. Logo abriu seu escritório contábil e em 1948 comprou alguns lotes e construiu duas casas, uma para ele e outra para seu pai e irmãos. Em 1949 ele solicitou o certificado de naturalização e podendo, então, "*gozar dos direitos outorgados pela constituição e leis do Brasil*",²²⁴ formou e foi eleito presidente do Diretório Municipal de Assaí do Partido Social Trabalhista.

Embora não se possa generalizar, o processo de mobilidade espacial mostrou-se estratégia bem-sucedida de inserção do imigrante e seu descendente em diferentes universos sociais.

2.4.3 Enfim, a Capital

Desde o início do século XX, tudo que se referia ao Japão era visto em Curitiba como exótico e extraordinário, digno de destaque: "Na vitrine da casa comercial *A Mascote*, à rua 15 de Novembro, está exposta uma preciosa fruta originária do Japão e cultivada na chácara do Sr. Pedro Fonseca. A fruta merece ser vista. Chama-se kaki."²²⁵ Por sua vez, os raros imigrantes japoneses que chegaram à cidade nas décadas seguintes tiveram que compartilhar códigos e símbolos estabelecidos na relação de reciprocidade com outras etnias que se fixaram ainda no século XIX.

²²⁴Departamento do Interior e Justiça – Registro de Naturalização, p.53, n.84. Decreto de Armando Soichi Iwaya, 27 de Junho de 1950 – Certificado de Naturalização. Arquivo Público do Estado do Paraná.

²²⁵DIÁRIO DA TARDE. São Paulo, 15 abr. 1903.

E isso mesmo já na década de 1930, como bem exemplifica o seguinte relato. Hisashi Kawase²²⁶ chegou ao Brasil em 1927, permaneceu em São Paulo por quatro anos, voltou para o Japão para casar e retornou ao Brasil com a esposa. Em 1931 saiu de São Paulo e veio morar em Curitiba. Chegando aqui, encontrou muitas dificuldades para manter seu grupo ou família. Lembra que nessa época, "em Curitiba não podia sustentar a vida com horticultura. A terra era árida e o clima era rigoroso."²²⁷ Estas dificuldades, segundo Kawase, levaram muitos imigrantes japoneses a deslocarem-se para outras regiões próximas de Curitiba, ou para o litoral, Morretes e Antonina, "para plantar hortaliças e vendê-las no inverno em Curitiba. Kawase decidiu ficar em Curitiba por causa da educação dos filhos e passaram a "criar vaca de leite. Naquela época, vendendo 20 garrafas, podiam levar a vida e ninguém tinha visto leiteiro japonês. Trabalhava de manhã bem cedo e vendia o leite nos hotéis. Ficaram meus fregueses."²²⁸

De fato, os japoneses ainda eram raros em Curitiba. Os censos de 1932 a 1933 mostram que residiam em Curitiba 17 famílias japonesas, com 62 pessoas, e mais 21 solteiros. Na década de 1950, a União dos Gakusseis de Curitiba registrou a existência 252 famílias, com 1.638 pessoas.²²⁹ Esse crescimento evidencia que chegada dos japoneses concentrou-se em dois momentos. Um deles se deu no início do século XX, por volta de 1910, quando chegaram os primeiros imigrantes, sozinhos ou com a família e se instalaram no centro da cidade e nos arredores. O segundo momento correspondeu ao transcorrer da II Guerra Mundial e ao período pós-guerra (1940-1950).

²²⁶KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da UFPR. p.22.

²²⁷KOJIMA, **Um estudo...**, op. cit., p.22.

²²⁸KOJIMA, **Um estudo...**, op. cit., p.23.

²²⁹KOJIMA, **Um estudo...**, op. cit., p.24.

A.S.I. é um dos remigrantes desse período. Chegou a Curitiba no ano de 1950, segundo seu livro de memórias, "*para trabalhar e estudar*", e cidade naquele momento comemorava algumas conquistas relativas à educação superior. Em 1946, a Universidade do Paraná havia sido reconhecida pelo governo federal e desde então vinha acalentando a aspiração de ser federalizada, o que veio a ocorrer em dezembro de 1950. Nessa condição a agora Universidade Federal do Paraná poderia ser mais acessível a todas as camadas sociais. Considerando a importância que os japoneses conferem à educação, para eles um valor que permitiria a ascensão social, pode-se pensar que essa universidade estava mais ao seu alcance.

A cidade desde a década anterior estava sendo pensada "dentro de rigorosa técnica urbanística",²³⁰ com vistas em que seu crescimento fosse ordenado e não a comprometesse no futuro. Isso se dera mediante a realização de um plano a cargo do arquiteto-urbanista francês Alfred Agache²³¹, que viera ao Brasil para atender outras cidades como o Rio de Janeiro. O Plano Agache, finalizado em 1943, entre outras melhorias, previu largas avenidas, a setorização das atividades urbanas, um centro administrativo. Além disso, nesses anos quarenta:

Dava-se início, por outro lado, à verticalização da cidade, saudada como sinal incontestado do progresso. A administração pública louvava os esforços empreendidos por particulares, representados por 'majestosos edifícios que são construídos, entre os quais podemos destacar o do Clube Curitibano, Kwasinski, Marumbi, IAPC, e outros, além de diversos ainda em fase de construção e projeto.

Juntamente com a expansão e verticalização da cidade, buscavam-se a remodelação e o 'embelezamento' das praças e jardins existentes, como forma de assinalar o desenvolvimento vivido por Curitiba.²³²

²³⁰TRINDADE, Etelvina Maria de Castro (Coord.) et al. **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.

²³¹Fundador da Sociedade Francesa de Urbanismo. Vinha estabelecer um plano urbanístico – como já o fizera em Camberra (Austrália). (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba**. Curitiba: PMC, 1995).

²³²TRINDADE, **Cidade...**, op. cit., p.51.

Mesmo não implantado, o Plano Agache acabou orientando o crescimento da cidade por mais de uma década, haja vista que no início dos anos cinquenta, como nele recomendado, seria edificado o Centro Cívico, ponto alto das comemorações relativas ao Centenário da Emancipação Política do Paraná em 1953. E para essa efeméride, ruas e avenidas foram abertas e alargadas, pavimentadas e iluminadas, bem como se ergueu o complexo político-administrativo estadual: o Palácio do Governo, a Assembléia Legislativa, a Prefeitura Municipal e o Palácio da Justiça.²³³ Como incentivo à cultura, construiu-se a Biblioteca Pública, enquanto durante toda a década a Universidade ia ampliando sua infra-estrutura com a remodelação do Edifício Central, a construção do conjunto da Reitoria, que compreende a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Auditório, do Hospital de Clínicas e do Centro Politécnico, inaugurado em 1961. E

Juntamente com a expansão da área física, aumentava o papel da Universidade frente à sociedade paranaense. A administração ampliou-se e foram criados os Institutos de Pesquisa e o Conselho de Pesquisas, bem como novos cursos e órgãos complementares. Atividades diversas passaram a fazer parte do dia-a-dia da instituição, com as apresentações do coral universitário, e instalou-se o Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá.²³⁴

Ao que parece, A.S.I. acertou ao escolher Curitiba para a renovação dos seus propósitos de vida, trabalhar e estudar. Sobre isso, eis o seu relato:

...continuei com o meu escritório de contabilidade, onde julgava-me mais seguro. Como nunca é demais aprender continuei freqüentando palestras e cursos de extensão, não somente ligados à minha profissão, mas também de filosofia... Em 1952 inscrevi-me no Curso de Evolução do Pensamento Econômico, ministrado pelo professor Raul Paul Hugon, promovido pela Universidade Federal do Paraná. (A.S.I.)

²³³TRINDADE, **Cidade...**, op. cit., p.51.

²³⁴UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Rumo da pesquisa:** uma história da pesquisa e pós-graduação na UFPR. Curitiba: UFPR, 1998. p.48.

Num contexto desenvolvimentista,²³⁵ o Paraná cresceu impulsionado pela cultura cafeeira e Curitiba traduzia esse progresso na perspectiva de apresentar-se como metrópole.²³⁶ Em termos populacionais, esse processo de crescimento ficaria evidenciado na década de 1960: a população curitibana que na década de 1950 totalizava 179.208 na década seguinte quase dobraria, passando para 361.309 habitantes (IBGE). Da mesma forma, registrou-se um aumento da etnia japonesa na cidade; havia um total de 1.000 famílias, com 6.500 pessoas, sendo 78% na região urbana e 22% na região rural da cidade.

No transcorrer das décadas citadas, esta comunidade passou a crescer com "a vinda dos nisseis²³⁷ que procuravam o curso superior da capital"²³⁸. A busca pela educação foi um forte motivo, porém, não o único, pois nesse período os imigrantes japoneses que chegavam ao território curitibano viviam um momento muito particular: o Japão perdera a Guerra e a sociedade japonesa enfrentava um processo de reestruturação social e econômica de Pós-Guerra. Com isso, os imigrantes perderam a perspectiva de retornar no menor tempo possível para o Japão e, conseqüentemente, passaram a investir na sociedade brasileira comprando terras, abrindo pequenos

²³⁵O período desenvolvimentista foi marco por um "Programa de Metas, cuja finalidade era modernizar o Brasil, dotando-o de indústrias de base e de bens de consumo duráveis". O país abriu as portas ao capital estrangeiro, "promovendo a importação de indústria e tecnologia". (...) A proposta de industrialização pelo desenvolvimento planejado assumia contornos de viabilidade. (...) O objetivo principal do programa de Metas era 'acelerar a acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos em atividades produtoras'. Com fim último propunha elevar o nível de vida da população, gerando oportunidades de emprego." A ideologia desenvolvimentista tentou agregar "os interesses dos empresários, dos políticos, dos militares e dos assalariados urbanos" (NOSSO SÉCULO 1945/1960. **A era dos partidos**. 2.^a Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p.81-85).

²³⁶TRINDADE, **Cidade**..., op. cit.

²³⁷Nissei primeira geração nascida no Brasil.

²³⁸KOJIMA, **Um estudo**..., op. cit., p.174.

negócios, investindo na educação e profissionalização de seus filhos e participando mais ativamente da comunidade local, criando associações e templos.

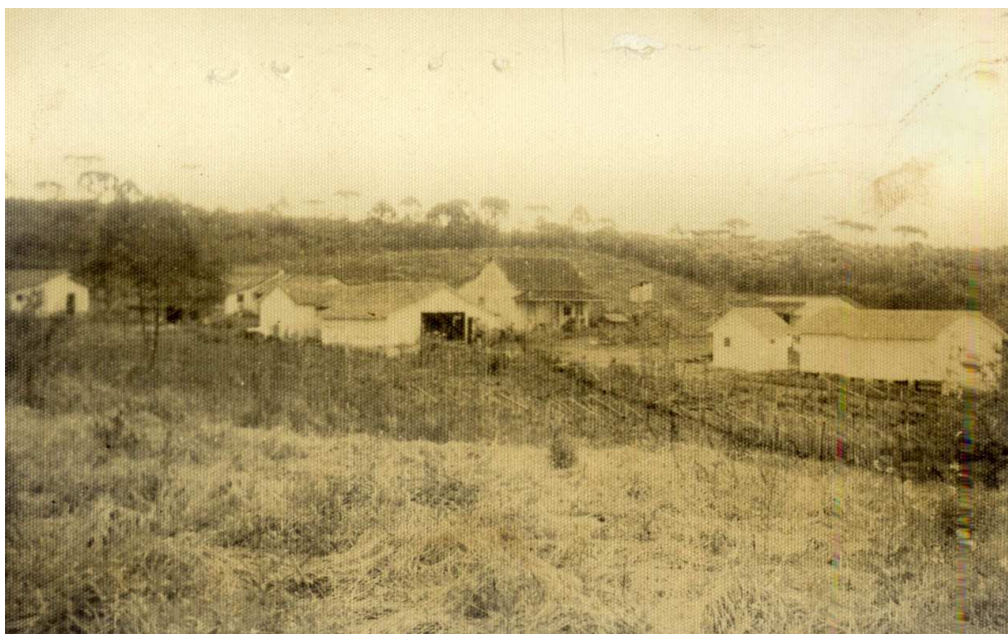
Algumas vezes mostrava-se mais viável adquirir terras ao redor de Curitiba. É assim, por exemplo, que nasce em 1958, numa área de 130 alqueires, "cercada por uma pequena floresta de araucárias", o núcleo japonês Hayao Washida, composta por 27 famílias que se dedicavam ao cultivo de "frutas como pêras, pêssegos, ameixas e uva, além de hortaliças."²³⁹ Esse núcleo, situado a 36km de Curitiba, foi fundado por Hayao Washida, antigo morador de Cacatu, em Antonina. Saiu desta colônia no período da Segunda Guerra Mundial, quando era vedado aos imigrantes dos países do Eixo permanecer em área litorânea. Washida saiu de Antonina para o interior de São Paulo onde passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Paraná. De volta a Curitiba, comprou terras na região de Araucária e passou a fazer um loteamento. Este loteamento deu origem à construção de um espaço que permitiu o desenvolvimento e o crescimento da população japonesa em Curitiba e arredores. Um dos motivos que incentivou o imigrante a deixar o interior de São Paulo foi o clima, que, para Ischiro Namikata, "era propício para a cultura do algodão, com a qual os japoneses não estavam acostumados. Era preciso usar muito fertilizante e venenos, que faziam mal à saúde". O que era diferente do Paraná, que tinha um solo "ideal para a produção de hortifrutigranjeiros, a especialidade dos japoneses".²⁴⁰ Mas, mesmo encontrando condições climáticas satisfatórias na região de Araucária, os imigrantes tiveram muitas dificuldades para se dedicar a uma produção que viabilizasse seu sustento. Segundo Ischiro Namikata:

²³⁹SALVADORI, Sandra. Colônia japonesa esquecida só mantém tradição agrícola. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 maio 1988.

²⁴⁰SALVADORI, op. cit.



Imagens de Araucária. Foto da década de 1950
FONTE: Acervo Família Nizumo



Imagens de Araucária. Foto da década de 1950
FONTE: Acervo Família Nizumo

A chegada ao Paraná não foi fácil (...), trabalhou muito para conseguir chegar à produção que tem hoje. Ele escolheu a pêra, yari (espécie de origem chinesa) como produto principal na área. (...) foi bastante trabalhoso a adaptação da fruta no Brasil. Usando a tecnologia japonesa, ele obteve o cruzamento da árvore da yari com uma outra espécie (chamada polinizadora). Só assim conseguiu produzir a pêra com seu gosto natural.²⁴¹

As vinte e sete famílias reunidas por Washida adquiriram pequenos lotes e passaram a se estruturar a partir de suas experiências de vida. Tentaram recriar elementos da sua cultura no universo do trabalho e de moradia: "em cada casa da colônia existe uma marca da cultura oriental. Desde um pequeno 'matsu' (pinheiro japonês) plantado no quintal até objetos de decoração".²⁴²

Quanto à integração na comunidade, as recordações de A.S.I. falam de seu empenho em participar da sociedade local, sem, no entanto, descuidar de um dos mais importantes traços culturais para os imigrantes, a língua de origem:

Colaborei na fundação da Sociedade Cultural e Esportiva Pinheiros, de cuja diretoria fiz parte por muitos anos, bem como da Sociedade Cultural Nipo-brasileira e da Sociedade Beneficente Nipo-brasileira do Paraná. Com a colaboração do Major Ubirajara Brandão fundei o Centro Cultural Nipo-brasileiro, com a finalidade de divulgar a cultura e a língua japonesas... (A.S.I.)

Para finalizar, apresenta-se o itinerário percorrido pelos pais de nove descendentes de imigrantes radicados em Curitiba dos 10 que responderam ao questionário elaborado para esta pesquisa. Inicialmente, e quando definido, indica-se o ano de chegada do informante a Curitiba e na seqüência relaciona-se o trajeto dos pais.

Q2 – O informante passou a residir em Curitiba em 1968. Seus pais chegaram ao Brasil em 1931, trabalharam nas fazendas de café paulistas (Cabrália Paulista, Capão Bonito, Pereira Barreto – SP). Saíram de São Paulo tendo como destino Assai (PR).

²⁴¹SALVADORI, op. cit.

²⁴²SALVADORI, op. cit.

Q3 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1933, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, durante o período de 1933 a 1942 (Santos, Cabrália Paulista – SP); de São Paulo saíram para o Paraná (Assai e depois Curitiba).

Q4 – O informante veio para Curitiba no final da década de 1960. Seus pais nasceram no Brasil na década de 1920, em São Paulo. Trabalharam em São Paulo até a década de 1930 (Bauru, Mogiana, Marília). Foram para Londrina (PR) na década de 1940.

Q5 – Este informante veio para Curitiba na década de 1970. Seus pais chegaram ao Brasil em 1929. Permaneceram em São Paulo durante a década de 1930 (Santos, Capital de São Paulo) e na década de 1970 vieram para Curitiba.

Q6 – Os pais do informante chegaram ao Brasil em 1933, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, durante o período de 1933 a 1942 (Santos, Bauru, Pereira Barreto). Saíram de São Paulo para o Paraná (Londrina, Maringá e Curitiba).

Q7 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1930, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas até 1935 (Marília, Lins e Bauru - SP). Remigraram de São Paulo para o Paraná (Curitiba).

Q8 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1928, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, durante dez anos (Santos, Mogiana, Capital de São Paulo). Saíram de São Paulo para o Paraná (Castro, Uraí, Londrina).

Q9 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1933, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas até 1937 (Marília, Bauru). "Remigraram" de São Paulo para o Paraná (Maringá, Araçatuba, Paranavaí).

Q10 – Seus pais chegaram ao Brasil em 1934, trabalharam como agricultor nas fazendas de café paulistas, até cumprir o contrato em 1937 (Cabrália Paulista, Capital de São Paulo - SP) e remigraram para o Paraná (Assai e Curitiba).

Observa-se que, segundo os informantes, seis famílias remigraram para o Paraná na década de 1930; duas, na década de 1940 e uma na de 1970. Quanto à fixação de residência em Curitiba dos pais e, ou, dos descendentes, tem-se que dois dos descendentes chegaram na década de 1960 e um na de 1970 (com a família),

um não informou e cinco dessas famílias estavam em Curitiba antes destas últimas décadas. O que se evidencia é que os pais remigraram do interior de São Paulo (exceto uma família que veio da capital de São Paulo para Curitiba) para o interior do Paraná e posteriormente para a capital deste Estado. E o fator de atração dessas famílias imigrantes para Curitiba parece ter sido principalmente a educação universitária e a conseqüente profissionalização de seus descendentes – como será visto no capítulo 3, especificamente no item destinado à educação.

Durante todo o período de emigração observado por este estudo (1908-1970), os imigrantes japoneses não deixaram de refletir em sua organização de vida no Brasil o dilema que se instalara no próprio Japão, a coexistência da tradição e da modernidade, como mostrado no capítulo 1.

Seguindo a política de emigração do governo japonês, a maior parte deles desembarcou em território brasileiro, principalmente aqueles que vieram até a década de 1930, com o firme propósito de enriquecer o mais rápido possível e retornar em melhor situação ao seu país. Para cumprir essa meta, inicialmente aceitaram toda e qualquer condição de trabalho e de vida, sem deixar, porém, de alimentar o mais forte dos elos que os unia ao Japão, a comunicação em língua materna.

Pouco tempo depois, muitos deles começaram a percorrer as fazendas paulistas, rompendo ou não os contratos, procurando aliar mobilidade e trabalho – um dos traços culturais fortemente consolidado nessa sociedade – ainda sem perder de vista o retorno à terra de origem. Contudo, a conjuntura político-econômica do Japão (Primeira Guerra Mundial e crises da economia na década de 1920) e a dificuldade do enriquecimento aos poucos iam afastando essa perspectiva e exigindo uma nova orientação de seus propósitos.

Foi o momento em que grande parte desses imigrantes começou a investir na alteração de sua condição social: de trabalhador contratado a pequeno

proprietário. E uma vez mais a tática posta em prática seria o deslocamento, agora para novas frentes de oportunidades e para locais onde o seu núcleo seria fortalecido. Esse é o período em que o próprio governo japonês, via empresas colonizadoras, tornaria disponíveis formas de aquisição de terras, que também facilitariam a organização social dos japoneses no Brasil. E aqui parece que estava sendo recriado mais um traço comum a essa cultura, o *mura*, uma comunidade sustentada na ajuda mútua.

Por outro lado, à medida que a década de 1930 avançava, aprofundavam-se também as restrições aos imigrantes até que a posição do Japão perante o conflito mundial fez com que o governo brasileiro promovesse uma estreita vigilância sobre eles. Assim,

...A Segunda Guerra Mundial não é apenas um marco que a memória coletiva do grupo consagrou para definir uma nova estratégia de inserção no país, mas um marco definido desde o exterior da comunidade e que representou deportação, expulsão e repressão cultural a qualquer traço cultural japonês.²⁴³

Cytrynowicz acrescenta ainda que "...A guerra é um marco em torno do qual se organizou a própria memória coletiva dos imigrantes japoneses no país."²⁴⁴ Com efeito, H.C. em seu livro de memórias registra o sentimento dos descendentes nesse período, chegando mesmo a delinear a discriminação que, segundo o memorialista, seus filhos sofreram.

Os nosso filhos sofreram discriminações durante e depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão perdeu, e a população debochava deles, foi muito triste. Eles escondiam que eram japoneses, mas não adiantava pois era só olhar, né. Eles eram chamados de amarelos, traidores. Na escola era discriminados pelos colegas e na rua as crianças corriam e jogavam pedras neles. Eles nem queriam sair de casa. Depois começaram a se envolver com os brasileiros e de certa forma

²⁴³CYTRYNOWICZ, op. cit., p.140.

²⁴⁴CYTRYNOWICZ, op. cit., p.140.

esqueceram essa situação. Hoje eles estão inseridos na sociedade e só sinto orgulho deles terem nascidos nesse país.

Note-se que H.C.refere-se ao fato de os descendentes começarem a integrar-se, o que demonstra que, como efeito da Guerra, os japoneses passariam a acionar outras estratégias visando à sua permanência de longo prazo no Brasil. Por outro lado, o comportamento do imigrante não foi homogêneo, uma vez que nem todos aceitaram a derrota do Japão e mesmo a "integração". Este foi caso dos japoneses que se organizaram na Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos), que "mantinha a crença na imortalidade do imperador e na invencibilidade do Japão, combinada a uma ideologia antiamericana e antidemocrática, associando-se também ao anti-semitismo".²⁴⁵

Portanto, parece que houve entre os imigrantes uma cisão entre aqueles que entendiam ser oportuno pensar em novas formas de sobrevivência na terra de adoção e aqueles que resistiam a essa idéia. Pode-se, porém, ir mais longe e emprestar a esse fato as características de um conflito cujas raízes estavam no Japão, antiimperialista e imperialista ou renúncia à divindade do imperador ou lealdade a essa divindade. Em síntese:

Estes dois grandes acontecimentos – o fim da guerra e a derrota nacional – junto à conseqüente *norte-americanização* do Japão, não significaram, de modo algum, a morte da tradição mítica; embora a anti-racionalismo tenha chegado a seu fim, essa tem-se mantido durante quinze séculos.²⁴⁶

Após esse período os imigrantes e seus descendentes passariam a seguir outro padrão de inserção nas diversas dimensões sociais: ascensão pela educação e profissionalização, bem como demarcações de espaços de sociabilidade, promovendo um novo fluxo de mobilização.

²⁴⁵CYTRYNOWICZ, op. cit., p.165.

²⁴⁶OSHIMA, op. cit., p.20.

Na reelaboração do seu universo cultural, os imigrantes japoneses negociaram e realizaram trocas sociais estabelecendo uma relação de reciprocidade. Nesse sentido parte-se do pressuposto que os valores família, trabalho, educação e religião foram sendo traduzidos para atender ao processo de conformação da identificação, identidade e representação simbólica dos nipônicos. E disso trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PARA SER E PERTENCER

3.1 ENTRELAÇANDO IDENTIFICAÇÕES

A identificação desse grupo de imigrantes apóia-se numa data precisa,²⁴⁷ 1908, invariavelmente evocada no processo de reafirmação da sua identidade como um fator da composição de sua representação. Afinal, trata-se da chegada da primeira leva de japoneses ao Brasil. Um acontecimento, aliás, amplamente noticiado pelos meios de comunicação da época, principalmente nas regiões onde eles se instalariam.

Em São Paulo, o jornal "Correio Paulista", 25 de junho de 1908, anunciou o desembarque, no Porto de Santos, dos japoneses contratados para trabalharem nas fazendas de café. A reportagem do jornalista Amâncio Sobral, que cobria o "evento", procurou revelar ao leitor quem era esse imigrante. Depois de uma longa viagem chegavam ao território brasileiro esses homens e mulheres "dóceis" e "sociáveis".²⁴⁸ A descrição, rica em detalhes, permitia a construção de uma imagem fundamentada em pares de opostos, uma forma de "oposição binária"²⁴⁹ utilizada como recurso que

²⁴⁷Entre os elementos constitutivos da memória, Michel Pollak refere-se aos "vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento" como um problema, pois: "Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia." No caso desta pesquisa, a data em questão está plenamente assimilada, tanto nas fontes como nos livros de memórias. (POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992).

²⁴⁸Reportagem de Amâncio Sobral do Correio Paulista citado por HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.8-9.

²⁴⁹WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. p.49-53.

ressaltava a diferença, mas também identificava o 'outro'. Esse foi um dos meios pelos quais o significado poderia ser fixado: alto e baixo, fraco e forte, franzino e robusto. Para além das diferenças bioculturais, o importante parece ter sido mostrar os atributos dos japoneses para o trabalho na lavoura de café: "são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas", robustos, com "reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos", mas fortes "e de esqueleto largo, peito amplo".²⁵⁰ À medida que descrevia a aparência física, o jornalista destacava os calos que os recém-chegados traziam nas mãos como uma prova de que estavam preparados para atuar no universo do trabalho.

O jornalista enaltecia, ainda, a simplicidade e elegância das mulheres e dos homens no vestir e no trato com o corpo, evidenciando os hábitos e os costumes particulares da cultura japonesa: "são do maior asseio com o corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas. Todos têm uma caixa de pós dentifrícos, escovas para dentes, raspadeira para a língua, pente para o cabelo e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com água". Ao mesmo tempo aproximava esses valores aos códigos e às regras de comportamento desejáveis da cultura local, ou seja, a partir da sua composição populacional, sobretudo a europeia: "Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à europeia". E identificava as vestes e os acessórios:

eles de chapéu ou boné, e elas de saia e camiseta pregada à saia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. (...) Homens e mulheres trazem calçados (botinas, borzeguins e sapatos) baratos, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias.²⁵¹

²⁵⁰Reportagem de Amâncio Sobral do Correio Paulista. 19.06.1908. p.8-9.

²⁵¹Idem, p.8-9.

Destacava os símbolos e as representações de "bravura" dos homens japoneses: "alguns homens foram soldados na última guerra (russo-japonesa) e traziam ao peito as suas condecorações".²⁵²

Todas essas minúcias serviam para compor a imagem do recém-chegado, um tipo de imigrante muito diferente daquele que o Brasil vinha recebendo até então, os europeus. Ao selecionar e classificar os atributos dos imigrantes, o articulista acabou por "definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais".²⁵³

Porém, em outras partes do território nacional, esse fato não repercutiu com a mesma simpatia. Na capital paranaense, por exemplo, o jornal "Diário da Tarde" publicou em 6 de julho de 1908 matéria assinada por Celestino Junior reagindo à chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil. O jornal, que, na época, circulava em todo o Paraná, chamava a atenção para o "perigo" que a imigração japonesa representava para o Estado e para a nação. O jornalista iniciava seu texto fazendo uma crítica à posição do diário fluminense, "O País", por, segundo ele, defender o processo de imigração "preconizando-a pelas virtudes morais e notáveis resistência física" dos japoneses e a sua "superioridade" em relação às outras etnias "canalizadas para o Brasil" – defesa essa parecida com a do Jornal Correio Paulista, antes mencionada. Celestino Junior declarou de forma contundente: "somos de pensar diametralmente oposto: julgamos a imigração japonesa pernicioso, por muitos motivos, preferindo os contingentes alemães, italianos, polacos, holandeses etc.".²⁵⁴

No ano seguinte, o mesmo jornal criticaria severamente o governo brasileiro por adotar uma política que permitiu a entrada dessa "raça", apoiando e

²⁵²Idem, p.8-9.

²⁵³POLLAK, op. cit., p.200-212.

²⁵⁴CELESTINO JUNIOR. Diário da Tarde. Curitiba, 06 jul. 1908 p.12c.

legitimando o processo. Segundo a reportagem²⁵⁵, tendo como objetivo o povoamento, o governo havia esquecido de levar em consideração outros elementos importantes como a melhoria da "raça" e o desenvolvimento econômico e social da "civilização brasileira":

Os nossos governos continuam a olhar com a maior indiferença o futuro da raça e o aparelhamento dos brasileiros, para a técnica triunfante da civilização moderna. Esquecem com a mais tocante ingenuidade os interesses primordiais dos brasileiros já existentes e calcula sempre ser escopo principal de nós todos encher essas terras todas que ali temos sem cogitar dos prejuízos que disso podem resultar para os atuais residentes. Um dos mais eminentes e mais justamente gloriosos e queridos estadistas, num interview de grande repercussão, já propalou esta doutrina, sintetizando-a numa – frase lapidar: Povoar – eis o nosso único problema.²⁵⁶

Esse discurso estava fundamentado na idéia de formação da sociedade brasileira tendo como parâmetro que o imigrante deveria "ocupar os espaços vazios" e fornecer mão-de-obra, mas também contribuir para a "formação étnica brasileira, favorecendo o embranquecimento da raça, ou até a formação de uma 'nova raça'".²⁵⁷ Vale observar que para os intelectuais brasileiros, nesse período, a questão da eugenia já começava a florescer, da mesma forma que ocorreu em toda a segunda metade do XIX e principalmente após a proclamação da República.

Outro argumento utilizado pelo jornalista foi a concorrência que o trabalhador japonês estabeleceria com a mão-de-obra nacional:

Nossos estadistas não se incomodam com isso. Já vieram japoneses para São Paulo e outros virão para o estado do Rio. Agora, a companhia inglesa do Morro Velho, em Vila Nova de Lima foi autorizada a introduzir trabalhadores nipônicos nas suas minas. Dirão que essas levas de imigrantes são insignificantes e não influirão no preço dos salários. Não dirão coisa justa. Em primeiro lugar, se não deslocassem desde já o estandar of lif da zona emprestada, estabeleceriam

²⁵⁵DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.3075, 14 abr. 1909. p.1.

²⁵⁶DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.3075, 14 abr. 1909. p.1.

²⁵⁷PERES, op. cit., p.56.

precedente, iniciariam um regime mas e isso seria suficiente para combater-los. Em segundo lugar, menores que sejam, prejudicarão naturalmente os trabalhadores das zonas onde se vão instalar, porque não serão preferidos pela técnica mais segura ou mais assíduo labor, senão exclusivamente pelo baixíssimo salários pelo que se contratarão.²⁵⁸

Nessa perspectiva, a política do governo deveria esta voltada para a população que vivia no interior do país, em condições precárias, sem trabalho ou com um salário muito baixo, sem acesso à educação, enquanto os imigrantes japoneses chegavam com um contrato firmado, tirando o trabalho dos brasileiros:

Celestino Junior quando se referia aos imigrantes japoneses considerava até mesmo suas qualidades como elemento de desestruturação social, na medida em que eles ocupariam os espaços de trabalho de outras "raças" e, como conseqüência, iriam criar um distanciamento social que impediria a sua adaptação e integração. É um "excelente trabalhador, incansável e sóbrio", porém essas "virtudes" são as que o fizeram "nocivo" à sociedade, pois o tornavam aberto à concorrência, o que eram prejudicial aos operários de outras "raças", que não podiam competir com ele. Ao invés de ser elemento de progresso e concórdia, segundo o articulista, o japonês acabaria por tornar-se elemento perturbador e perigoso, mercê principalmente da dificuldade de adaptação.²⁵⁹

As idéias de Celestino Junior tinham origem o contexto vivenciado pelos japoneses na América do Norte, "onde os trabalhadores americanos foram vencidos pelos japoneses que, econômicos e sombrios, contentaram-se com salários muito menores, obtendo por isso preferência dos patrões". E conseqüentemente, a partir dessa vitória, passariam eles para a conquista de outros espaços como havia acontecido nos Estados Unidos:

Veja-se o seu proceder nos Estados Unidos, que ao lado de São Francisco da California yankee, formaram uma cidade japonesa, onde se quis estabelecer até o

²⁵⁸DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.3075, 14 abr. 1909. p.1.

²⁵⁹DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.3075, 14 abr. 1909. p.1.

governo local separado, o que tem constituído a causa de todo o conflito diplomático entre as duas nações, e tem tornado iminente a luta armada.

A imigração japonesa é um erro. Os países como o Brasil que venham buscar os seus produtos, que abram mercados para a sua produção, e o Japão não nos serviria para tal.²⁶⁰

Isso leva o jornalista a concluir que: "complicações semelhantes, e outras de longa enumeração, nos aguardam, se tivermos a imprudência de encher o Brasil de japoneses".²⁶¹

As críticas aos imigrantes ainda continuaram, e, em 1909, o jornal "Diário da Tarde" publicava uma matéria opondo-se ao comportamento dos imigrantes no universo do trabalho e à política adotada pelo governo brasileiro, que permitiu a abertura do processo. Segundo a matéria, os imigrantes japoneses estavam ocupando os espaços de trabalho destinados aos "nativos" e estrangeiros, pois eles poderiam viver com a quinta parte de um salário mínimo da época e sujeitar-se a qualquer tipo de trabalho o que os tornava um concorrente "desleal" em relação aos outros trabalhadores.

Os japoneses eram considerados um perigo nacional também pelo seu padrão de comportamento e sua forma de organização. Seus valores culturais provocavam estranhamentos e foram utilizados, no discurso, como elementos inibidores à sua integração à sociedade. Seus hábitos, como a maneira de se vestir e alimentar, foram destacados como fatores de distanciamento social. "Alimentando-se com um punhado de arroz, sem necessidades de conforto de vestuário, sem hábitos de sociabilidade e diversão".²⁶²

Ao analisar ambas as visões, observa-se que a reportagem do "Correio Paulista", aparentemente orientada a transmitir os interesses dos fazendeiros paulistas, para sensibilizar a população brasileira apresentou os imigrantes

²⁶⁰CELESTINO JUNIOR. Diário da Tarde. Curitiba, 06 jul. 1908. p.12c.

²⁶¹PERES, op. cit., p.56.

²⁶²DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.2776, 06 jul. 1908. p.12c.

japoneses com características européias, procurando torná-los menos estranhos. Já a recusa do "Diário da Tarde", assentada em argumentos biológicos e sociais que dificultariam a inserção desses imigrantes na sociedade local, mostrava a franca predileção pelos imigrantes europeus.

Tendo como base a reflexão de Seyferth, pode-se considerar que as idéias vinculadas ao nacionalismo no "Diário da Tarde" pressupõem a equação raça, cultura e língua, a partir de um paradigma que defende a homogeneidade. Essa defesa provinha de concepções correntes no século anterior. Conforme Benton, "os que pregavam o nacionalismo no século XIX estavam ansiosos por juntar em unidades políticas singulares os povos que eles pensavam ter uma origem comum". Neste caso, o imigrante japonês rompia a lógica desse modelo ocidentalizado.²⁶³

Contudo, a noção de "raça" pode ser compreendida como um dos elementos discursivo e aglutinador

...daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representações e práticas sociais (discurso) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.²⁶⁴

Seguindo esse conceito, "raça" é uma categoria discursiva, acionada no processo de identificação dos imigrantes agregada a outros elementos, ou melhor, traços que demarcam a diferença e estabelecem uma singularidade no processo de identificação dos nipônicos, e na constituição da representação simbólica do grupo. E na medida em que os imigrantes japoneses se vêem como 'outro' e a sociedade reforça essa visão, a tendência foi a de recriar seus laços simbólicos "de grupo e os

²⁶³SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p.49.

²⁶⁴HALL, **A identidade...**, op. cit., p.63.

laços familiares. Pelo menos em uma primeira fase".²⁶⁵ Para os nipônicos, estavam dados os elementos com os quais eles negociariam a construção de sua identidade na terra de acolhida.

Outro estratégia adotado pelos imigrantes foi buscar no passado elementos que aprofundam as diferenças entre seu modo de vida e o da população local. Trata-se de um recurso que demarca simbolicamente as fronteiras entre o conhecido e o desconhecido:

Nos primeiros anos de imigração, a realidade que encontraram no Brasil era completamente desconhecida, diferindo em tudo do modo de vida japonesa, das pequenas às grandes coisas:

- da estrutura da casa e do peso da tradição familiar, do chão de tatami e do banho de furô;
- muitos dos que foram trabalhar nas lavouras de café sequer conheciam o sabor que tinha esta bebida amarga e escura;
- do preparo dos alimentos, de cozinhar com banha e usar tempero como alho à organização da economia doméstica. Como se poderia imaginar que o feijão aqui se comia salgado, e não doce, como no Japão?²⁶⁶

Essas dificuldades, no entanto, podem se transformar para o grupo em ganhos simbólicos que dizem da capacidade de articulação e associação de novos elementos no cotidiano. Em seu livro de memórias, I.Y. deixa perceber isso, ao lembrar: "*Nós também nos acostumamos com a alimentação tradicional deste país, própria do clima daqui*".

Por certo, não foi possível à grande maioria traduzir muitas das particularidades culturais japonesas. Handa²⁶⁷ reflete, por exemplo, sobre a perda do senso estético aplicado no próprio arranjo da vida doméstica. Para ele, a estética da cultura nipônica está vinculada "ao estilo de vida expresso no costume de sentar-se

²⁶⁵FAUSTO, Imigração..., op. cit., p.27.

²⁶⁶HANDA, **O imigrante**..., op. cit., p.221-233.

²⁶⁷HANDA, **O imigrante**..., op. cit., p.221-233.

sobre o *tatami*" ou no fato de a casa encontrar-se associada ao jardim, "pois se constitui numa unidade, devendo o jardim ser contemplado da sala por alguém sentado".

Nesse sentido, é interessante acompanhar as lembranças de A.S.I. quando descreve o impacto diante da casa destinada a sua família na fazenda (1934) e daquela que passou a residir em Moji das Cruzes (1937). Saídos de uma aldeia, de casas individuais, sem cercas e envolvidas por áreas de cultivo, foram instalados em moradias homogêneas, cercadas de arame farpado; no segundo momento, ao referir-se ao bosque de eucaliptos, pode-se imaginar que evoca a paisagem de sua aldeia:

Ficamos desapontados quando pisamos o chão batido à frente de vinte e duas casas construídas com tijolos sem reboco. (...) Éramos vinte e duas famílias e as casas enfileiradas umas ao lado das outras iam ligar a nossa convivência. (...) ali os problemas ligavam-se como o arame farpado ao redor das casas destinadas para as famílias que acabava de chegar. O que, porém, reforçou o nosso otimismo foi perceber que, atrás de cada residência, havia um quintal para plantar verduras que seriam colhidas para uso próprio.

(...) meado de 1937, mudamos para Moji das Cruzes (...) Meu pai com o apoio de seus patrícios, conseguiu arrendar um sítio... A casa de alvenaria era cercada por bosque de eucaliptos que no verão dava sombra amena e no inverno evitava o sopro excessivo do vento. Não havia comparação com a nossa morada na Fazenda São Domingos. (A.S.I.)

De qualquer maneira, "lugares, eventos, símbolos" e "histórias particulares"²⁶⁸ foram tecendo a identificação e a identidade desse grupo, mesmo em conjunturas muito adversas. Como já visto no capítulo 2, na Era Vargas, por exemplo, houve um retorno das críticas aos grupos estrangeiros motivado pelas políticas governamentais. Em 1938, mediante o Decreto n.º 2.625, que estabelecia "medidas legais vinculadas a um projeto de teor nacionalista",²⁶⁹ o governo criou a Comissão de Nacionalização com o intuito de "viabilizar os canais necessários à

²⁶⁸HALL, **A identidade**..., op. cit., p.76.

²⁶⁹HATANAKA, Maria Lúcia Eiko. **O processo judicial da Shindo-remmei**: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Fundação Japão, 2002. p.26.

assimilação dos estrangeiros, seja através da nacionalização em massa forçada, seja por meio do impedimento crescente do contato com seus países de origem". Pretendia, com isso, a "total adaptação e assimilação" dos imigrantes e seus descendentes aos valores da sociedade nacional.

Em suas memórias, I.Y. oferece detalhes do autoritarismo e da coação exercidos nesse período: *"a autoridade brasileira começou a oprimir a liberdade dos japoneses, impondo várias condições rígidas tais como: não falar japonês em local público, proibir a reunião acima de 3 pessoas, não viajar sem licença prévia..."* A vigilância e o radicalismo atingiram até mesmo as atividades produtivas: *"lembro que a seda e a hortelã eram consideradas como munições pelos extremistas sendo que estes (tais 'patriotas') judiavam dos sericultores incendiando os ranchos de sapé, onde criavam o bicho-da-seda".*(I.Y.)

As diferenças bioculturais colocavam os nipônicos em uma situação de desvantagem em relação às outras etnias, pois eles se distanciavam do padrão apontado nos decretos e nos discursos políticos.²⁷⁰ A essa desvantagem somava-se a idéia ainda corrente de que "os japoneses diferenciam-se sobremaneira dos nacionais, seja moral, social, estética ou economicamente e, por terem outra mentalidade, jamais se afeiçoariam ao Brasil ou contribuiriam para a formação da cultura brasileira".²⁷¹

Nesse momento, os valores culturais dos imigrantes japoneses funcionaram como um ponto de identificação e apego que serviu para deixar de fora, distanciar, "para transformar o diferente em 'exterior', em objeto", e assim simbolicamente excluí-lo.²⁷²

²⁷⁰LENHARO, op. cit.

²⁷¹HATANAKA, op. cit., p.31.

²⁷²HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. p.110.

Essa exclusão, porém, os projetaria no espaço público após 1945, como já demonstrado no capítulo. Permitiu uma maior visibilidade do imigrante e uma aproximação maior com a população nacional, pois o confronto, em muitos momentos, provocava o conhecimento do "outro". Inicialmente, conforme a interpretação de Keiko Sishitani, "a imigração japonesa chocou mais do que a de outros povos, porque além da raça mongólica (feição, olhos, cor) a cultura era outra (oriental) e, principalmente, sua religião xintoísta ou budista, os distanciava mais dos outros imigrantes de religião católica ou protestante e tradição européia".²⁷³ Mesmo passado esse "impacto", a inserção deles na sociedade se orientava por limites simbólicos pautados, por exemplo, pelas diferenças físicas: "são traços evidentes, que não existe nenhuma dificuldade em distinguir um japonês, do não japonês".²⁷⁴ Aos poucos, porém, esses imigrantes foram se tornando mais familiares na sociedade brasileira.

Dados de pesquisa realizada por Toshiaki Saito²⁷⁵ sobre confronto de identidade na sociedade brasileira demonstram não só os estereótipos, que ao longo da relação de contato foram sendo construídos pela população local e imigrante, mas também a preocupação do nipônico com a imagem construída pelos brasileiros, no decorrer do processo de integração à sociedade. Para Saito, "passadas algumas décadas de convívio, os japoneses servindo como colono, arrendatário, sitiante, e os brasileiros sendo dono, patrão, proprietário, fazendeiro, começaram a surgir as primeiras manifestações verbalizadas de estereotípicas, nascidas do encontro de culturas diferentes".²⁷⁶

²⁷³ISHITANI, Kaiko. Os 85 anos de imigração japonesa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jun. 1993. p.35.

²⁷⁴ISHITANI, op. cit., p.35.

²⁷⁵SAITO, Toshiaki. Brasileiros e japoneses, confronto de identidade. **Boletim do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil**, São Paulo, n.31, junho 1991. p.2.

²⁷⁶SAITO, Brasileiros e japoneses..., op. cit., p.2.

Seguindo os dados apresentados por Saito, no universo de contato os japoneses criaram uma linguagem para identificar os brasileiros a partir de "algumas frases que tornaram quase um mito" entre eles: "burajiru-jin wa abunaikara – o brasileiro é perigo, ano tikusho – aquele animal, kurombô – preto, darashinai – sujo, dorobô – ladrão, bandido; gaijin – estrangeiro". Os brasileiros, por sua vez, também demonstraram, a partir de termos estereotipados o lado negativo do "outro": "olho rasgado, nanico, cara-chata, quinta coluna, traidor, tintureiro, feirante, a japonesa é uma tábua, a japonesa tem o negócio atravessado (referindo-se ao órgão sexual feminino), japonês tem mesma coisa piquinininho nô referindo-se ao órgão genital masculino".²⁷⁷

Essa linguagem simbólica estabelecida no confronto entre as duas culturas marcou a construção da identidade dos imigrantes a partir das imagens estereotipadas do outro. Ao mesmo tempo, permitiu a identificação e a relação entre os dois mundos, a partir do domínio de códigos que passaram a ser manipulados no processo de aproximação e estabelecimento de fronteiras. Ao acionar os códigos e regras da sua cultura de origem, o imigrante está dando visibilidade aos seus símbolos e representações culturais revelando a sua visão de mundo. Conseqüentemente, o "outro" vai também desvendando, nessa relação, o seu universo cultural. E, a partir desse "jogo social" e dessa "troca simbólica", vão surgindo e sendo mantidas as relações de reciprocidade com outros grupos. A comunicação viabiliza, assim, aos imigrantes japoneses a saída da condição de isolamento sociocultural e espacial para a condição de participante do universo social em que se encontra inserido.

Na construção da identidade a preocupação encontra-se voltada para "quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios". Esse questionamento diz respeito não só à tradição, mas à "invenção da tradição"; o

²⁷⁷SAITO, Brasileiros e japoneses..., op. cit., p.2.

imigrante está a todo o momento dialogando com o seu passado e avaliando o seu presente ou, como coloca Hall, revendo sua rota.

A essa dinâmica agrega-se também a "dimensão mutável da identidade", isto é, a perspectiva da transformação em decorrência do processo de contatos culturais e de conjunturas locais, o que possibilita – ou muitas vezes impõe – que os imigrantes acionem estratégias identitárias para atingir seus objetivos nas diversas esferas da vida.

A construção da identidade do imigrante "situa-se sempre no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação".²⁷⁸ A identidade é uma categoria que estabelece diferença, demarca espaço e fronteiras entre as pessoas ou grupos sociais. Ela é caracterizada em sua relação com o conceito de alteridade, inclusão e exclusão, e está vinculada às relações constituídas pelos grupos no interior dos mundos sociais.

A cultura é uma teia de significados construídos em um contexto histórico específico, portanto, o imigrante, fora do seu país de origem, tenta construir uma representação da sua cultura a partir de uma memória "constituente do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva", pois ela é "um fator" de sentimento "de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua construção de si".²⁷⁹ Portanto, na reconstituição de seus valores culturais, ou no processo de transmissão, o imigrante procura, também, reconstruir uma representação a partir de uma realidade que já mudou e que pode não mais existir em si mesmo.

A cultura de origem dos imigrantes em situações de contato não se "perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste".²⁸⁰ Essa realidade, de

²⁷⁸CHARTIER, **A história cultural...**, op. cit., p.112.

²⁷⁹POLLAK, op. cit., p.204.

²⁸⁰CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Editora USP, 1986. p.99.

certa forma, impõe aos imigrantes uma pluralidade cultural, ao mesmo tempo em que ele tem de responder a sua situação específica. Nesses momentos se estabelece um processo de trocas sociais, os nipônicos selecionam elementos que podem ser inseridos ou acrescentados aos seus valores culturais aproximando e dando visibilidade aos traços distintivos.

Alguns aspectos culturais são importantes de serem ressaltados, na medida em que eles demonstram como os valores culturais dos imigrantes japoneses foram sendo traduzidos no comportamento desenvolvido durante o processo de interação a sociedade de adoção.

Para os japoneses, "o autocontrole e autodomínio" são características que devem ser apreciadas no julgamento dos indivíduos. Eles acreditam que "somente através de um treinamento mental (ou autodisciplina, *shuyo*) pode um homem ou mulher adquirir o poder de viver plenamente e 'alcançar o gosto da vida'. (...) A autodisciplina cria a barriga (a sede do controle), ampliando a vida".²⁸¹ A disciplina como um valor orienta o comportamento dos nipônicos em todas as dimensões sociais: na família, na escola, no trabalho e na religiosidade. No Brasil, os imigrantes se referem à disciplina como uma característica distintiva de ser japonês.

...os japoneses são tímidos, disciplinados e trabalhador. Os brasileiros são malandros, gostam de muita festa, reclamam de tudo. (L.K.S., em 25 de setembro de 2002)

Meus pais sempre ficaram atentos ao meu comportamento, não podia esquecer de me comportar direitinho, em muitos momentos queria ser como os meninos brasileiros, mas eles não deixavam. Controlava tudo que eu fazia até quando casei. E eu sempre foi uma pessoa muito correta na escola, no trabalho e principalmente em casa. (K.N.)

A hierarquia é um outro aspecto que regula o comportamento dos nipônicos. Eles "organizam o seu mundo" tendo como referência a hierarquia,

²⁸¹BENEDICT, op. cit., p.197.

"na família e nas relações pessoais, idade, geração, sexo e classe ditam a conduta devida".²⁸² Esse aspecto traduz-se em um valor de fidelidade e lealdade que acompanha os indivíduos e define as suas relações de filho, de pai, de empregado e de patrão. Na família patriarcal japonesa, a estrutura hierárquica estabelece a função de cada membro do grupo, tendo o pai como autoridade máxima. Ele é referendado por todos e os membros estão sob o seu comando; em seguida, o primogênito tem a função de manter o legado do *ie*, a ele cabe a responsabilidade com os pais, a preservação do nome e da honra do grupo. Esse comportamento de obediência, dedicação e lealdade não se reduz ao *ie*, mas se estende a todas as relações que os indivíduos vão construindo fora do lar.

Essa estrutura sustentada na obediência, nas obrigações (*on*) coloca os indivíduos num circuito social baseado em dádivas.

O *gimu* de cada um congrega dois tipos de obrigações: pagamento do *on* aos pais, o *ko* e o pagamento do *on* ao Imperador, o *chu*. Essas duas obrigações de *gimu* são compulsórias e constituem o destino universal do homem. O próprio ensino primário no Japão é chamado de 'educação *gimu*', porque não há outra palavra que transmita tão adequadamente o sentido de 'exigido'.²⁸³

Paralelo ao *gimu*, os japoneses também se referem à obrigação como *giri*; é uma dádiva que o indivíduo contrai por receber um favor de outro. Esse débito tem de ser pago com o mesmo peso do favor recebido. O *giri* pode ser adquirido em todas as relações estabelecidas pelos nipônicos no interior da vida social. "O *giri* abrange uma lista extremamente heterogênea de obrigações (...) desde a graditão por um antigo favor até o dever de vingança":²⁸⁴ Portanto, desde que o indivíduo nasce encontra-se envolvido numa rede de obrigações e deveres que influencia a maneira de o japonês pensar e agir.

²⁸²BENEDIC, op. cit., p.84.

²⁸³BENEDIC, op. cit., p.103.

²⁸⁴BENEDIC, op. cit., p.116.

Na representação simbólica do grupo, os nipônicos criaram *microsociedades*, que possibilitaram o estabelecimento de pontos de referências que permitiram compartilhar e trocar experiências, no processo de inserção e sociabilidade no interior da sociedade local. Esses espaços encontram-se situados a meio caminho entre a esfera pública e privada, como é o caso dos clubes comunitários, teatros, associações de socorros mútuos.²⁸⁵ Enfim, os imigrantes foram entrelaçando todos esses elementos, no todo ou em parte, para fortalecer cada um dos valores de que lançaram mãos – família, trabalho, educação e religião – no processo de identificação de sua etnicidade.

²⁸⁵FAUSTO, Imigração..., op. cit., p.27.

3.2 CONTORNOS FAMILIARES

...sou o primogênito dos filhos homens, o que, naquele tempo, era importante mesmo numa família modesta, sem Brazões de nobreza como a minha, que tinha a honrosa tradição dos agricultores da província e gozava de grande conceito social.

Por ser o mais velho dos irmãos eu gozava de maior liberdade. (...) Era a mim que cabia a sucessão do honrado nome da família.

A.S.I., o filho primogênito, começa seu livro de memórias identificando a origem de sua família na hierarquia social vigente no Japão.²⁸⁶ Revela, assim, a importância de situar a família numa determinada "classe". Ao lado disso, apóia-se no significado de sua posição no grupo familiar para reforçar aspectos constitutivos de sua etnicidade.

De todos os valores que compuseram as estratégias desenvolvidas pelos japoneses em sua inserção na sociedade brasileira, a recuperação daqueles que reforçavam os laços de família possibilitou-lhes dominar os códigos e as regras que os faziam fortalecidos. Para Boris Fausto, as condições específicas dos imigrantes na dimensão familiar levaram sua vida privada a ter uma carga emotiva e funcional muito forte. A família não só era o ponto de apoio básico e muitas vezes único na terra de recepção, mas também representava um extenso elo, abrangendo os que emigraram e os que ficaram na terra de origem.²⁸⁷

Ao analisar as sociedades de origem camponesa, Burguière afirma:

No caso de camponeses inseridos numa economia senhorial, não podemos negligenciar os sentimentos de segurança e de imersão no grupo que o indivíduo angariava pertencendo a uma "casa". Essas famílias eram semelhantes à fortaleza nos períodos de incerteza, já que não possuíam a proteção do Estado ou

²⁸⁶Ver a esse respeito o capítulo 1.

²⁸⁷FAUSTO, Imigração..., op. cit., p.34.

de um senhor. E, por um mecanismo de inércia, próprio a todas as instituições, o sentimento sobreviveu à realidade e gerou um sistema de valores no qual a família é investida de todos os papéis e de todos os direitos que dizem respeito ao meio social.²⁸⁸

Aos japoneses, esse fortalecimento compartilhado possibilitou-lhes a preservações de padrões específicos da sua cultura e ao mesmo tempo deu elementos para a construção de sua identidade cultural no Brasil.

O tipo de família japonesa que chegou ao Brasil deveria atender aos contratos estabelecidos pelas Companhias de Emigração. Assim, os pais de H.C. saíram do Japão com um filho pequeno e um agregado (como o terceiro membro produtivo), para cumprir este critério: os imigrantes deveriam estar constituídos em famílias com pelo menos três membros aptos à atividade produtiva. Como a empresa japonesa encarregada de selecionar os imigrantes encontrou dificuldades para satisfazer essa exigência, pois muitas famílias, a exemplo da de H.C., não estavam assim constituídas (não raro possuíam filhos menores de doze anos, outras eram formadas de casais sem filhos e ainda indivíduos solteiros), articulou a "família composta". Tal artifício significava inserir mais um membro a partir da adoção de um indivíduo adulto ou utilizar a estratégia de casamento arranjado.²⁸⁹ Portanto, muitas famílias imigrantes que chegaram ao Brasil foram organizadas "artificialmente em contraposição à família natural, apenas para fins de registro".²⁹⁰

Outro memorialista, C.O., precisou se casar para emigrar. A noiva indicada, C., morava em uma cidade próxima. Ele estava com 24 anos e ela com 21. C. havia concluído a Escola Feminina de Osaka e era filiada à Igreja Nishimukai. Ambos já se conheciam desde a infância. A cerimônia de casamento foi celebrada no dia 15 de

²⁸⁸Citado por ANDREAZZA, op. cit., p.196.

²⁸⁹Conforme já descrito no capítulo 1, o casamento arranjado sempre foi um rito tradicional no Japão e existe ainda hoje, embora com algumas modificações; por exemplo, a figura do *nakodo* ainda é acionada, mas em muitos casos os pretendentes trocam entre si currículo e fotografias, como recurso de aproximação e início da aliança.

²⁹⁰ANDO, Zempachi. *Nihon Imin no Sakaishiteki Kenkyû*. Centro de Estudos Nipo-Brasileiro. São Paulo, 1967. Referência citada por SETO e UYEDA, op. cit., p.40.

fevereiro de 1929. Apesar de casados, C.O. e C. ainda precisavam completar a família para poderem cumprir a exigência legal de imigração. Logo, como um surpreendente presente de casamento, veio-lhes a adoção de um menino de 14 anos, sétimo filho de um fiel da Igreja Nishimukai. Essa "família composta" desembarcou no Brasil no dia 29 de junho de 1929.

A adoção²⁹¹ de um novo membro para a composição do grupo familiar se deu a partir de arranjos arbitrários, como, por exemplo: "casais sem filhos que faziam 'adoção' de solteiros desconhecidos através do escritório de imigração. Os candidatos à emigração eram unidos arbitrariamente, com a promessa de que a 'adoção' seria desfeita quando fosse concluído o prazo contratual de trabalho na fazenda de café." Muitas vezes o arranjo era realizado entre parentes, "casais com filhos menores de 12 anos, que traziam um parente como agregado", às vezes o "irmão mais novo, primo, cunhado ou sobrinho".²⁹²

O jornal da Colônia japonesa *Paraná Shimbun*²⁹³ exemplifica uma das formas desses arranjos na composição da família a partir do matrimônio:

Sakamoto e Matsuoka, dois jovens aventureiros e imigrantes de última hora, chegaram ao porto de Kobe quase às vésperas da partida do Kasato Maru. Lá compraram passaporte de candidatos a imigrantes (sic) que não conseguiram juntar dinheiro suficiente para pagar a passagem. Em seguida, foram anexados à família Nakamura como "filhos adotivos". Acontece que os Nakamura, Kadyu e Hanji, também não eram casados e sim irmãos.

Enfim, estava formada uma família confusa, arranjada pela caneta mágica do funcionário da empresa de recrutamento, onde o marido não era marido; a esposa não era esposa; os dois filhos não eram filhos e tinham quase a mesma idade dos pais; e os irmãos meros estranhos.²⁹⁴

²⁹¹Esse aspecto da composição familiar foi tratado no capítulo 1. À guisa de complemento, Clovis Bevilacqua cita o Japão entre os países que no século XIX mantiveram em seus Códigos Civis a regulação da espécie jurídica adoção. (BEBILAQUA, Clovis. **Direito da família**. 7.ed. Rio de Janeiro: Rio, 1976. p.364).

²⁹²ANDO, Nihon Imin..., op. cit.

²⁹³PARANÁ SHIMBUM. Londrina, 23 jun. 2001. p3. (Edição Especial)

²⁹⁴PARANÁ SHIMBUM. Londrina, 23 jun. 2001. p3. (Edição Especial)

Deve-se lembrar, porém, que a formação de um grupo doméstico camponês é resultado de uma negociação na qual concorrem vários fatores, entre eles o econômico. Assim, esses arranjos não chegavam a constituir novidades. Nesse sentido, ao estudar a imigração rutena, Andrezza observa que:

...os domicílios complexos têm raízes profundas na experiência de diferentes sociedades agrárias e foram particularmente disseminados entre o campesinato da Europa Oriental, depreende-se que a formação de grupos domésticos complexo entre os imigrantes que se dirigiam a Antonio Olyntho, traduz a perpetuação de uma morfologia doméstica na qual já transitavam.²⁹⁵

Um dos primeiros desafios que os imigrantes japoneses tiveram que enfrentar na preservação da sua unidade familiar ("família confusa", no período em que o governo paulista subsidiou a entrada dos japoneses) na sociedade brasileira foi a diversidade cultural existente no interior, pois os candidatos à emigração eram recrutados em diversas regiões do Japão, falavam dialetos diferentes e possuíam hábitos, costumes e tradições culturais distintos. Isto tornava as relações, em muitos momentos, 'conflituosas', já que a "família composta", na maioria das vezes, não era formada por pessoas da mesma comunidade. Algumas famílias "eram desenraizadas da comunidade natal de um só golpe e colocadas no navio".²⁹⁶ No transcorrer da viagem e no cotidiano vivenciado já em solo brasileiro, essas diferenças eram evidenciadas, restando, portanto, ao grupo criar estratégias que viabilizassem a adaptação às circunstâncias, a partir da criação de unidades socioculturais e do estabelecimento de alianças entre eles.

Em verdade, ocorreria nesse processo a recriação da representação social do grupo doméstico tendo como suporte o ordenamento hierárquico que confere aos

²⁹⁵ANDREAZZA, op. cit., p.196.

²⁹⁶HANDA, Tomoo. Senso estético na vida dos imigrantes japoneses. In: SIMPÓSIO REALIZADO EM JUNHO DE 1968 AO ENSEJO DO 60.º ANIVERSÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL. 1971, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971. (Comentário de Teiti Suzuki, p.234-235)

indivíduos matrizes para sua organização. Como os códigos, neste caso, eram comuns, nessa recriação a relação foi articulada com base na reciprocidade, no compartilhamento.²⁹⁷ Pode-se afirmar, em síntese, que o modelo de estrutura e organização da família no Japão trazido para o Brasil desde 1908 acompanhou os indivíduos que passaram a fazer parte da sociedade nacional e permaneceu após a década de 1940. Porém a ele foram acrescentados outros valores culturais, uma vez que a cultura é dinâmica e vai se atualizando no tempo e no espaço, e a representação requer a inserção de novos elementos que a atualizem.

Independente do período de entrada, o cotidiano da casa do imigrante agricultor parece ter seguido o ritmo descrito por H.C., cujos pais chegaram em 1933:

Meu pai e minha mãe assim que o dia clareava faziam a primeira refeição, muniam-se do que era preciso para comer no almoço e no café da tarde e iam para o trabalho na lavoura de café. A atividade na fazenda começava com o raia do sol e so terminava quando já era noite. Trabalhavam de segunda a sábado e no domingo continuavam trabalhando no pequeno pedaço de terra no fundo do quintal da casa. Os imigrantes, no Brasil, não tinham tempo para outra coisa a não ser para o trabalho..

Dada a precariedade de recursos na zona rural, e como quase todos os membros da família, inclusive as crianças, passavam o dia na lavoura, a casa não oferecia nenhum conforto. Mesmo que as paredes de tronco de palmito tivessem sido trocadas por tábuas, continuava o chão batido, e invariavelmente o sanitário ficava distante da casa. Nessas circunstâncias, não havia lugar para alguns hábitos e costumes japoneses, tal como o ritual do banho diário, no *furo*²⁹⁸, ou a própria vestimenta.

²⁹⁷CHARTIER, **A história cultural...**, op. cit., p.23.

²⁹⁸Banheira, sala de banho. Banho de imersão. Na tradição japonesa o banho, antes de ser uma necessidade higiênica, era um ritual de purificação espiritual. Esse ritual altamente sofisticado tem sua origem no Shintô, religião original do Japão, que cultua o sagrado na natureza, enfatizando primordialmente a purificação. A imersão em uma fonte termal era um ato de limpeza religiosa e, ao

Handa comenta, porém, que aqueles imigrantes poderiam suportar a falta do *furo*, mas não a ausência de arroz, o prato principal dos japoneses. Nas fazendas paulistas havia arroz, embora de tipo diferente daquele que eles estavam acostumados a comer no Japão: arroz branco, fofo, sem tempero algum. Para obtê-lo nessa forma, foi preciso beneficiar o arroz em casa, isto é, descascá-lo no pilão, passar na peneira e, novamente, levá-lo ao pilão; tarefa que tomava deles boa parte da noite.²⁹⁹ Após a Primeira Guerra, passaram a fabricar *missô* (a base de soja) e a preparar *tsukemono* (uma mistura de chuchu e farelo de fubá, que neste caso substituíam o de arroz). Assim, os imigrantes para substituir os alimentos a que estavam acostumados muitas vezes desenvolviam técnicas e associação de produtos, "experimentos" oriundos da necessidade de adaptação e de sobrevivência na terra de adoção.

Nos livros de memórias, há referências às péssimas condições de higiene e saúde. Devido à longa exposição ao sol quente no trabalho da lavoura, alguns deles eram vítimas, por exemplo, de insolação e hemorragia nasal; os ferimentos provocados por instrumentos agrícolas, quedas, espinhos e os ataques de inúmeros insetos, como percevejos, formigas, baratas, taturanas, aranha, carrapatos, mosquito, pernilongos e bichos-de-pé.

De resto, as condições da saúde pública brasileira não eram mesmo das melhores. Na década de 1930, das 544 cidades com mais de 2.000 habitantes, somente 200 delas possuíam serviços de água e esgoto. Não existia ainda uma

mesmo tempo, um momento para contemplar as forças elementares do Universo, com a ajuda da meditação induzida pelo banho. O primeiro ato de purificação com água é descrito no *Kojiki*, o mais antigo livro japonês, onde o mitológico deus Izanagui (equivalente a energia Yin em chinês), após visitar sua falecida companheira deusa Izanami (equivalente a energia Yang em chinês), tomou um banho purificador (*mizogui*) e quando lavava o olho esquerdo nasceu Amaterassu no Mikoto (deusa-Sol) a principal divindade do Japão, do olho direito nasceu Tsukiyoni (deus-Lua), e do nariz Suzano no Mikoto (deus-Tempestade). O fato de a deusa Amaterassu, a padroeira do Japão e ancestral da família imperial, ter sido criada durante um banho, tornou o ato de banhar-se a alma da tradição de beleza japonesa. (PLANETA ZEN, out. de 2004).

²⁹⁹HANDA, O imigrante..., op. cit.

política sanitária, o que gerava um alto índice mortalidade.³⁰⁰ Note-se que esses dados correspondem somente à área urbana.

Um dos maiores problemas domésticos era a falta de água potável, e escavar um poço num domicílio, além de difícil, era caro. Assim como os outros livros de memórias, também o de C.O. faz esse registro. *"Para que cada família não precisasse cavar seu poço – pois teriam que pagar aos homens contratados –, decidiram pelo uso comunitário, com cada duas ou três famílias utilizando uma única fonte."* Dessa forma é que foram sendo retomados valores como cooperação e associativismo.

Nesse quadro em que o dia-a-dia era marcado por dificuldades a convivência restava empobrecida.³⁰¹ H.C. elabora uma representação da relação familiar pautada na disciplina e submissão. Assim é que as memórias referem-se a pais que trabalhavam muito – segundo o relato de seu pai: *"os nossos filhos ficavam sozinhos quando saía para a lavoura, as vezes quando chegava eles já estavam dormindo"* –, não conversavam com os filhos e centralizavam os ganhos de todos; a irmãos mais velhos que batiam, controlavam a chegada da escola e a ida ao trabalho dos outros irmãos. A esse respeito, Cardoso afirma que:

Para os japoneses, o processo de cooperação familiar vai mais longe, baseado que está em uma hierarquia sustentada por obrigações morais que submergem o indivíduo na coletividade. Ainda agora, grande parte dos nisseis aceita os valores que norteiam a educação japonesa tradicional e procura preservá-los na família.³⁰²

No entanto, há lembranças mais amenas e justificativas para certos padrões de comportamento. Para A.S.I., *"os japoneses, geralmente, são reservados, mas isso não diminui o calor do afeto que os liga entre si, particularmente a tudo que se refere a seus familiares"*.

³⁰⁰NOSSO SÉCULO 1930/1945. **Anos de transição**. 1.^a Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

³⁰¹Tomou-se por empréstimo a expressão de Cardoso: "a vida cotidiana era difícil e a convivência pobre". (CARDOSO, R., op. cit., p.114).

³⁰²CARDOSO, R., op. cit., p.119.

O cotidiano de excesso de trabalho e isolamento, às vezes, suscitava dramas incomuns. No livro de memórias de I.Y., há uma passagem dedicada à doença e morte do irmão de 16 anos. *"Sem o resultado das consultas no hospital Bratac da Fazenda Tietê, não sabia o tipo de doença"*. Assim, durante um ano, *"A extremosa mãe, com temperamento forte, só vivia rezando perante o altar de Buda"*. Prevendo-se a morte cada vez mais próxima do jovem e não havendo caixão de defunto à venda no local,

Sem jeito, o pai, trazendo uma tora de cedro da mata, começou a serrá-la em tábuas, dos seus olhos escorriam as lágrimas ao lamentar tal situação amargosa que o obrigava a fazer essas coisas, embora o próprio filho ainda estivesse vivo. Era um momento triste (...). Para um menino de dez anos como eu, não compreendendo ainda bem a situação, apenas estava espiando a figura do pai em choro.

Essas memórias retiveram as imagens paternas em diferentes momentos: no convívio do dia-a-dia, em que valores como a obediência e submissão não eram afrouxados, ou em situações de extrema dor, quando os sentimentos tinham de ser liberados, mas em silêncio. Ruth Benedict, em seu livro *O crisântemo e a espada*, especificamente no capítulo intitulado "O dilema da virtude", oferece-nos alguns elementos para tentar compreender as atitudes paternas:

...Um princípio bastante aceito de economia psíquica japonesa de que a vontade deve reinar suprema sobre o corpo infinitamente ensinável e que este não possui leis de bem-estar, desprezadas pelo homem por sua própria conta. Toda a teoria japonesa de "sentimentos humanos" repousa sobre esta pressuposição. Quando se trata das questões realmente sérias da vida, por mais destacadamente aprovadas e cultivadas, deverão ser drasticamente subordinadas. Seja a que preço for de autodisciplina, é preciso evidenciar o Espírito Japonês.³⁰³

Embora as ocasiões festivas fossem raras, os imigrantes comemoravam o aniversário do imperador, no Brasil no dia 31 de outubro. Nessa data os japoneses preparavam uma grande festa. O ritual começava com os imigrantes cantando o hino japonês, *Kimigayo*. O cântico era seguido pela leitura da mensagem imperial. Após o

³⁰³BENEDICT, op. cit.

ritual de reverência, os japoneses continuavam a festividade com competições durante todo o dia. Essa homenagem representava um elo que os mantinha como súditos do Imperador e reavivava os sentimentos de pertença. Ao lado disso, reiterava a posição simbólica de filho na hierarquia de obediência e submissão. Nas palavras de Maeyama:

O culto ao Imperador em si é, até certo ponto, uma variedade do culto aos antepassados. A noção japonesa era concebida como uma 'família' patriarcal, sendo o Imperador seu chefe. O Imperador era o 'pai' e a Imperatriz a 'mãe' do povo japonês, de acordo com o governo fascista do Japão. Esta ideologia tem sua base, em parte, na crença popular japonesa. O Japão, como um país, era considerado um único ie. Esta aplicação do princípio do ie a uma sociedade mais ampla sempre foi intrínseca na percepção e conhecimento dos japoneses, denominada 'constituição da família da sociedade japonesa' (...) Levando-se em conta este padrão de conhecimento e comportamento, não é de estranhar a fácil substituição do culto aos antepassados pelo culto ao Imperador entre os japoneses no Brasil de pré-guerra.³⁰⁴

Nessa família patriarcal cada membro tinha seu lugar definido na estrutura e organização doméstica, assim como o compromisso com o grupo e com quem o comanda. Na hierarquia, cuja autonomia máxima era do pai, o primogênito assumia um dos mais importantes papéis. Em suas memórias, A.S.I. destaca a primogenitura, mesmo em circunstâncias muito diferentes das do local de origem, pois, para ele, essa função "*era importante mesmo numa família modesta, sem braços de nobreza como a minha, que tinha isso sim, a honrosa tradição dos agricultores da província e gozava de grande conceito social*". Sendo o primogênito, A.S.I. possuía também alguns privilégios no grupo familiar; maior liberdade de participar, por exemplo, mesmo como ouvinte, das conversas dos mais velhos. Porém, sabia da responsabilidade de perpetuar o legado cultural e social da família. Como coloca, "*era a mim que cabia a*

³⁰⁴MAEYAMA, op. cit., p.435.

sucessão do honrado nome da família. Isto, naquela época, não deixava de ser um resquício de feudalismo que a tradição respeitava com orgulho". (A.S.I.)

Cumpria ao primogênito respeitar seus familiares, principalmente cuidando dos mais velhos, pai e mãe, e o exercício das funções religiosas. A.S.I. refere-se à sua primogenitura para explicar que recebia a herança material e espiritual da família, cabia a ele a responsabilidade com seus pais e com o culto aos antepassados e todos os demais membros da família respeitavam esse *poder*.

Também os casamentos arranjados persistiam, "como se fosse uma lei". O *nakôdo* (intermediário de arranjos matrimoniais) desempenhava um papel importante na rede de comunicação entre os imigrantes, pois a ele cabia a negociação nas bases propostas pelo chefe de família – da noiva ou do noivo – que havia solicitado o arranjo.

Muitos chefes de família que tinham filhas na idade de casar temiam que com o casamento ela fosse morar com os sogros e assim perdessem uma mão-de-obra. Por isso, conseguiam fazer o arranjo matrimonial garantindo que o rapaz fosse morar na casa do referido chefe de família. Segundo Handa, "isso porque na sociedade dos imigrantes constituía sério golpe perder uma mulher integrante da família. A expressão 'três contos pela filha' corria de boca em boca porque o fato de uma família perder uma pessoas economicamente ativa era temido como uma causa que iria retardar o 'sucesso' dessa família".³⁰⁵

Em 1951, I.Y. conta que: "*por sorte, pelo intermédio do Sr. T.A. fui noivado com a senhorita M... Casamos no dia 22 de setembro do mesmo ano*". Não era muito usual, mas às vezes o próprio *nakodo* tornava-se padrinho dos noivos.

Os casamentos na zona rural eram realizados após a colheita, no mês de agosto, considerado como ideal, pois o "tempo se mantinha firme e todos tinham tempo, até a época das chuvas de setembro. Era realmente propício para

³⁰⁵HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.298-299.

casamentos"³⁰⁶ Neste aspecto, a escolha pelos imigrantes japoneses do período para casar não diferia da de outros grupos de imigrantes, ou sociedades tradicionais camponesas, conforme Andrezza.³⁰⁷

A cerimônia de casamento (*sansankudo*) era realizada de acordo com a tradição japonesa; embalado com o "cântico nupcial Takasa", o ritual se dava no interior da casa do noivo ou da noiva. Depois do rito, os noivos eram apresentados à comunidade, seguiam-se os discursos dos amigos e os agradecimentos dos pais. Logo depois, começava a festa. Nos núcleos, os imigrantes realizam a cerimônia nos espaços destinados ao lazer, às reuniões, ou seja, em pequenas associações criadas no local. Quando os núcleos não possuíam espaços comuns, eles improvisavam.

A festa começava lentamente, com alguns convidados cantando, embalados pela batida das mãos. Ao poucos o ambiente esquentava e quando o volume dos cantores também se elevava até a rouquidão. À medida que se adentrava a noite, o senso de hierarquia, tão peculiar entre os japoneses, dissipava-se quase por completo, graças ao efeito mágico do álcool.³⁰⁸

Os imigrantes das primeiras levadas manifestavam certa preferência em casar seus filhos com japoneses oriundos da mesma região ou província. No Japão, para proporcionar um sentimento de segurança, os arranjos, nesse período, eram realizados na própria aldeia, ou em aldeias vizinhas, espaço do qual o indivíduo tinha o controle, ou seja, podia ter as informações a respeito do noivo ou da noiva, sobre a vida da família e dos antepassados, se havia registro de doenças hereditárias, além de outras informações capazes de manter a unidade e a atividade econômica do grupo doméstico.

³⁰⁶HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.243.

³⁰⁷ANDREAZZA, op. cit., p.155. A esse respeito, ver também CARDOSO, J. A.; NADALIN, S.O. Os meses e dias de casamento no Paraná: século XVIII, XIX e XX. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.3, n.5, p.105-129, 1982.

³⁰⁸HANDA, **O imigrante...**, p.383.

Entretanto, ainda que a preferência absoluta fosse pelo casamento endogâmico, desde as primeiras décadas há registros de casamentos interétnicos. Entre os quatro autores dos livros de memórias, A.S.I. casou-se, em 1948, com uma jovem de descendência italiana; H.C. uniu-se a uma brasileira. Portanto, tem-se uma demonstração de que alguns dos imigrantes buscaram ampliar a sua rede de relações e estabelecer alianças fora de seu grupo de referência.

Apesar desses exemplos, ainda nas décadas de 1960 e 1970 essa modalidade de casamento não foi muito freqüente, pois a continuidade na constituição da família a partir da própria rede de relação étnica, visava "à continuidade da família patrilineal, virilocal, com inibição dos interesses individuais e com nítida acentuação dos valores hierárquicos".³⁰⁹

Na esteira da reflexão de Vieira, o casamento interétnico poderia representar a quebra na organização de um modelo familiar cujos alicerces estavam plantados em padrões tradicionais de ordem, dever e interesses compartilhados pelo grupo étnico. Assim, ao optar por esse tipo de união conjugal, o moço ou a moça "deixou de ser um membro do grupo, negou a solidariedade grupal mantida por oposição, renunciando assim aos valores essenciais e à orientação tradicional".³¹⁰ Talvez, por isso, um informante desta pesquisa, Q6 a seguir apresentado, tenha declarado a respeito de seu casamento: "Foi mais tranquilo casar com uma pessoa da mesma origem".

No entanto, Cardoso afirma que, em São Paulo,

...a assimilação dos japoneses e seus descendentes foi completa, inclusive no que concerne a casamentos interétnicos, já que, segundo estatísticas, mais da metade dos sansei (terceira geração) se casam com pessoas de fora

³⁰⁹VIEIRA, op. cit., p.303.

³¹⁰VIEIRA, op. cit., p.316.

da comunidade e a tendência é no sentido de um crescendo, geração após geração.³¹¹

Essa questão parece, entretanto, bastante complexa. Tanto os questionários aplicados (entre nove famílias de imigrantes, sete escolheram seus cônjuges dentro da própria rede étnica) como as oito entrevistas realizadas apontam para a preferência pelo casamento dentro do próprio grupo. Tem-se, assim, que, em Curitiba, o imigrante de terceira geração parece estar voltado a escolher o casamento endogâmico.

Q2 - Casou com uma japonesa.

Q3 - Casou com uma descendente de italiana.

Q4 - Casou com um "japonês de Assaí."

Q5 - "Casei com um médico japonês".

Q6 - "Foi mais tranqüilo casar com uma pessoa da mesma origem".

Q7 - Casou com um descendente japonês.

Q8 - Casou com uma japonesa.

Q9 - Casou com uma japonesa.

Q10 - Casou com um brasileiro.

Essas opções encontram respaldo nas evidências apresentadas por Cytrynowicz, que afirma: "Os núcleos japoneses de São Paulo nos dão mostra segura de que eles sempre tiveram como princípio fundamental de vida a manutenção da pureza racial, pois ali vivem e proliferam em ambiente nipônico".³¹²

Tomam o mesmo sentido os argumentos de Maeyama,³¹³ quando analisa as classes médias urbanas japonesas no Brasil. Para a autora, a concepção do *ie* vem se fortalecendo em função do culto aos antepassados – que será objeto de análise do item 3.5 – e da estabilidade econômica conseguida a partir da inserção dos imigrantes nipônicos em diferentes setores da sociedade local.

³¹¹CARDOSO, R., op. cit.

³¹²CYTRYNOWICZ, op. cit., p.144.

³¹³MAEYAMA, op. cit., p.260.

3.3 PELAS VIAS DO TRABALHO

Em 1943, em plena guerra, nós mudamos para a nova terra de 20 alqueires compradas. (...) Era um terreno abençoado, pois pertencia a zona de pura terra roxa. A família beneficiada com a mão-de-obra abundante esforçou-se unida, plantando 10 alqueires de algodão. (...) O pai começou a se aposentar e o irmão mais velho S., sem trabalhar muito na roça, foi incumbido da parte exterior da casa, bem como as compras de objetos necessários. Eu e o irmão S. nos encarregamos do cultivo com o arado por tração animal.

A família de I.Y. havia chegado ao Brasil exatamente dez anos antes desse relato, o tempo de permanência por ela fixado para "fazer fortuna" e voltar a sua terra. As contingências, no entanto, alteraram esse projeto, e, em 1943, essa família estava realizando sua terceira mudança de residência. As duas primeiras foram nas seções da Fazenda Tietê e a última, fora da fazenda, porém na mesma região. A essas mudanças a família somaria outras tantas.

A remigração³¹⁴ foi uma das estratégias utilizadas pelos imigrantes japoneses desde os primeiros anos de estada no Brasil, na tentativa de encontrarem um novo espaço que permitisse melhores condições de sobrevivência no território brasileiro. Este processo, comum aos imigrantes de outras origens, era influenciado por diversos aspectos – econômico, social e político – articulados de diferentes formas.

No caso dos japoneses, a mobilidade foi motivada entre outros fatores, pelo rompimento ou a não renovação de contrato com os fazendeiros paulistas; pela fuga ou abandono da atividade para a qual foram contratados; pela existência de uma poupança trazida do Japão ou consolidada no Brasil, o que possibilitava a compra de terras ou o estabelecimento de pequenos negócios; ou ainda pela busca de espaços que permitissem a formação escolar para os descendentes.

³¹⁴Para maiores informações sobre a idéia de remigração, ver NADALIN, **Imigrantes...**, op. cit., p.140.

A maioria desses imigrantes, em particular aqueles da primeira geração, veio como trabalhador agrícola contratado, como já visto no capítulo 2, mas acabaram por abandonar as fazendas de café paulista principalmente porque:

As condições de trabalho nas fazendas eram péssimas, em locais desfavoráveis, as ferramentas eram diferentes daquelas que eles estavam acostumados a manusear e os fazendeiros os tratavam dentro de um regime de semi-escravidão. Era extremamente difícil manter a família e mandar dinheiro para o Japão. Trabalhavam muito, de segunda a segunda, e recebiam quase nada de salário.

Os salários eram baixíssimos e o horário de trabalho muito longo, no mínimo, dez horas por dia. A situação sanitária era alarmante – muitos imigrantes morreram nos surtos de varíola, tuberculose, coqueluche, sarampo, difteria, gripe, febre, tifoide e paludismo.

Desanimados pelas dificuldades e pelos sacrifícios, os japoneses começaram a abandonar o trabalho. Fugiam à noite, em busca de melhores condições em outras fazendas.³¹⁵

Nessas condições de trabalho e de remuneração muito aquém de suas expectativas, dificilmente eles poderia atingir o "enriquecimento rápido", uma das principais razões de sua emigração. Por outro lado, a economia cafeeira desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX vinha enfrentando seguidas crises. Para Holloway,

Essa depressão relativa durou mais de uma década, quando o aumento da produção brasileira abarrotou o mercado. A breve alta de 1910-12 resultou das manipulações de especuladores de café nos mercados atacadistas europeus e norte-americanos, cerceados pela Primeira Guerra Mundial. O retorno de altos níveis de demanda, após a guerra, coincidiu com a escassez de suprimentos resultante de uma severa geada em 1918, trazendo outra elevação de preços que prosseguiu de modo irregular na próspera década de 1920. Mas, compensando-se a simultânea desvalorização do mil-réis, os preços médios na década de 1920 apenas alcançaram os níveis da década de 1890.³¹⁶

³¹⁵PARANÁ SHIMBUN. Londrina, n.1.201, 20 jun. 1998. p.8. (Edição Especial)

³¹⁶HOLLOWAY, op. cit., p.28.

Se esse contexto era negativo para os fazendeiros, para os imigrantes japoneses, mesmo que dependessem do cultivo e da colheita para obter seu capital, significou certa possibilidade de melhoria. Nessas condições, muitos deles puderam adquirir ou arrendar pequenas áreas, uma vez que as terras reservadas para o cultivo do café foram colocadas à venda, em pequenos lotes e em condições de pagamentos parcelados. Segundo Vieira,

os loteamentos tinham como ponto de partida as grandes propriedades, as 'glebas', cobertas de florestas e abrangendo centenas e milhares de alqueires e que eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Por sua vez, os próprios fazendeiros procediam à fragmentação de suas terras, reservando-se as melhores porções, os espigões, para o café e vendendo as regiões impróprias, os fundo de vale para os sitiante.³¹⁷

Surgia, assim, a primeira efetiva oportunidade de investimento estratégico em território brasileiro. Agora, esses imigrantes vislumbravam a possibilidade de se tornarem pequenos proprietários, de abrir pequenos negócios e, conseqüentemente, alcançar certa autonomia econômica. Para isso, seria necessário novo deslocamento, em busca não só de uma mudança de espaço físico, mas também de *status* social e ocupacional, ainda que realizado dentro do mesmo setor,³¹⁸ pois, como diz Cardoso, "a vida rural não deixou de interessar os japoneses depois que se libertaram da condição de colonos. O grande esforço que realizaram para adquirir independência econômica não os leva diretamente à cidade, mas sim a outra situação de trabalho, ainda na agricultura".³¹⁹

Nesse período, empresas de colonização estrangeiras passaram a comprar e negociar terra no Brasil, como a inglesa "São Paulo Lumber & Colonization" e a

³¹⁷VIEIRA, op. cit., p.65.

³¹⁸SAITO, Hiroshi. Participação, mobilidade e identidade. In: SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p.85.

³¹⁹CARDOSO, R., op. cit., p.54.

Sociedade Colonizadora do Brasil – BRATAC³²⁰ – esta adquiriu terras em São Paulo e Paraná. Para Stocke, no transcorrer da década de 1920, essas Companhias de Colonização "tinham consciência de que a sua clientela (...) eram pessoas de recursos financeiros limitados. De acordo com isso, ofereciam-se condições relativamente fáceis de compras de terra",³²¹ o que facilitou a tantos imigrantes e "remigrantes" tornarem-se pequenos proprietários, bem como a expansão de pequenas "colônias" ao molde das iniciadas na década de 1910, no interior de São Paulo.

Na condição de pequenos produtores de mercadorias, meeiros, arrendatários ou agricultores independentes, procuraram também arrendar ou comprar terras em grupos. Com isso, criaram condições de estabelecer um espaço de convivência, traduzindo nas "colônias" uma experiência vivida no Japão, onde as aldeias (*mura*), ou as comunidades, eram constituídas por rede de parentes, que compartilhavam as tradições e o cotidiano social (como referido no capítulo 1). Dessa maneira, os japoneses concretizavam, no Brasil, formas de organização sustentadas nos valores e traços culturais comuns. Para Ono,

...quando os japoneses se reúnem para construir a sua colônia, se forma, de imediato, o 'mura', caracteristicamente de japoneses. Os integrantes dessas colônias, como 'mura' são de per si pequenos produtores de mercadorias, independentes. Apesar de economicamente independente, reproduzem as relações em que mutuamente se restringe a vida. Nos casamentos, nos funerais, nas associações de pais das escolas japonesas, nas associações de moço, na comunidade religiosa, etc. E os agrupamentos segundo as regiões de origem no

³²⁰"Na aquisição de terras a Bratac impunha as seguintes condições: "1.º) a uma distância de menos de 40 Km da estação ferroviária e área superior a 24 hectares; 2.º) para a finalidade de cafeicultura, situar-se a uma altitude superior a 450 metros acima do nível do mar; a terra deveria apresentar fertilidade superior à média; cada família de colonos receberia um lote de 25 hectares com boas condições topográfica e bem servido de água; 3.º) deveria oferecer boas condições de salubridade. Foram adquiridas as seguintes áreas de terra: Bastos, SP 29.280 hectares; Aliança, SP 3.238 hectares; Tietê, SP 114.680 hectares; Assai, PR 30.500 hectares, num total de 177.698 hectares. As terras adquiridas foram distribuídas em lotes de 25 hectares aos imigrantes que vinham do Japão e também a seus patrícios já residentes no Brasil e interessados em participar da obra de colonização". (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, op. cit., p.156-157).

³²¹STOCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.92.

Japão; os agrupamentos dos recém-vindos e dos que para cá vieram há muito tempo. Tudo isso prende os componentes do 'mura' dentro de uma mesma 'colônia'. Aí impera a 'aparência' comunitária, sendo grandemente restringida a livre vontade de um indivíduo ou de uma família de colonizadores.³²²

A busca de aproximação entre os imigrantes da mesma origem viabilizou aos japoneses a manutenção de vínculos culturais em um espaço onde foi possível compartilhar "as emoções e as solidariedades", evidenciando valores que são inerentes ao próprio grupo e que só se transmitem em seu interior "sem referências aos outros grupos".³²³

Ao "mover-se de um município para outro, de uma região para outra, até mesmo de um Estado para outro, comprando terra em melhores condições e fazendo aumentar seu capital...",³²⁴ esse imigrante viu-se obrigado a rever suas estratégias. Nesse sentido se pode dizer, tal como o faz Cuche, que a essa mobilidade física correspondeu uma mobilidade identitária porque a identidade se "constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações".³²⁵

Na reconstrução da trajetória dos pais que emigraram na década de 1930, levantada por meio de questionário aplicado aos filhos de primeira geração,³²⁶ estes indicam exemplarmente as diferentes estratégias acionadas pelos pais nesse processo de mobilidade para a aquisição de novas ocupações e *status* sociais.

M.S. chegou ao Brasil em 23 de dezembro de 1934, como agricultor contratado para as fazendas de café paulista. Durante a sua permanência no Estado de São Paulo, morou nas cidades de Cotia e Morro Grande, nesse período também trabalhou como cozinheiro, depois mudou para o Estado do Paraná, residindo primeiramente na cidade de Castro, onde exerceu a profissão de ferreiro, e depois Curitiba.

³²²ONO, op. cit., p.157.

³²³CUCHE, op. cit., p.179-180.

³²⁴CARDOSO, R., op. cit., p.130.

³²⁵CUCHE, op. cit., p.33.

³²⁶Questionário (ver Anexo 1).

K.S. chegou ao Brasil com a sua esposa I.S. e seu filho H.S., em 1933. Nos primeiros tempos trabalhou como agricultor em São Paulo, no plantio de banana, em Santos. Mudou para a cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

H.Y. chegou ao Brasil em 1931, influenciado pela propaganda do governo japonês. Como agricultor foi trabalhar na cidade de Cabrália Paulista, depois mudou para Capão Bonito, atualmente reside em Curitiba, Paraná.

Todos a quem foi aplicado o questionário aportaram como trabalhadores agrícolas. Houve, porém, na mesma década, emigrantes que já chegaram ao Brasil como pequenos proprietários. I.Y. relata em seu livro de memórias que sua família desembarcou

em abril de 1933, e seguiu para a Fazenda Tietê da Bratac na linha noroeste do Estado de São Paulo. Iwao Yoshii [seu pai] havia comprado já no Japão, 10 alqueires de terra nesse núcleo de colonização japonesa. Um mês depois de instalado na casa de imigrante deu início a derrubada da mata para a construção da casa para sua família e para iniciar o cultivo da terra. (Y. I.)

Segundo dados do Ministério de Trabalho e Previdência Social, somadas as décadas de 1920 e 1930, entraram no Brasil aproximadamente 157.000³²⁷ imigrantes japoneses. Uma pequena parcela deles como proprietários e com destino aos núcleos administrados por empresas colonizadoras no Brasil. Sakurai aponta que "uma pequena parcela, cerca de 5% veio como proprietário de glebas nas colônias adquiridas pelas Companhias de Imigração no Estado de São Paulo, depois no Norte do Paraná".³²⁸ E isso é, portanto, indicativo de uma outra característica do processo imigratório japonês: a condição de pequenos proprietários.

A instalação desses imigrantes nas terras que lhes eram atribuídas, ou nas que adquiriam posteriormente, não foi menos trabalhosa. Um dos complicadores

³²⁷MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. DNMO – Divisão de Migração. Resenha de imigração, por nacionalidade, de 1819 a 1970.

³²⁸SAKURAI, Célia. **Tensões dentro de um mesmo grupo**: os japoneses pós-guerra e os antigos imigrantes. Comunicação apresentada no GT História Demográfica. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAL. Campinas (SP), 2004.

citados por I.Y. estava na própria aquisição da propriedade: "*Uma terra adquirida no Japão, sem ver, ignorando as condições do terreno, nem a fertilidade que após dois anos de cultivo começava a reconhecer, era um terreno arenoso, fraco e não promissor*". As dificuldades somavam-se desde a chegada. O mesmo memorialista relata que na casa de imigrante, localizada entre a seção B em Inhumas, não havia nem água (Fazenda Tietê, SP), então: "*A partir do dia seguinte, começou a vida dura de carregar baldes de água usando paus nas costas e também a procura de alimentos*". Uma vez assentada a casa onde a família habitaria, "*já era mês de maio, acabando a floresta de paineiras*" e "*Começou a derrubada de 3 hectares de mata por 3 pessoas, pai, irmãos mais velhos... Entrando em setembro, os serviços da roça iam precipitando-se cada vez mais para o plantio de arroz e milho, seguidos de arranjos de queimadas*". Também para a categoria de imigrantes que ingressaram no Brasil como pequeno proprietário era exigido, por regulamento, que a família contasse com três braços para o trabalho da lavoura.

A referência ao plantio de arroz e milho nessa área, e de algodão e arroz na segunda propriedade – "*um terreno fértil da seção A*" – que o memorialista I.Y. relata ter sido adquirida pela família em 1937, pode nos levar a afirmar que aceitar a diversificação de cultivo significava apropriar aqui uma noção trazida pelos imigrantes em função de, no Japão,

Após o advento da Era Meiji, a agricultura foi passando, mais e mais, da produção de cereais diversos que não o arroz para a produção de hortaliças, frutas e criações, no atendimento da demanda dos consumidores. Para o aumento da intensidade de utilização das terras, os lavradores estavam permanentemente interessados na introdução de novas variedades, na adoção de sistemas de rotação de culturas, na utilização de mais fertilizantes, nos trabalhos de defesa contra pragas, e nas atividades subsidiárias, como criações, inclusive a de bicho-da-seda. Tudo para aumentar a receita familiar.³²⁹

³²⁹SAKATA, Hideharu; WAKISAKA, Katsunori. **Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. p.500.

Para melhorar financeiramente, diz I.Y.: "*trabalhávamos com o maior empenho*" e cuidavam de obter eficiência na produção: "*A partir do 3.º ano começamos a introduzir o sistema de cultivo por arado com tração animal*". A melhoria no sistema de produção não se restringiu, porém, a aspectos técnicos. Do Japão também trouxeram a prática de cooperativas agrícolas, que foi intensa nesse país a partir da década de 1910 até a primeira metade dos anos 1920.

...formalmente, a introdução das cooperativas no Japão data de 1891, quando o governo japonês apresentou ao Parlamento o primeiro projeto que criava cooperativas de crédito. O projeto não foi aprovado, mas abriu novas perspectivas para o futuro do cooperativismo no país.

Em 1893, Hirata conseguiu formar várias cooperativas de crédito nas prefeituras de Shizuka, Yamagata, Tochigi e Kumamoto. Cinco anos mais tarde já existiam 93 cooperativas no Japão.

Mesmo com a expansão do cooperativismo, o parlamento rejeitou um segundo projeto que tentava oficializar a prática. Somente em 1900 as cooperativas foram legalizadas. Quando isso aconteceu foram legalizadas as cooperativas, de iniciativas particulares, que reuniam produtores de seda e chá. Essas cooperativas visavam a padronização dos produtos para exportação e a defesa dos produtores contra os exportadores.³³⁰

Principalmente os imigrantes que chegaram após o período anteriormente referido (1910-1920) já tinham a experiência com tal espécie de organização. Esses locais viabilizaram a criação de mecanismos que possibilitaram uma ajuda mútua entre aqueles que se associaram, primeiro de maneira informal e depois mediante entidades legais, as cooperativas agrícolas.

Com tudo isso, os núcleos coloniais iam aprimorando, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, sua organização social e administrativa, que poderia ser considerada

...bastante sofisticada para época pois contavam com uma infraestrutura que tinha um sistema que previa não apenas a produção agrícola, mas o processamento dessa produção até a sua comercialização. Havia também escolas de preparo de jovens para técnicas agrícolas, havia a previsão de abertura de estradas de porto,

³³⁰PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998.

de armazéns. Parte desses projetos foram concretizados. As colônias de Bastos, Pereira Barreto, Sete Barras são exemplos desses empreendimentos que funcionaram e deixaram as autoridades brasileiras em alerta.³³¹

As cooperativas agrícolas surgiram em locais de maior concentração de japoneses e teriam um papel muito importante na estruturação e organização da comunidade, pois apontavam para a possibilidade de uma ascensão econômica. No transcorrer desse período, segundo a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, registrou-se um crescimento constante no número de cooperativas no Brasil: "até o ano de 1915, foram fundadas 14 organizações desse tipo; de 1916 a 1926 se criaram 43 cooperativas. De 1927 a 1932, quando foi instituída a lei das cooperativas, tinham sido registradas 145 organizações".³³² Para a elaboração e implantação do processo cooperativo, os imigrantes recebiam assessoria por parte do governo japonês, mediante empresas como a BRATAC.

O crescimento do número de cooperativas é um bom indicativo de que os imigrantes japoneses participaram de diferentes "campos sociais exercendo graus variados de escolha e autonomia", bem como lançaram mão de "um conjunto de recursos simbólicos", construídos a partir de valores, como o da organização comunitária, um legado cultural acionado por eles, ainda que com certa particularidade, no transcorrer do processo de inserção na sociedade brasileira (I.Y.). Diz-se com certa particularidade, porque a idéia do retorno continuava sendo acalentada até a década 1940, como demonstra I.Y., ao comentar sobre a segunda casa da família no Brasil:

Para quem tem a intenção de voltar ao Japão, dentro de 10 anos, seria uma casa razoável, pois ainda melhor que aquela primeira. Normalmente, a maioria das famílias imigrantes convencia-se de que a verdadeira casa estava ainda no Japão e trabalhava excessivamente, sem saber a língua, nem as circunstâncias.

³³¹SAKURAI, Tensões..., op. cit.

³³²SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, op. cit., 525.

De qualquer maneira, a mudança da condição de trabalhador assalariado para proprietário, o investimento num sistema de organização da produção e, em decorrência, a melhoria nas condições de vida contribuíram para que os anos de 1930 a 1940 constituíssem, de acordo com Cytrynowicz,

o período de maior estabilidade econômica dos agricultores imigrantes japoneses no Brasil. Por volta de 1934 um total de 53% dos imigrantes conseguiu se estabelecer em pequenas propriedades independentes, como proprietários ou arrendatários. De 12 989 chefes de família imigrantes recenseados em 1934 (dentre um universo total de 69.437 recenseados), 9.934 dedicavam-se à agricultura, a criação e exploração florestal, dos quais 7.768 eram independentes isolados (sem empregados dependentes) e 1.672 empregadores.³³³

Enquanto isso, a vida dos imigrantes nos núcleos de colonização sofria uma mudança significativa na forma de organização do cotidiano da casa e do trabalho, adquirindo "uma coloração cada vez mais japonesa". A convivência social girava em torno da vizinhança, das associações, da cooperativa, das reuniões, nos casamentos, nascimentos e morte e no dia do aniversário do Imperador.

Esse comportamento do imigrante ante a manutenção do seu legado, da sua identidade étnica, na organização de sua vida social, demonstra o que Woodward³³⁴ compreende sobre a afirmação de uma identidade que busca legitimar um suposto e autêntico passado "que parece real". Dessa forma, o imigrante japonês procura reproduzir seus valores no cotidiano dos núcleos como uma tentativa de preservação de um legado constitutivo de sua identificação e de sua identidade nipônica.

Desde o final da década de 1930, como já foi visto, em função da conjuntura política no Japão, os imigrantes começaram a constatar que talvez devessem ficar mais tempo do que haviam planejado. E muitos deles aliaram a nova

³³³CYTRYNOWICZ, op. cit., p.155.

³³⁴WOODWARD, op. cit., p.7-72.

perspectiva de permanência no território nacional à estratégia da "remigração".

Quanto a esse aspecto, vale notar que migrar de novo:

...foi um elemento de mobilidade de fluxo e refluxo. Quando os solos paulistas se esgotaram para o café, o imigrante japonês acompanhou a corrente que procurou o Norte do Paraná, primeiro ocupando o 'velho Norte', depois avançando para o 'novo Norte'. A mobilidade do japonês é a própria marcha do desbravador paulista. Consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente, o nipônico participou de um processo de conjunto, como um de seus elementos. Sua mobilidade não é fato isolado, mas se coloca dentro de um processo geral.³³⁵

No início da década de 1940, mesmo com as tensões sociais provocadas no âmbito internacional pela conjuntura da Guerra e no âmbito interno pela política nacionalista de Vargas, que manteve o imigrante nipônico em estreita vigilância, *"a mão de obra e o conseqüente aumento da lavoura fizeram com que a economia doméstica crescesse a ponto de gerar uma folga financeira"*, conta I.Y. Como mostrado anteriormente, outros pequenos proprietários também puderam estabilizar sua situação financeira, o que apontou para os imigrantes uma nova perspectiva de investimento em outros setores da economia e viabilizou uma mobilidade geográfica não só para o campo, mas também para a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho. E foi o que decidiu I.Y.: *"Não sendo primogênito, eu sou livre na posição familiar, isso me fez resolver sair de casa. Com uma carta de apresentação que o pai arrumou para mim, viajei sozinho para São Paulo, onde fui admitido como empregado na Nishitani & Cia (Alpargal)"*.

Durante a Guerra, no entanto, a política de controle dos japoneses pelo governo Vargas foi intensificada, acentuando tanto seu cunho ideológico como a pressão socioeconômica. Muitos estabelecimentos comerciais japoneses foram fechados ou ficaram sob a fiscalização do governo brasileiro, causando grandes prejuízos aos proprietários. A Shindô-Renmei (Liga do Caminho dos Súditos), associação que defendia os valores comunitários tradicionais, apresenta que nesse

³³⁵HANDA, Senso estético..., op. cit. (Colóquio sobre a imigração japonesa)

período: "as empresas nipônicas que foram fechadas por causa do congelamento de bens ou ficaram sob fiscalização do governo brasileiro, difícil se tornando a manutenção da companhia, houvesse quem quisesse se livrar secretamente do yen que possuía no começo das hostilidades, a fim de sobreviver à situação".³³⁶

As sanções sociais afetaram não só a vida material, mas também a convivência comunitária. Muitos relembram esse período como um momento de fiscalização das suas ações e controle da sua mobilidade espacial. Em seu diário de família, H.C. relaciona as interdições: *"a autoridade brasileira começou oprimir a liberdade dos japoneses, impondo varias condições rígidas tais como: não falar japonês em local publico, proibir a reunião acima de três pessoas, não viajar sem licença previa etc"*.

Para muitos japoneses, porém, essa situação era transitória, pois acreditavam que o Japão ganharia a Guerra. Logo, as condições adversas que enfrentavam não eliminavam a perspectiva de retorno a sua nação vitoriosa. No entanto, no dia 14 de agosto de 1945, eclodiu a notícia da rendição do Japão.³³⁷ A comunidade japonesa ficou dividida, um grupo acreditava na vitória do país e o outro, na sua derrota. Essa ambigüidade de comportamento provocou muitos conflitos sangrentos e até mortes, entre "vitoristas" e "derrotistas".³³⁸

Por outro lado, a notícia da derrota suscitou na comunidade o aparecimento de novas estratégias: a mobilidade geográfica foi intensificada e o investimento no setor econômico foi cada vez mais acionado, agora, porém, com o objetivo de fixação definitiva na sociedade receptora.

³³⁶SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, op. cit., p.369.

³³⁷A esse respeito ver estudos: MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CYTRYNOWICZ, op. cit.; DEZEM, op. cit.; TAKEUCHI, op. cit.

³³⁸Ver: Roney Cytrynowicz e Fernando Moraes.

Assim, ficou tudo esclarecido, e que jamais ninguém duvide do resultado da guerra, pois, reconhecemos a autenticidade da escrita da tia Hutsu e também o comunicado oficial da prefeitura.

Segundo as cartas, o Japão estava atravessando uma fase difícil até da falta de alimentos e acabou sugerindo-nos por enquanto nem pensar em voltar ao Japão.

Agora temos que morar definitivamente aqui no Brasil. Chegou a hora de pensar sobre a mudança de rota da nossa família. (Y.I.)

Estava dado mais um momento de alteração na forma de inserção dos imigrantes japoneses no Brasil. Passaram, então, a investir não só na manutenção de seus valores culturais, mas também em uma participação maior nos diversos setores da sociedade, marcando fronteiras, mas buscando criar condições para sua fixação definitiva. No setor econômico, compraram pequenas propriedades, ou realizaram sua ampliação, fortaleceram as cooperativas, no comércio formal e informal; e no setor sociocultural criaram espaços de sociabilidade como escola, associações e templos.

Em 1949, a família de I.Y. escolheu se mudar de Bela Floresta (dentro da Fazenda Tietê, SP) para Assaí (PR) onde se instalara uma colônia que prosperava cada vez mais. Aí abriu uma oficina de ferraria. Fabricava sob encomenda uma espécie de espada japonesa, a *Nihontô*, e progredia satisfatoriamente. A partir daí, os membros dessa família diversificam suas atividades no meio urbano, abandonando a atividade agrícola.

Essa diversificação constituiria a estratégia de um bom número dos imigrantes japoneses na década de 1950. É o que demonstra o Recenseamento da Colônia Japonesa, ao apontar que 39% dos imigrantes exerciam outra ocupação que não a agrícola.³³⁹

Esses imigrantes seriam encontrados como donos ou empregados em hotéis, bazares, quitandas, na prestação de serviços, ou como caixeiro viajante.

³³⁹CARDOSO, R., op. cit., p.64.

No entanto, a característica da mobilidade ainda se fazia presente. I.Y. mudou-se para Maringá para trabalhar como viajante:

Logo no início do serviço assustei-me com as amostras das mercadorias, pois tinham chegado aí 8 malas grandes num peso total de 100 kg. Como não possuía carro, ajustei uma carroça, carregando as mercadorias nas costas até as clientelas ou para as estações. Onde não havia estrada de ferro utilizava os ônibus. ...Mesmo que acostumado como viajante, fui assustado com o tamanho número de 1500 espécies de mercadoria, em que gastei o sábado todo para a colocação de preços e a classificação das mesmas. (Y.I.)

Essa história de vida permite-nos constatar que o imigrante continuou acreditando, sobretudo, na força do trabalho, haja vista as palavras do pai de I.Y. aos seus filhos desde que chegaram ao Brasil, "*temos de trabalhar*". Se, num primeiro momento, isso queria dizer "*cada puxada de enxada significa a aproximação do Japão*", posteriormente seria traduzido como a via para se atingir a estabilidade na terra de adoção.

Com efeito, em abril de 1962, I.Y. associou-se a seu cunhado para fundar uma companhia de ônibus, que ambos administraram por 36 anos. Na condição de empresário ele concretizaria não só sua ascensão econômica, mas também obteria o reconhecimento público, ao ver sua empresa homenageada, em 1977, pela Associação do Comércio e Indústria de Umuarama.

Essa trajetória particular pode ser pensada tal como o fez Cardoso sobre o tema:

Nesta fase do processo de ascensão as semelhanças são grandes entre todos os imigrantes, mas a partir do momento em que a família ganha uma relativa estabilidade econômica suas perspectivas de mobilidade social tornam-se mais viáveis e que as particularidades do caso japonês, comparado ao de outros imigrantes, parecem maiores.³⁴⁰

Nesta pesquisa, os descendentes que informaram por meio de questionário sobre suas escolhas profissionais corroboram a afirmação de Cardoso. As respostas

³⁴⁰CARDOSO, R., op. cit., p.119.

evidenciam o encaminhamento deles para profissões liberais, muitas vezes por orientação familiar, considerando igualmente as lacunas que a carreira seguida poderia preencher.

Q2 - Como seus pais viam o estudo como "uma alternativa de sobrevivência", ele optou pelo curso de Engenharia. Depois de formado voltou para Assai.

Q3 - Veio para Curitiba para fazer o curso de Engenharia.

Q4 - Veio para Curitiba no final da década de 1960 para fazer o curso de Medicina. "Pois meus pais não incentivaram muito, pois eu era a filha mais velha". Fez o curso e voltou para Londrina, "tinha que voltar para cuidar dos meus pais", abriu um consultório.

Q5 - Fez o curso de enfermagem em São Paulo e veio para Curitiba, na década de 1970, depois de formada com a família.

Q6 - Fez o curso de Direito em Curitiba. A escolha da profissão foi orientada pelo pai, "ele achava que devíamos entender as leis, pois ele não conhecia porque nunca conseguiu ler direitinho o português".

Q7 - Fez o curso de Medicina em São Paulo. "Fiz o curso que achei que seria melhor para minha comunidade, mas eu sempre gostei de ajudar os outros. Quando terminei o curso recebi um convite para trabalhar em Curitiba.

Q8 - Fez o curso de Engenharia, em Curitiba.

Q9 - Fez o curso de Odontologia em Curitiba. "Meu pai prometeu que se eu fizesse o curso de dentista, ele ficaria muito orgulhoso. Eu de certa forma já gostava disso. Fiz o vestibular e passei. Depois disso ficou mais fácil, pude até morar sozinho".

Q10 - Fez o curso de Desenho Industrial. Escolheu o curso por "haver outros profissionais na família."

A estratégia da mobilização para o trabalho adotada pelos imigrantes no Pós-Guerra, quando imprimiram maior intensidade ao desenho de sua permanência no Brasil, parece ter sido acertada. O quanto a educação, um dos valores mais caros a essa comunidade – segundo eles proclamam –, contribuiu para esse acerto e a possibilidade de ascensão social dos descendentes é o que será verificado no item seguinte.

3.4 EDUCAÇÃO

(...) reunia-me à noite, após o trabalho, aos que queriam estudar. Pressentia que o estudo teria de ser a base da minha vitória e, como filho primogênito, não queria ser subserviente.

(...) depois de ter aprendido o alfabeto e a formação de algumas frases em português com o professor baiano a quem ensinei japonês, tudo para mim melhorou e incentivou-me a aprender cada vez mais (...) Quando completei treze anos não me contive e confessei a meus pais o que sentia. A minha vontade de ir para um colégio melhor. Estudar de verdade.

(...) Logo após a nossa instalação na nova morada fui matriculado na escola japonesa e, mais tarde, também na Escola Mista de Cocuera. Esta distava quase cinco quilômetros do lugar onde morávamos. Fora construída à beira da estrada que liga o lugar onde tínhamos a nossa residência com a cidade de Moji das Cruzes. Estudavam nessa escola muitos meninos da redondeza e cada um trazia no rosto a identificação de sua origem. A maioria era oriunda da raça nipônica. Como a escola era mista, havia alunos de 1.º, 2.º e 3.º ano na mesma classe... (A.S.I)

A.S.I. constrói suas memórias reproduzindo valores inculcados pelos imigrantes à educação; alia, assim, "estudo" com "vitória", além de uma perspectiva de independência. Para que ele viesse a realizar o que denominou "estudar de verdade", sua família teve de mudar-se para Moji das Cruzes, em 1937. Pôde, então, aos 13 anos, começar seus estudos em duas escolas, uma de orientação japonesa e outra, brasileira.

Se em 1937 foi possível que alguns dos filhos de imigrantes freqüentassem essas duas modalidades de escola, assim não o foi nas primeiras décadas de sua chegada, uma vez que no interior das fazendas onde se instalaram não havia escolas. Para eles, contudo, a instrução revestia-se de importância fundamental porque haviam deixado um país onde a educação fora eleita como fator de transformação social (ver capítulo, item 1.3).

A revolução política e social iniciada na era de Meiji, em 1868, trouxe profunda transformação no regime da nação nipônica, dando prioridade à difusão da

educação, difundindo-a de modo drástico (...) O japonês que viveu uma época assim peculiar sentia no seu âmago que a instrução era a coisa mais importante na vida, sobrepondo-se a qualquer outra opção.³⁴¹

Mas, naquele momento, concretizar essa opção em outro país exigia algo mais dos japoneses. A estratégia encontrada foi a de os próprios pais, à noite, depois da jornada de trabalho, transmitirem

a educação aos seus filhos, à luz de velas, ou ainda, antes da instalação das escolas japonesas, as crianças das comunidades rurais iam, por vezes, estudar à noite, na casa de pessoas mais letradas, formando grupos de quatro a cinco pessoas, subdivididas na própria comunidade, evitando-se assim, longas distâncias.³⁴²

Além disso, nas primeiras décadas de permanência no Brasil, a preocupação dos nipônicos com a educação estava voltada para a formação dos seus filhos dentro de suas tradições, tendo como aspiração a prática educacional no Japão.³⁴³ E eles tentam reproduzir na sociedade brasileira "as mesmas atitudes e comportamentos",³⁴⁴ pois a continuação de uma formação educacional a partir de uma matriz japonesa que deu "prioridade à difusão da educação" como um dos pontos fundamentais de desenvolvimento social, tinha como objetivo preparar os filhos para o momento do retorno à terra natal.

Esse comportamento frente à formação dos filhos era um desejo que acompanhou o ensinamento sobre a cultura e o "espírito japonês" de pertencimento. E levou os imigrantes a criarem estratégias que viabilizassem atingir este objetivo como a dos próprios pais ensinar a escrever e a falar o

³⁴¹MIYANO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. USP, 1980. p.92.

³⁴²NAKAGAWARA, Yoshiya. Questões sócio-culturais do imigrante japonês e seus descendentes. **O Estado do Paraná**, 30 out. 1979. p.10.

³⁴³A esse respeito, ver capítulo 1, item 1.3.

³⁴⁴ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 05 maio 1978.

idioma, e o de criar nas fazendas, quando tinha um número de crianças em idade escolar, um espaço para esse fim.³⁴⁵

Dessa forma, dadas as dificuldades para a educação de seus filhos por falta de estabelecimentos escolares e, quando havia, a distância entre elas e os locais de moradia, onde existia um número maior de imigrantes, logo era providenciada a criação de escolas. Nelas privilegiava-se o ensino da língua japonesa, ao lado da "geografia e a história do país de origem, cultivando o amor a pátria dos ancestrais".³⁴⁶

Nos núcleos coloniais, as escolas eram construídas num sistema de cooperação sustentado pelas habilidades dos moradores. Nessas instalações, muitas vezes improvisadas, estudavam até 20 alunos, com diferentes graus de aprendizagem. "Como nessa época os caracteres *kanji*³⁴⁷ dos jornais e revistas

³⁴⁵MIYANO, op. cit., p.91.

³⁴⁶MIYANO, op. cit., p.91.

³⁴⁷Ideograma chinês.

O Kanji foi introduzido no Japão a partir do século III com a cultura chinesa. Os japoneses adotaram os ideogramas chineses utilizando o mesmo caractere para representar um objeto ou uma determinada idéia, mas conservando a pronúncia japonesa. Posteriormente, foram incorporados símbolos com a pronúncia original chinesa, em especial para formar novas palavras compostas. Em outros casos utilizaram somente a fonética do caractere para representar determinadas sílabas japonesas. A escrita desses caracteres do tipo fonético foi sendo simplificada dando origem aos Kanas (alfabeto silabário exclusivamente japonês). O japonês moderno utiliza duas formas de escrita: os kanji (ideogramas chineses) e os kanas (hiragana e katakana).

Os Kanji são usados para escrever a raiz de palavras, as palavras compostas e os nomes próprios. Até pouco depois da Segunda Guerra Mundial foram empregados uns 7.000 Kanji diferentes. Em 1946 o governo japonês publicou uma lista chamada "Tôyô Kanji" para simplificar a escrita. Nesta lista constavam 1.850 caracteres autorizados a aparecer em livros e jornais e que seriam ensinados nas escolas. Para elaboração desta lista foi feito um estudo minucioso de periódicos e jornais, selecionando os caracteres que mais se repetiam. Em 1981 foi publicada uma nova lista chamada "Jôyô Kanji" constando 2.111 caracteres (1.945 caracteres mais usados e 166 caracteres que fazem parte de nomes próprios e sobrenomes mais comuns).

Os japoneses utilizaram alguns caracteres chineses e, aproveitando sua fonética, criaram um alfabeto silabário: os Kanas. Parece que foi utilizado pela primeira vez no século VIII, época de florescimento da literatura japonesa, quando se destacaram várias mulheres no campo da poesia. Existe uma versão de que foram as mulheres que simplificaram a escrita, tendendo a um tipo de escrita mais cursiva e eliminando certos traços. Por sua forma simples e plana chamou-se Hiragana.

eram ladeados de *furigana*³⁴⁸, que indicava que sua pronúncia, quem de alguma forma conseguisse ler o livro e fazer as quatro operações aritméticas era tido na melhor conta. Sendo núcleo de japoneses, imaginava-se que o aprendizado da conversação era feito naturalmente".³⁴⁹

Ao professor cabia também repassar valores e regras da cultura japonesa; e o que se verifica nesta recomendação de um professor ao término da aula: "Então, muito bem, todos perfilados! Baixem a cabeça em cumprimento. Não façam hora no caminho e vão direto para casa. Encontrando-se com um japonês, não digam 'bom-dia' com a cara erguida. Digam *kon'nichiwa*³⁵⁰, baixando a cabeça!".³⁵¹ Tais orientações do professor para que fosse observado o *girei* (etiqueta, cumprimento segundo regras de boas maneiras) estão calcadas em regras específicas, pois "Os japoneses fiam-se nos hábitos antigos de deferência, firmados na experiência passada e formalizados no seu sistema ético e na etiqueta".³⁵²

Para o imigrante japonês, a escola era um dos espaços de excelência para a afirmação de seus valores culturais já que pela educação o grupo pôde produzir e reproduzir normas e códigos de comportamento da sociedade de origem, mesmo sofrendo as influências do contexto brasileiro. Assim, a escola tornou-se um elo que

Paralelo a este silabário se desenvolveu o Katakana, mais retilíneo e anguloso. O Hiragana se formou por evolução, o Katakana por abreviação. (Instituto Cultural Brasil-Japão e Revista Made in Japan).

³⁴⁸Letra kana do silabário fonético japonês impresso ao lado dos ideogramas para auxiliar na leitura destes. Os japoneses utilizaram alguns caracteres chineses e, aproveitando sua fonética, criaram um alfabeto silabário: os Kanas. Parece que foi utilizado pela primeira vez no século VIII, época de florescimento da literatura japonesa, quando se destacaram várias mulheres no campo da poesia. Existe uma versão de que foram as mulheres que simplificaram a escrita, tendendo a um tipo de escrita mais cursiva e eliminando certos traços. Por sua forma simples e plana chamou-se Hiragana. Paralelo a este silabário se desenvolveu o Katakana, mais retilíneo e anguloso. O Hiragana se formou por evolução, o Katakana por abreviação. (Instituto Cultural Brasil-Japão e Revista Made in Japan).

³⁴⁹HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.293.

³⁵⁰Paz agora.

³⁵¹HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.293.

³⁵²BENETIC, op. cit., p.77.

manteria as "marcas de origem" e as diferenças entre o grupo de imigrantes e a sociedade em geral. Isto, principalmente na perspectiva de uma permanência temporária, pois, "Se regressar ao Japão, levando estes filhos que não sabem ler nem falar japonês, teria que enfrentar o problema de comunicação entre pais e filhos e destes com parentes e amigos. E acima de tudo, seria uma vergonha para um súdito nipônico."³⁵³

Assim, a educação deveria proporcionar aos descendentes as condições de atuarem como "súditos do Império japonês". Na cultura japonesa, desde o Estado Tokugawa, como já demonstrado no capítulo 1, a educação funcionava como um mecanismo que preparava os indivíduos a acatarem uma relação de subordinação aos seus superiores. Na estrutura de poder, o imperador é responsável por todos os cidadãos, e a ele todos japoneses estão subordinados. O que justifica a preocupação dos imigrantes em manter em relação aos seus filhos uma atitude que correspondesse às regras de comportamento da tradição nipônica.

A busca da preservação e manutenção da diferença mediante a educação, por parte dos imigrantes e das organizações por eles criadas, foi uma atitude de fechamento do grupo na perspectiva de reativar e atualizar continuamente a consciência de sua cultura de origem e do papel que os nipônicos deveriam desempenhar para não perder o vínculo com o seu país. Foi também uma forma de manter uma representação da sociedade japonesa em um território estrangeiro.³⁵⁴

na escola da colônia tinha a certeza que eles estavam sendo preparados para ser japonês e não brasileiro, não tenho nada contra (...) mas eu sou japonês e o meu filho tem sangue japonês. (L.K.S., em 25 de setembro de 2002)

Examinando toda essa articulação sob outro ângulo, o que se indaga é sobre o papel exercido pelas políticas educacionais no governo brasileiro nas

³⁵³MORI, Koichi et al. **Uma epopéia moderna**: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. p.123.

³⁵⁴CUCHE, op. cit., p.225-227.

décadas iniciais do século XX. Ocorre que desde a instalação da República o sistema educacional brasileiro havia sofrido várias reformas (a de 1891, de 1911, de 1925, entre outra), mas ainda carregava como herança do período colonial as características de uma educação acadêmica e aristocrática, além da pouca atenção à educação popular. Por outro lado,

...o pensamento republicano vê na escola o veículo ideal para atingir o desejado nivelamento dos elementos culturais adversos ao projeto nacionalista. Daí o desencadeamento do processo de "nacionalização da escola", manifesto principalmente pela oposição acirrada aos estabelecimentos estrangeiros, situação agravada pelo advento da Primeira Guerra Mundial. Processo desenvolvido fora das fronteiras familiares, a educação pretende, nesse momento, impedir ou inculcar elementos de permanência na vida dos indivíduos, repelindo, no ambiente escolar, tudo o que seja representativo das forças políticas das outras nações – língua, cultura e tradições.³⁵⁵

Segundo os ditames republicanos, os estados tinham autonomia nesse setor; assim, a grande demanda por ensino – em verdade, criação de escolas – era problema que deveria ser solucionado pelos sistemas estaduais de educação. Em Curitiba, por exemplo, quanto à carência de estabelecimentos educacionais, Trindade mostra que os imigrantes, desde sua fixação, reivindicaram a instalação de escolas, o que resultou, "no correr do período em mais de trinta escolas no perímetro dos núcleos coloniais. Instituições sujeitas à regulamentação maior do ensino público no Estado, elas também apresentam uma orientação nacionalista e laica, como a deseja a recém-instaurada República".³⁵⁶

Especificamente quanto à orientação nacionalista e o ensino da língua, essa autora evidencia ainda que, em Curitiba, mesmo com as polêmicas suscitadas por alguns educadores quanto ao ensino da língua estrangeira nas escolas de imigrantes alemães, poloneses e ucranianos, em 1921 havia "dezenas de escolas

³⁵⁵TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. p.263.

³⁵⁶TRINDADE, **Clotildes**..., op. cit., p.23.

onde se ignorava por completo a existência do Brasil". E exemplifica com as escolas polonesas que "organizam dupla jornada", reservando "à parte polonesa do programa as horas matinais mais próprias à aprendizagem, privilegiando-se, nesse horário, o ensino da língua polonesa, da geografia e história pátrias, religião e canto, matérias muito afeitas à doutrinação nacionalista".³⁵⁷

Correlacionando-se esse contexto com o caso da educação para os imigrantes japoneses fixados nas fazendas, Demartini apresenta para o Estado de São Paulo que "o governo considerava as primeiras escolas japonesas em núcleos não urbanos como casos isolados".³⁵⁸ Informa ainda que somente a partir da década de 1930 o Departamento de Educação do Estado de São Paulo começou a exigir o registro dessas escolas como Escola Mista Rural. Com isso, o ensino do japonês figuraria como disciplina extracurricular passando o português a compor o currículo regular. Note-se que nesse momento já se vivia no Brasil mais uma atmosfera nacionalista, desta vez a da era Vargas.

A ausência de uma política brasileira de ensino popular e o grau de importância atribuído à educação pelos nipônicos podem, então, explicar a expansão de escolas japonesas já a partir dos primeiros anos de sua entrada no Brasil. Ando³⁵⁹ aponta que, em 1932, havia 187 escolas registradas, nos municípios brasileiros onde havia certo número de famílias japonesas. Em 1939, esse número passou para 486. O aumento do número de escolas japonesas, nesse período, acompanhou o aumento do número de imigrantes japoneses que chegavam ao

³⁵⁷DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Revista Educação & Sociedade**, Ano XXI, n.72, ago./2000.

³⁵⁸DEMARTINI, Relatos orais..., op. cit., p.47.

³⁵⁹ANDO, Zenpat. **Estudos sócio-históricos da imigração japonesa**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiro, 1976. p.186.

Brasil a partir de 1925 – quando o Japão passou a subsidiar a política emigratória, o que facilitou a vinda de famílias com maior número de crianças na idade escolar.³⁶⁰

Mesmo com o aumento de escolas, algumas alterações foram verificadas quanto ao ensino. Por exemplo, o irmão do memorialista W.N, nascido no Japão, estudou na escola japonesa de Moji das Cruzes, onde a família morou, *"nessa escola aprendi os dois idiomas, o português e o japonês"*. Contudo, ainda na década de 1930, acomodar seus descendentes nas escolas nacionais não foi uma atitude nem tranqüila nem coesa. Muitos pais *"temiam que seus filhos estudando em escolas brasileiras fossem se abasileirando e, deste modo, poderiam perder o elo com a cultura japonesa"*.³⁶¹ Dessa forma, *"algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza"*.³⁶² Nesse dilema, uma das estratégias acionadas foi manter a criança estudando a língua japonesa em um dos períodos escolares. A outra consistiu na mobilidade das famílias; elas mudavam de região, municípios ou estados facilitando o acesso e a continuidade da formação educacional, porém, sem perder o "controle" desse processo.

Todo o núcleo social possui elos que ligam os indivíduos a uma comunidade e ao mesmo tempo fornecem elementos que propiciam a construção de uma representação do mundo que o envolve. Para Chartier, há modalidades de relações que envolvem a representação social: a classificação e os recortes que possibilitam a elaboração de configurações múltiplas, e as práticas que permitem *"reconhecer uma identidade social"*, dando ao grupo uma singularidade e

³⁶⁰Além da instrução formal, os núcleos japoneses mantinham inúmeras escolas principalmente voltadas à profissionalização, tais como: escolas agrícolas, escolas noturnas para jovens e adultos, escola de língua japonesa para criança, escola mista nipo-brasileira (ensino nos dois idiomas), escola dominical, escola primária completa, escola de corte e costura, centro de língua japonesa, escolas profissionalizantes. (DEMARTINI, Relatos orais..., op. cit.)

³⁶¹DEMARTINI, Zeila de Brito. Imigração e educação: algumas questões para a história da educação em São Paulo. In: Congresso Brasileiro de História e Educação, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, de 6 a 9 de novembro de 2000. p.2.

³⁶²HALL, **A identidade...**, op. cit., p.9

estabelecendo sua diferença e as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe".³⁶³

Assim, a escola, destinada ao ensino dos códigos e das regras de comportamento da cultura, constituiu o espaço onde os indivíduos, a partir de suas práticas, construíam uma visão de mundo e o representaram. Conservar nesse espaço uma prática tradicional era viabilizar a preservação de um comportamento voltado para o circuito da própria cultura e, ao mesmo tempo, articular as formas de comunicação ao domínio específico, à lógica de organização e estrutura da comunidade.

No caso dos imigrantes, a educação e a língua são elementos articuladores da identificação e da constituição da sua etnicidade, pois ela tem uma função "individual e social: serve de instrumento para a comunicação entre os homens em um meio social e cultural determinado",³⁶⁴ viabilizando as trocas e o "jogo social" e simbólico no próprio grupo. Preservar o idioma como um código de comunicação e interação foi sempre uma preocupação dos imigrantes, na medida em que ele faz a ponte entre o passado e o presente, propiciando a idéia de pertencimento.

Para os imigrantes japoneses, "divulgar a cultura japonesa no Brasil é difundir e cultivar os pontos positivos do Japão e aqueles valores característicos do povo japonês, tais como: a honestidade, a dedicação ao trabalho e o alto interesse pela educação".³⁶⁵ Tais qualidades eram importantes para os descendentes japoneses, mas era igualmente desejável que a sociedade local se familiarizasse com esses valores. Esta relação de mão dupla foi um elemento relevante no processo de interação dos nipônicos. Tal posição está relacionada à cultura de

³⁶³CHARTIER, O mundo..., op. cit., p.183.

³⁶⁴NAKAGAWARA, op. cit., p.10.

³⁶⁵SAKAI, Massahiro. O ensino da língua portuguesa no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 out. 1979. p.21.

origem dos imigrantes, de uma forma geral, na medida em que a ela condiciona o comportamento dos indivíduos, tornando-se necessário "o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar, sobreviver e produzir".³⁶⁶ Daí porque a perspectiva da perda desse legado criava um dilema para o imigrante que pensava no Brasil como um local de passagem.

Os acontecimentos políticos durante a década de 1930 teriam grandes efeitos sobre a educação tipicamente japonesa. Uma forte campanha de nacionalização pretendia que os descendentes de imigrantes, de qualquer origem, se abrissem, "à força, se necessário".³⁶⁷ O Decreto-Lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, que veda a estrangeiros a atividade política no Brasil, pode mesmo ser considerado a síntese da política de nacionalização pelo grau de restrição que impôs ao mínimo exercício político por parte dos estrangeiros quando estabelece:

É-lhes vedado especialmente

1 - organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. (Art. 2, 1).³⁶⁸

O art. 8.º tratava das sanções nestes termos:

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta Lei. Pelo

³⁶⁶GELLNER, 1983, citado por HALL, **A identidade...**, op. cit., p.59.

³⁶⁷SEYFERTH, *Construindo...*, op. cit., p.57.

³⁶⁸AFONSO, Annibal Martins. **Estrangeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949. p.188.

mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.³⁶⁹

No que tange aos imigrantes japoneses, essas interdições afetariam principalmente a manutenção de suas organizações culturais, em especial aquelas que primavam pelo ensino da língua japonesa.

No que se refere à imprensa, de um universo de 11.576 pessoas consultadas em 1939, 87,72% eram assinantes de jornais japoneses. O número de exemplares de jornais superava o de famílias japonesas. De quinze mil famílias de imigrantes consultadas, com média de onze anos de permanência no Brasil, nenhuma publicação em português foi mencionada. Era portanto, por meio da língua e dos jornais que a comunidade mantinha os laços com o Japão(dizia-se que se faziam os jornais com cola e tesoura, pelo recorte de notícias do Japão) mas principalmente preservava seus valores e sua estrutura social no Brasil, divulgando atividades de clubes, notícias locais, preços de produtos, anúncios de lojas especializadas; os jornais mantinham ainda uma intensa atividade literária local.³⁷⁰

Ao final da década de 1930 e início da de 1940, os estrangeiros, principalmente aqueles oriundos dos países que formavam o Eixo, e suas atividades seriam ainda mais controlados: "A aproximação do estado de guerra traz também como consequência a proibição do funcionamento não só das escolas estrangeiras, mas ainda das sociedades recreativas, da imprensa e de outras manifestações de cunho étnico. O uso do termo 'nacionalização' aplica-se, porém, preferencialmente à escola, à língua e ao clero."³⁷¹

No transcorrer da Segunda Guerra Mundial a formação escolar dos descendentes de japoneses, estreitamente vigiada pelas autoridades brasileiras, acabou por transformar-se em ato de resistência:

³⁶⁹AFONSO, op. cit., p.189.

³⁷⁰CYTRYNOWICZ, op. cit., p.164.

³⁷¹TRINDADE, **Clotildes**..., op. cit., p.188.

As escolas japonesas foram fechadas e, para as crianças que queriam estudar japonês à força, tinham que ir à noite escondidas.³⁷²

Minha mãe era professora nessa época, e resolveu depois que fechou a escola que iria continuar, mesmo que fosse presa. O importante para ela era que as crianças da colônia não ficassem sem estudo. (...) Lembro as crianças ficavam em torno dela até altas horas da noite. (...) Ela dizia somente estudando, o japonês podia ser alguém na vida.³⁷³

Magoiti Kuroki foi processada, juntamente com outros japoneses, por manter o funcionamento clandestino de escolas japonesas. Relatou o delegado, (...) que apesar da repressão constante e incansável das autoridades, continuavam as infrações às leis brasileiras que determinavam a proibição do ensino ministrado em língua estrangeira nos cursos de alfabetização. Entre os infratores, os mais persistentes seriam os japoneses.³⁷⁴

A rotina escolar, apesar da diminuição do número de escolas japonesas, parecia não ter sido afetada pelo clima de Guerra. A.S.I. conta em seu livro de memórias que, na década de 1930, conheceu um baiano ministro da Igreja Batista que dava lições, à noite, para os filhos de japoneses que se interessavam em aprender o português:

...Fui um deles. Eu estava ansioso para aprender não somente a falar, mas a ler e escrever a língua portuguesa. Não sei bem porque, logo depois das primeiras aulas, o professor propôs-me uma troca: ensinar-lhe eu o japonês em troca do português, que ele me ensinava. Achei a idéia ótima, embora coubesse a mim trazer, vez por outra, um litro de querosene para abastecer o lampião que, em troca da luz que fornecia para iluminar nossas aulas, entupia-nos os narizes com a fumaça que desprendia o pavio. Não raro, ao sair da aula, tínhamos manchas pretas na ponta do nariz.

³⁷²Livro de Memória de Y.I.

³⁷³Depoimento de K.N., em 08 de setembro de 2003.

³⁷⁴Prontuário n.º 46363. In: TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.159.

A.S.I., formado em contabilidade, também reconstrói esse período a partir das discriminações: *"Como naquele tempo não existisse nenhum escritório de contabilidade na sede do município procurei preencher essa lacuna montando um Nesse período de guerra, além da falta de alimentos não só para atender os comerciantes mas também aos moradores japoneses que preciavam de orientações, principalmente aos que não sabiam falar o português. A solução da maior parte dos casos que me eram confiados dependiam de contato com as autoridades, o que causava muito medo aos japoneses daquele tempo que, embora fossem inocentes, sofriam o reflexo da Grande Guerra. A Guerra é um monstro que destrói a felicidade a que todos os povos aspiram."*

Observa-se, então, que, ao discriminar os imigrantes japoneses, o governo possibilitou a geração de informações confusas que acabaram por incentivar a criação de uma organização que refutava a derrota do Japão. A *Shindô Renmei*,³⁷⁵ que atuou em toda a rota percorrida pelo imigrante japonês no Brasil, como apresentado anteriormente, tinha como programa o fortalecimento das tradições nipônicas:

Executar um programa de ensino apropriado para tal fim. Isto é, enaltecer a idéias de reverência aos deuses e de culto aos antepassados, promover a educação física e, para que nossos filhos se tornem súditos do Império, devemos nos esforçar no ensino da língua e dedicar esforço especial à educação moral dos adultos.³⁷⁶

Finda a Guerra, porém, os imigrantes começaram a abandonar gradativamente a idéia do retorno não só em função das precaríssimas condições socioeconômicas do Japão, mas também porque eles não haviam amealhado a fortuna que pretendiam para o regresso. Kumasaka e Saito argumentam, no entanto, que, apesar das "dissensões intragrúps", a decisão da permanência definitiva no Brasil foi devida à gradativa modificação no relacionamento da comunidade japonesa

³⁷⁵Para maiores informações sobre o Shindô Renmei, ver MORAIS, op. cit.

³⁷⁶Documento do Shindô Renmei, citado pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, op. cit., p.317.

com a sociedade brasileira, bem como "ao fato de que as crianças nascidas no Brasil já terem atingido uma faixa de idade para exercer influências na família (embora ainda nessa fase 95% dos chefes de família fossem nascidos no Japão)".³⁷⁷

O investimento na educação de seus filhos tomaria, então, outros rumos, que considerariam agora a perspectiva de ascensão social. Para tanto, recorreram à remigração da família ou ao envio dos filhos para centros onde houvesse oportunidade de formação e profissionalização. Um dos livros de memórias ilustra bem essa última situação. Em 1938, A.S.I., aos 14 anos, saiu de Moji das Cruzes com destino a São Paulo para frequentar o Grupo Escolar Campos Sales. Em 1946 saiu de São Paulo para Assai onde passou a exercer a função tradutor-interprete e abriu um escritório de contabilidade.

O caso citado é ilustrativo do fato de, a partir da década de 1930, ter iniciado o deslocamento dos descendentes para centros urbanos com a finalidade de dar continuidade aos seus estudos e, dessa forma, galgar melhores oportunidades de trabalho e remuneração. E isso parece confirmar-se, pelo menos para alguns dos descendentes de imigrantes. Nesta pesquisa, as informações sobre educação superior obtidas por meio de questionário, aplicado em Curitiba, demonstram que esse procedimento foi comum entre os entrevistados.

Q2 - Nascido no Brasil em 8 de setembro de 1940, em Assai (PR), veio para Curitiba para fazer o curso superior. Seus pais viam o estudo como "uma alternativa de sobrevivência". Optou pelo curso de Engenharia. Depois de formado voltou para Assai. Em 1968 passou a residir em Curitiba.

Q3 - Nascido no Brasil em 26 de fevereiro de 1941, em Cabralia Paulista (SP), veio para Curitiba para fazer o curso de Engenharia. Escolheu esse curso porque "na época era do momento, ou seja, era entre Medicina, Engenharia e Direito e só". Desde "estudante não pensava em voltar"; fixou residência em Curitiba.

Q4 - Nascida no Brasil em 19 de abril de 1944, em Londrina (PR), veio para Curitiba no final da década de 1960 para fazer o curso de Medicina. "Pois meus

³⁷⁷KUMASAKA. Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p.461.

pais não incentivaram muito, pois eu era a filha mais velha". Fez o curso e voltou para Londrina, "tinha que voltar para cuidar dos meus pais". Abriu um consultório.

Q5 - Nascida no Brasil em 21 de agosto de 1941, em Santos (SP). Fez o curso de Enfermagem em São Paulo e veio para Curitiba, na década de 1970, depois de formada com a família.

Q6 - Nascido no Brasil em 21 de agosto de 1960, em Maringá (PR). Fez o curso de Direito em Curitiba. A escolha da profissão foi orientada pelo pai, "ele achava que devíamos entender as leis, pois ele não conhecia porque nunca conseguiu ler direitinho o português". Depois de formado, como era o primeiro filho, foi buscar os pais para morar em Curitiba.

Q7 - Nascida no Brasil, em 13 de outubro de 1956, em Bauru (SP). Fez o curso de Medicina em São Paulo. "Fiz o curso que achei que seria melhor para minha comunidade, mas eu sempre gostei de ajudar os outros. Quando terminei o curso recebi um convite para trabalhar em Curitiba. Meus pais gostaram da idéia e mudamos, aqui já tinha um grupo de japoneses da cidade de meus pais".

Q8 - Nascido no Brasil em julho de 1945, em Londrina (PR). Fez o curso de Engenharia, em Curitiba. Hoje está aposentado. "Moro em Curitiba desde o início dos meus estudos na Faculdade de Engenharia, optei por esta cidade e construir a minha família aqui."

Q9 - Nascido no Brasil em 2 de novembro de 1965, em Paranavaí (PR). Fez o curso de Odontologia em Curitiba. "Meu pai prometeu que se eu fizesse o curso de dentista, ele ficaria muito orgulhoso. Eu de certa forma já gostava disso. Fiz o vestibular e passei. Depois disso ficou mais fácil, pude até morar sozinho". Mora em Curitiba.

Além da evidência da mobilidade, destacam-se nessas respostas os motivos da escolha dos cursos: três delas referem-se aos pais como guias nesse processo, enquanto uma resposta mostra que não houve incentivo familiar, mas a pessoa voltou para sua cidade de origem para "cuidar dos pais"; uma das respostas denota o compromisso comunitário.

Sendo assim, é possível afirmar que os valores culturais inculcados pela educação – tais como a disciplina, a obediência, o respeito e a ajuda mútua –, aspecto do qual a família encarregou-se com especial atenção, encontraram eco entre os descendentes nipônicos. A esses traços, arrisca-se a afirmar, teria se somado a religião. É o que se pretende discutir a seguir.

3.5 DAS CRENÇAS E DOS RITOS

Aos 19 anos concluí a 30.^a Turma do Seminário Bekka e, desde então, estava servindo como jovem-assistente na Igreja-Mor Nankai. Entretanto, como o serviço era somente fazer limpezas e preparar as oferendas, pensei em continuar um pouco mais os meus estudos. Isto porque, todos os meus irmãos mais velhos tinham feito curso superior e eu, somente o primeiro grau.

(...)

Após estudar por aproximadamente um ano e meio em Tóquio, voltei para a igreja-mor depois que recebi um telegrama que dizia: "Volte imediatamente. Você vai para o Brasil."

Para ir ao Brasil, havia a necessidade de formar uma família...

Foi quando surgiu uma pessoa. Ela era filha da família Nishi, condutor da Igreja Shionomisake, filiada da igreja do meu pai...

No dia 11 de maio de 1929, aconteceu a partida do Porto de Kobe. Nesse dia, meu pai disse:

– Você não vai para ganhar dinheiro. Irá transmitir o ensinamento e salvar as pessoas. Que sejam três ou cinco pessoas, se ouvir que foram salvos devido à sua dedicação, estarei a elogiá-lo e ficarei muito feliz.³⁷⁸

C.O.³⁷⁹ foi missionário da *tenrikyo*, igreja fundada em 1838 por uma mulher, *MiKi Nakayama*, cujas bases encontram-se no xintoísmo, embora tenha recebido influência de várias outras religiões. É seita de orientação monoteísta, sendo *Oya-gami* o único deus verdadeiro, criador do universo e de tudo que há nele. Sua crença repousa na idéia de que o "homem foi criado para a alegria e a realização plena na vida. O pecado implica que a pessoa é ingrata para com Deus e seus dons, e o caminho da salvação é viver uma vida contente aqui e agora".³⁸⁰ A propagação dessa mensagem constituiu o objetivo maior da vinda de C.O. ao Brasil.

³⁷⁸C.O. p.27-29.

³⁷⁹Oficialmente C.O. entrou no Brasil como pequeno proprietário, cujas terras formavam o núcleo Tietê.

³⁸⁰GAARDER et al., op. cit., p.87. Sobre a essa religião, pode-se ainda acrescentar as seguintes informações: "O lado criacional é fundamental na *tenrikyo*. Isso se evidencia em seus

Porém, entre os imigrantes que desembarcaram entre 1908 e 1936, a maioria quase absoluta era "budista" e foi registrada como "acatólica", em oposição à religião católica professada no Brasil.³⁸¹ Durante esse período, pode-se considerar que a manifestação da religiosidade desses japoneses ocorria no âmbito privado. Somente a partir da década de 1940, quando eles passaram a fundar igrejas ou templos, para além dos espaços domésticos e dos núcleos de colonização, é que essa manifestação assumiria a dimensão pública. Assim, a religiosidade dos imigrantes japoneses no Brasil pode ser pensada tendo por base a concepção de público e privado.³⁸²

Restringir a religiosidade ao espaço doméstico, naquele primeiro momento (1908-1920), é atitude que encontra explicação em uma série de fatores referentes à própria sociedade japonesa. Teiiti Suzuki enfatiza que no Japão, segundo o que acreditava o universo popular,

"a vida social girava em torno daquelas divindades de natureza comunitária. As festas se sucediam o ano inteiro, tendo como padroeira cada uma daquelas divindades, ou tendo como motivo a fé budista".

Se saísse da aldeia, "já deuses protetores dos viandantes em forma fálica e divindades búdicas protetoras das crianças postavam-se ao longo das estradas que conduziam a aldeia circunvizinhas".³⁸³

Nas aldeias, a religiosidade era vivenciada "em torno das festas que, por sua vez, eram intimamente ligadas ao ciclo agrícola".³⁸⁴ Ao chegar ao Brasil, porém,

cultos, no qual se representa a criação numa dança ritual. Nessa dança, pede-se a Deus que abençoe tudo o que criou. Como ocorre no xintoísmo, é importante que Deus garanta a renovação de todas as coisas viva, da vida humana e da vida natural. (...) A *tenrikyo* está envolvida em ampla atividade missionária nas Américas e em vários países da Ásia." (p.87-88).

³⁸¹MAEYAMA, op. cit., p.248.

³⁸²Neste estudo, a noção do público e do privado não se compreende em sua característica dicotômica, tendo em vista que o recolhimento do imigrante ao universo íntimo não se dá em confronto com o espaço público. Esse conceito está aqui utilizado apenas como recurso metodológico.

³⁸³HANDA, Senso estético..., op. cit., p.234-235.

³⁸⁴HANDA, Senso estético..., op. cit., p.234-235.

o imigrante tinha perdido o seu domínio familiar (a aldeia) e as "divindades comunitárias desapareceram. E com elas, aquele mundo psico-social, equilibrado e vivo, desapareceu também".³⁸⁵

A diversidade de religiões trazidas do Japão (budismo, xintoísmo e religiões desdobradas do xintoísmo) pode ter contribuído também para a não organização imediata do universo religioso quando os imigrantes chegaram ao Brasil, pois vinham de diferentes regiões e possuíam diferentes seitas. Como bem aponta Handa, "o fato de ter sido impossível no Brasil a formação de agrupamentos de imigrantes de uma mesma seita religiosa pode ter sido outro motivo pelo qual a religião não se tornou uma força centralizadora dos imigrantes, do ponto de vista social".³⁸⁶

Além disso, como explica Mori, tradicionalmente a vida religiosa japonesa tem "como uma das coordenadas de referência o "culto aos antepassados", que se alicerça na instituição familiar, e a outra, o "culto às deidades da comunidade". Na tradicional instituição da família, o culto aos antepassados era função atribuída ao sucessor, via de regra, o primogênito. A maioria dos imigrantes japoneses era, porém, constituída por segundos ou terceiros filhos, "não-sucessores", que saíam da sua família originária não possuindo antepassados para prestar culto. De certo modo, "seriam eles os iniciadores de uma família e, portanto, futuramente iriam ser eles próprios objetos de culto".³⁸⁷ Portanto, não havia motivo para o culto no Brasil, já que os primogênitos estavam vivos no Japão e com a responsabilidade de realizar o culto aos antepassados.

era corrente os primeiros imigrantes pensarem sobre a religião:

"eu a deixei no Japão, o culto aos antepassados está a cargo do meu irmão mais velho, o primogênito da casa, não restando, portanto, para mim, nenhuma

³⁸⁵HANDA, *Senso estético...*, op. cit., p.234-235.

³⁸⁶HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.726.

³⁸⁷MORI, op. cit., p.562.

preocupação em termos religiosos. Não há problema nenhum, pois pedi que tomassem conta de tudo até que voltasse".³⁸⁸

Esse rito sintetiza a reverência ao "espírito" (*kami*) e a obrigação de o filho ser obediente, respeitador (valor reforçado pela difusão do confucionismo no período do xogunato, como visto no capítulo 1), mesmo após a morte do chefe de família. Note-se que o culto ao Imperador, celebrado até após a Segunda Guerra Mundial, substituiu de alguma forma o culto aos antepassados e ao mesmo tempo constituiu em "símbolo máximo de niponicidade".³⁸⁹

Sendo essa a liturgia mais importante para os japoneses, e muito deles sentindo-se desobrigados de praticá-la, restava-lhes manifestar as devoções tradicionais em casa. Em geral, contava-se com um pequeno altar denominado (*kamidana*), contendo objetos simbólicos como um amuleto para o *kami*, um espelho, uma vela, um vaso com galhos da árvore *sakaki*. O ritual tem início com a lavagem das mãos e da boca. A seguir, há a oferta do sacrifício (que pode ser uma tigela com água ou arroz) no altar. O devoto pode ficar sentado ou de pé sobre um tapete com a cabeça curvada em sinal de respeito. Após a oração, ele inclina a cabeça duas vezes, bate palmas duas vezes com as mãos erguidas e inclina mais algumas vezes a cabeça para finalizar o culto. Os alimentos da oferenda são depois retirados e servidos à mesa.³⁹⁰

³⁸⁸HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.729.

³⁸⁹MAEYAMA, op. cit., p.435.

³⁹⁰GAARDE, et al., op. cit., p.86-87. Note-se que esse ritual, de orientação xintoísta, pode sofrer alguma alteração de casa para casa, porém, no geral, é esse seu contorno ainda hoje.



O-TORII - Um símbolo da religião xintoísta

FONTE: MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS. **El Japón em transición:** cien años de modernización. Japão, 1968. p.139

O ritual no interior da casa revestia-se de especial significado ao assumir a condição de elo entre o passado e o presente:

Dentro do *ie* acha-se o Kami dana (o santuário doméstico), onde os antepassados são cultuados. O *ie* é herdado dos antepassados. Ainda que a gente morra e a casa mude, os residentes continuam a pensar que estão realmente vivendo com seus ancestrais. Desta maneira, o *ie* é transmitido de pai para filho e do filho para seus descendentes.

Reverencie o divineze seu pai e sua mãe
De todo coração

Como os deuses do ie, como seus deuses

Vós, os homens, filhos dos homens.

Este é um verso de Norinaga Motoori, tratando a idéia de que os pais concebem seus filhos como tesouros do ie, e os filhos, por sua vez, os consideram deuses do ie. E este tem sido o pensamento japonês santificado por longo tempo, transmitido pelos nossos ancestrais através dos séculos.³⁹¹

Abre-se aqui um parêntese para refletir sobre uma idéia recorrente entre os pesquisadores³⁹² que analisam o aspecto religioso da imigração japonesa no Brasil: em função da integral dedicação ao trabalho, a religião teria sido deixada pela maioria dos nipônicos em segundo plano. Ocorre que, para os japoneses, os seres humanos, suas ações e tudo que os rodeia contêm "*kami*" (espírito), e essa noção sustentaria o que Oshima denomina "mentalidade mítica japonesa".³⁹³ Ora, se a maioria dos imigrantes trazia introjetada pela cultura essa mentalidade, o que eles deixaram em segundo plano teria sido apenas a parte visível da religião, o ritual, e não a essência, seu fundamento: a devoção ao espírito que há em todas as coisas e seres; devoção essa que prescinde de espaço e tempo para ser manifestada. Por isso, reitera-se, parece-nos apropriado entender a prática da religião dos imigrantes em duas dimensões, privada e pública.

Assim, como os rituais domésticos e a relação com o divino podem ser dados sem intermediação, entre os anos de 1908 a 1920, a falta de assistência religiosa era sentida somente para os rituais fúnebres. Para estes casos, uma vez que não havia sacerdote (*bonzo*), os leigos mais fervorosos eram designados para proferir as orações sobre os defuntos, surgindo, assim, os "*bonzos leigos*", um recurso acionado pelos

³⁹¹MAEYAMA, op. cit., p.440.

³⁹²Entre eles, destacam-se: Maeyama, Ozaki, Saito.

³⁹³A esse respeito diz Oshima: "Sabemos que a mentalidade mítica em geral não conhece a contradição nem a negação. É uma mentalidade comparável ao mundo inconsciente, no qual não há noção de tempo e no qual não existe o princípio da realidade. De modo que, se o pensamento japonês é essencialmente mítico, não encontraremos nele um desenvolvimento dialético, como ocorre no Ocidente." (OSHIMA, op. cit., p.18).

imigrantes para atender à necessidade espiritual e manter a tradição desse ritual.³⁹⁴

Segundo Handa, os únicos traços religiosos de manifestação coletiva:

que poderíamos encontrar na vida dos primeiros imigrantes eram os verificados durante as cerimônias fúnebres e as leituras, de rezas budistas ou xintoístas diante de oratório de uma ou outra religião, nas casas em que tinham ocorrido casos de falecimento. Foi vendo essa situação que alguns imigrantes – ex-bonzos e ex-pastores – resolveram, por iniciativa própria, difundir o sentimento religioso entre seus próprios compatriotas.³⁹⁵

Em verdade, em 1918, a Escola Budista *Jodoshinshu* (A verdadeira Terra Pura), preocupada com a assistência religiosa dos imigrantes, propôs ao governo japonês o envio de um bonzo ao Brasil, porém a Embaixada Japonesa recusou a proposta argumentando, entre outras razões, que o ministério de uma só escola não poderia atender a tão diversificados grupos religiosos; a quase totalidade dos imigrantes dispensava tal auxílio em função de sua perspectiva de permanência em terras brasileiras; era necessária certa precaução ante o crescente nacionalismo dos brasileiros, um povo católico que não aceitava muito bem a chegada de tantos "pagãos".³⁹⁶ Aliás, desde esse ano até o fim da Segunda Guerra Mundial, esteve proibida pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão a vinda de qualquer missionário, exceto os católicos, para o Brasil.³⁹⁷

Ainda assim as orientações religiosas japonesas no Brasil começam seu trabalho de divulgação antes dos anos 1930, por iniciativa pessoal de alguns religiosos. Segundo Mori, "nesse período, as religiões japonesas não realizaram trabalhos ativos de pregação. Entretanto, algumas seitas iniciaram, de forma não

³⁹⁴OZAKI, op. cit., p.14.

³⁹⁵HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.635.

³⁹⁶OZOKI, op. cit., p.13.

³⁹⁷MAEYAMA, op. cit., p.426.

organizada, pregações ou trabalho de divulgação através de fiéis fervorosos, por iniciativa pessoal ou beneplácito das sedes".³⁹⁸

Em geral, a religiosidade faz parte de um sistema cultural que cria um "corpo consistente de símbolos, práticas e ritos, valores, crenças e regras de conduta (...) capaz de responder às situações-limites, como o sofrimento e a morte, a ameaça de colapso dos valores morais ou perda de inteligibilidade da experiência do mundo...".³⁹⁹ Dessa forma, seria esse sistema que possibilitou aos imigrantes japoneses compartilharem com o seu grupo as experiências e o cotidiano da vida no Brasil.

O livro de memórias de C. O. demonstra as articulações que os imigrantes fizeram, no início da década de 1930, para a preservação da orientação religiosa japonesa, no interior da vida privada.

*Na colônia Tietê, mesmo em meio a adversidade e principalmente para não esquecerem do propósito inicial de sua vinda ao Brasil, o grupo (...) empenhou-se na construção do recinto de reverência nos intervalos dos serviços.(...) No dia 04 de junho de 1930, foi realizada a cerimônia inaugural do local (de cinco por seis metros), que foi denominado Shomei-Kai – em alusão à origem da Igreja-Mor Nankai. Ali se realizavam duas reuniões mensais, para treinamento da Dança das Mãos e estudo da doutrina, e no dia 26 de cada mês, a cerimônia mensal. A conclusão deste local para o aperfeiçoamento espiritual foi motivo de muita alegria para todos (...), tanto que dois dias após a inauguração, convidaram todas as pessoas da Colônia (...), para uma singela mas animada comemoração. Agora, as famílias (...) podiam se amparar espiritualmente e compartilhar a fé cultivada em seu país de origem.*⁴⁰⁰

Entretanto, outro dos fatores que iriam contribuir para o adiamento da construção de uma estrutura religiosa no domínio público, foi a política nacionalista implantada por Getúlio Vargas nessa década. Vale lembrar que em 1938 por lei estava proibido qualquer ato que congregasse mais de três pessoas, além do uso da

³⁹⁸MORI, op. cit., p.571.

³⁹⁹MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.71.

⁴⁰⁰OTAKE, Chujiro. **Memória do primeiro primaz da sede missionária do Brasil Igreja Tenrikyo.** São Paulo: Sede Missionária do Brasil, 2002. p.165.

língua estrangeira em público. O que por certo contribuiu para a guarda da expressão religiosa no âmbito privado.

Neste ponto, não se pode desconhecer também o processo de "cristianização" de parte dos imigrantes japoneses tendo como elemento articulador a escola. Como nas escolas públicas a quase totalidade das crianças brasileiras era batizada e a religião era matéria obrigatória, os filhos dos japoneses, então chamados de "pagãos", deviam igualmente assistir a essas aulas. Não eram forçados a receber o batismo, mas geralmente os pais consentiam, e as crianças recebiam aulas extraordinárias para aprender os fundamentos da doutrina católica. A escola, portanto, serviu de meio para a inserção dos nipônicos no catolicismo. Contudo, professar a fé católica, segundo Ozaki, poderia também significar aos imigrantes vantagens sociais, tais como mais confiança, facilidade na obtenção de emprego, acesso facilitado às autoridades civis.⁴⁰¹

Por outro lado, como já se disse anteriormente, apenas para os missionários católicos não havia restrições quanto à entrada no país. E foi assim que desde 1923 padres de nacionalidade japonesa ou de outras nacionalidades, mas em exercício apostólico no Japão, desembarcaram no país para trabalhar na catequese dos japoneses. Em 1932, tem-se a chegada do missionário japonês Koshiro Suzuki, reconhecido pela literatura como um dos fundadores da Colônia Esperança, no Paraná. Sobre ele, diz-se que sua conversão ao catolicismo, por ser filho de monge budista, lhe havia custado a expulsão de casa, embora a liberdade religiosa estivesse assegurada pela Constituição Japonesa de 1889.⁴⁰² Isso pode denotar que a hierarquia familiar japonesa, não raro, mantinha-se respaldada em outra norma que não a do Estado; neste caso, por exemplo, pode-se falar na força estrutural do *ie*.

⁴⁰¹OZAKI, op. cit., p.17.

⁴⁰²NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Assistência espiritual ao imigrante católico japonês. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 11. 1991, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPH, 1991. p.224.

Nesse sentido, é interessante fazer referência à pesquisa de Maeyama a respeito de atitudes de seus entrevistados quando visitaram o Japão. Conta o autor que eles trouxeram objetos budistas como o *butsudan* (altar doméstico), as cinzas dos seus antepassados, incensório tradicional de família, "transferindo efetivamente o centro da prática religiosa para o 'país adotivo'. Eles disseram: 'É agora que nós migramos de verdade'. Isto depois de 40 ou 50 anos de vivência no Brasil. Finalmente, 'é o *ie* que imigra'".⁴⁰³

Ainda quanto à questão do apostolado católico entre os imigrantes japoneses, há que se pensar que, mesmo sendo uma religião "universal" e a "oficial" no país de adoção, em função da distância entre o núcleo e a igreja ou da falta de sacerdotes, sua prática também acabava se restringindo ao âmbito familiar. A construção da igreja demarcaria a saída dessa esfera para a pública, por um certo tempo ainda "entre eles":

Koshiro Suzuki chegou ao Brasil em 1932, com a idéia de evangelizar seus compatriotas. Aos 29 anos desembarcava no Brasil como jesuíta. Foi morar no interior de São Paulo e em 1934, contactou Hikoma Udihara, agenciador da Companhia de Terras Norte do Paraná, para saber da possibilidade de instalar uma colônia no Estado.

No entanto, o imigrante jesuíta não tinha dinheiro para comprar os lotes e fez um acordo com a companhia. Para cada dez alqueires que ele vendesse, a CTNP daria um pela corretagem. Com isso, conseguiria os dez alqueires, necessários para construir a igreja. No ano seguinte, em 1935, chegava a primeira família na Colônia Esperança.

(...)

A primeira missa, na igreja construída com peroba e coberta por folhas de palmito, foi celebrada em 13 de setembro de 1936 pelo padre Emílio Kruger.⁴⁰⁴

Iniciativas como essas permitiram a estruturação da prática religiosa como um recurso de tradução de um valor cultural para o espaço público. Embora esse processo tivesse sido iniciado na década de 1930, somente seria efetivado a partir

⁴⁰³MAEYAMA, op. cit., p.444.

⁴⁰⁴PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 23 jun. 2001. p.10. (Edição Especial)

dos anos 1950. A ascensão econômica e social dos imigrantes japoneses e a decisão da permanência definitiva no Brasil constituíram razões para o fortalecimento da organização cultural, social, política e religiosa. As seitas religiosas que já vinham realizando trabalho de divulgação no Brasil começam a construir seus templos em São Paulo e outros estados e a abrir as portas desse código cultural, não só para os imigrantes e seus descendentes, mas também para outras etnias.

C.O., que em 1942 havia sido preso e assim fora mantido por um ano e três meses, na década seguinte passaria a disseminar templos nos estados de São Paulo e Paraná. Nos primeiros anos da década de 1950, seriam inauguradas as igrejas de São Paulo, Londrina, Três Barras – Assai, Paraná– (1950), Presidente Prudente (1951) e Ribeirão Preto (1952). Em 1951, ele se tornaria primaz da igreja Tenrikyo.

Nessa mesma década, 44,5% dos migrantes japoneses praticavam religiões de origem japonesa, enquanto 42,8% pertenciam à religião católica e 12,7% estavam vinculados a outras religiões. Segundo Handa, a religião se tornou mais próspera "entre os imigrantes japoneses depois da guerra, quando os primeiros nisseis já tinham atingido a idade adulta; então, os nisseis se viram obrigados a aqui permanecer em definitivo".⁴⁰⁵ Assim, se no período anterior à Segunda Guerra a religião não era um código acionado para sua integração, nem como uma diferença cultural, a partir dos anos 50 tornou-se um ponto de referência "como um princípio da união étnico-racial dos japoneses radicados no Brasil"⁴⁰⁶ e a sociedade envolvente.⁴⁰⁷ À medida que compartilhavam esse código com outras etnias, foram criando territórios

⁴⁰⁵HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.735.

⁴⁰⁶HANDA, **O imigrante...**, op. cit., p.735.

⁴⁰⁷A organização pública da religião japonesa nos anos 1940-50 também pode ser reflexo da abertura que passou a existir no Japão depois da rendição na Segunda Guerra. Segundo Ozaki, "a situação interna político-religioso do Japão mudou radicalmente, pela derrota sofrida. O xintoísmo deixou de ser religião nacional e a nova constituição proclamou solenemente a liberdade religiosa em todo país. Houve ressurgimento das religiões que estavam, até então, oprimidas, sob o rigoroso controle do governo imperial". E essas seitas passaram a ser consideradas novas religiões, no Japão. Elas nasceram no século XIX e não puderam atuar livremente, pois o xintoísmo e o budismo eram considerados orientações religiosas reconhecidas e legitimadas pelo governo japonês (OZAKI, op. cit., p.64).

e fronteiras simbólicas, articulando na sociedade uma marca singular da sua etnicidade, no sentido dado por Chartier às representações sociais.⁴⁰⁸

Também em Curitiba somente nesse período começaram a construção de templos e os trabalhos de divulgação das orientações religiosas japonesas, por meio da Igreja Messiânica Mundial,⁴⁰⁹ instalada em 1956, da Seicho-no-iê⁴¹⁰, Tenrykyo, Butsuryushu⁴¹¹ e a Perfect Liberty (PL)⁴¹², cujas atividade tiveram início na década de 1960.

Essa crescente visibilidade das diferentes instituições religiosas, aqui exemplificada em Curitiba, mas que pode refletir o que ocorreu em outras partes do Brasil, encontra sua explicação no contexto da própria sociedade japonesa (ver capítulo 1, item 1.3), pois, principalmente após a Segunda Guerra, surgiu nesse país um sem-número de seitas, associações e comunidades religiosas, tendo como matriz os ensinamentos ou do xintoísmo, ou do budismo ou mesmo do cristianismo. Aliás, é corrente a idéia de que o Japão nesse período constituiu-se em um verdadeiro "laboratório religioso".⁴¹³

⁴⁰⁸CHARTIER, O mundo..., op. cit.

⁴⁰⁹Fundada no Japão em 1935 por Mikichi Okada (1882-1955), chegou ao Brasil em 1955. "O Objetivo da Igreja Messiânica Mundial é a construção do Paraíso Terrestre, lugar ideal de coexistência da Verdade-Bem-Belo, mundo perfeitamente civilizado, sem doenças, sem pobreza e sem guerras, três grandes males da humanidade." (OZAKI, op. cit., p.59).

⁴¹⁰Surgiu em 1930, no Japão, com a publicação da primeira revista da Seicho-no-iê e se estabeleceu oficialmente no Brasil em 1952. Seu fundador é Masahara Taniguchi (1893-1985) A Seicho-no-iê (literalmente a casa do desenvolvimento) fundamenta-se no princípio filosófico do idealismo que afirma a supremacia absoluta do espírito sobre a matéria (OZAKI, op. cit., p.37).

⁴¹¹Hommon Butsuryushu movimento liderado por Nissen Nagamatsu, com o objetivo de salvar e resguardar o verdadeiro budismo, surgiu em 1857. Chegou ao Brasil em 18 de junho de 1908 (OZAKI, op. cit., p.94-5).

⁴¹²A PL (Perfect Liberty) foi idealizada por Tokuharu Miki (1871-1938) e se instalou no Brasil em 1957. "O Objetivo da PL é levar os homens a compreender perfeitamente o sentido da vida e que todos são verdadeiros filhos de Deus, motivá-los a expressar a sua individualidade no mais alto grau, ajudá-los a encontrar a felicidade inspirados no grande Princípio "Vida é Arte", para que todos possam contribuir eficazmente na implantação da paz no mundo, através da Perfeita Liberdade." (OZAKI, op. cit., p.52-3).

⁴¹³GAARDER et al., op. cit., p.76.

Apesar da difusão dessas novas crenças, tudo leva a crer que as religiões tradicionais do Japão, principalmente o budismo, continuam bastante representativas entre os descendentes nipônicos. Com efeito, dos 10 informantes do questionário aplicado para esta pesquisa, apenas um declarou-se católico, outro, embora professe o catolicismo por meio de dois de seus sacramentos (casamento e batismo), diz ter "sensibilidade pelo budismo", o restante declarou ser budista. E neste caso a justificativa – implícita ou explícita – pela opção recai sobre a tradição, a herança familiar.

Q1 - Casou na Igreja Católica, mas segue a religião budista.

Q2 - Considera-se budista, "foi a tradição dos meus pais e minha também".

Q3 - Seguiu sempre o budismo.

Q4 - "Sou mais xintoísta do que budista, mas às vezes não sei qual é a diferença."

Q5 - "Quando era adolescente dizia que era católica para não ser diferente dos colegas da escola, mas depois de adulta assumi a religião dos meus pais, o budismo".

Q6 - "Nasci budista".

Q7 - "Assumo o budismo, acho que todo japonês ou descendente de japonês é budista ou xintoísta".

Q8 - "Sou católico".

Q9 - "Desde pequeno que meus pais me ensinaram dentro dos princípios budistas. Sou budista".

Q10 - "Casei e batizei meus filhos na Igreja Católica, mas tenho uma sensibilidade pelo budismo".

Em síntese, a organização do universo religioso japonês no território brasileiro "foi de início um fenômeno surgido entre os japoneses e seus descendentes. Mas, no período compreendido entre as décadas de 60-70 elas ultrapassaram os limites étnicos, isto é, dos japoneses, e passaram a penetrar amplamente no meio brasileiro, de não descendentes de japoneses",⁴¹⁴ para se tornarem de domínio público.

⁴¹⁴MORI, op. cit., p.561.

Os japoneses no Brasil, principalmente na rota percorrida por esta pesquisa, construíram o seu cotidiano traduzindo⁴¹⁵ os valores culturais na organização do seu grupo familiar, no espaço de trabalho, na educação de seus filhos e na manifestação de sua religiosidade. Foram se tornando, emprestando uma expressão de Stuart Hall, "homens traduzidos",⁴¹⁶ na medida em que estiveram sujeitos "ao plano da história, da política, da representação e da diferença"⁴¹⁷ da sociedade estrangeira.

Essa tradução não significa que os imigrantes japoneses tenham perdido os traços da sua cultura de origem. Eles ainda carregam marcas de sua tradição histórica. Vinculados a outra realidade, porém, esses valores são produtos de "várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias 'casas'".⁴¹⁸ Dessa forma, a cultura reproduzida pelos nipônicos não é mais a japonesa, no sentido "puro", nem é a brasileira, e sim uma *cultura híbrida* que foi sendo engendrada no processo de inserção na sociedade local. Isso só é possível porque os imigrantes "estão irrevogavelmente traduzidos", ou seja, transferidos, transportados entre fronteiras de dois mundos. Eles devem "aprender a habitar no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais e a traduzir e a negociar entre elas".⁴¹⁹

⁴¹⁵Este conceito de tradução "descereve aquelas formações de identidades que atravessam e intersectam as fronteira naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal" (HALL, **A identidade**..., op. cit., p.88).

⁴¹⁶HALL, **A identidade**..., op. cit., p.89.

⁴¹⁷HALL, **A identidade**..., op. cit., p.87.

⁴¹⁸HALL, **A identidade**..., op. cit., p.88-89.

⁴¹⁹HALL, **A identidade**..., op. cit., p.89.

Quando os imigrantes tentaram reproduzir no Brasil a estrutura da "aldeia" (*mura*) nos núcleos formados por empresas japonesas, estiveram traduzindo uma experiência constitutiva de seus valores, porém com a influência sociocultural e ambiental da sociedade de ingresso. Para manter essa estrutura, teceram uma rede de relações de reciprocidades que possibilitou tanto a sobrevivência nos núcleos como uma negociação das identidades, porque o imigrante tem que se dispor ao outro, identificando-se e ao mesmo tempo realçando a sua identificação.

Essa articulação propiciou aos imigrantes japoneses uma identidade relacional, pois para a sua existência ela depende "de algo fora dela (...) de outra identidade", a brasileira, que "fornece as condições para que ela exista".⁴²⁰ Sendo assim, a identidade japonesa foi sendo construída e representada por esse confronto identitário.

Um exemplo disso encontra-se no livro de memórias de H.C. quando se refere às relações com os *gaijins*. Segundo ele, os imigrantes japoneses estabeleceram fronteiras quando "*proíbiam os filhos a ter amizades com gaijins*", assim como tentavam evitar a introdução de novos costumes, tais como "*a maneira de vestir ou mesmo de comer*". Mas essa resistência foi aos poucos sendo abrandada ao longo do processo de contato com a sociedade local, como relata I.Y.: "*A mãe e a cunhada também difundiram completamente a colônia japonesa, aprendendo a fabricar misso e shoyu, bem como a culinária brasileira*".

Os imigrantes japoneses desempenharam, então, uma "posição de agentes" e, como tal, tiveram que selecionar, classificar e escolher os elementos para compor sua identificação e conseqüentemente a identidade. Nesse processo de escolha eles levaram em consideração principalmente a elaboração de uma imagem favorável aos nipônicos: trabalhadores, disciplinados, fiéis, honestos. Valores que de certa forma os colocam em posição superior àqueles com quem eles estão se confrontando. Esse é um comportamento estratégico, considerando que "a identidade é vista como um meio

⁴²⁰WOODWARD, op. cit., p.9.

para atingir um objetivo", e uma vez que os nipônicos, como autores sociais, não estão desprovidos "de uma certa margem de manobra", recorrem a sua "identidade de maneira estratégica", de acordo com o contexto.⁴²¹

Dessa forma, as estratégias são elaboradas levando em consideração o contexto social e a "relação de força" que está sendo engendrada no transcorrer do processo. A identidade "seria uma ferramenta" que os imigrantes acionam para medir e ganhar espaço social.⁴²²

Diante do exposto, parece importante afirmar que, à medida que os sistemas de valores são traduzidos e a "representação cultural se multiplicam", os imigrantes japoneses se defrontaram com uma "multiplicidade" de "identidades possíveis". E é nesse contexto que eles negociaram e criaram estratégias identitárias.

Pensar que os imigrantes japoneses reproduzem no Brasil a cultura de sua terra de origem, as suas tradições é fechá-los em uma identidade cultural 'imutável', pois,

...apesar de seus esforços para continuarem fiéis a sua cultura, os imigrantes estão sempre defasados da cultura que se estabelece depois de sua partida. Este é, aliás um dos maiores problemas no regresso dos imigrantes a seu país: eles não o reconhecem mais, devido a suas mudanças, geralmente mais no aspecto cultural do que material.⁴²³

Além disso, a cultura de origem que os nipônicos tentam manter reflete fragmentos, reduções de alguns "elementos de si mesmo", que não correspondem a um "sistema coerente". Uma cultura que não é "mais plenamente uma cultura", mas sim a reprodução de alguns traços possíveis em terras estrangeiras, uma tradução que possibilita a recriação de uma representação que viabiliza uma identificação distintiva. Isso é provocado porque esses fragmentos, fora de seu contexto, perdem a sua função e passam a sofrer influências do ambiente sociocultural e histórico em

⁴²¹CUCHE, op. cit., p.196.

⁴²²CUCHE, op. cit., p.196-197.

⁴²³CUCHE, op. cit., p.229.

que se instalaram.⁴²⁴ Os nipônicos tentam reproduzir, então, uma comunidade cultural imaginada a partir dos traços que selecionaram ou traduziram como valores.

Os imigrantes vão recorrendo aos seus valores culturais de acordo com que ficou retido em sua memória; porém, a memória é "seletiva",⁴²⁵ por isso "nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado".⁴²⁶ Assim, foram reinventando aquilo que foi possível, respondendo à situação que estava sendo experienciada. O universo cultural é construído cotidianamente, "reinventado, recomposto, investido de novos significados". Nesse processo de construção e reconstrução estão os símbolos e signos que promovem "significações novas ou não-oficiais".

Na sociedade japonesa esses valores foram sendo inculcados a partir de uma tradição cultural, social e histórica. Os imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil reelaboraram esses valores a partir do contexto que estavam experienciando. Na relação com a população brasileira essa postura era relativizada, na medida em que os imigrantes consciente ou inconscientemente tinham que fazer uma incursão no universo cultural do outro. Até porque a comunicação e a relação de reciprocidade tinham de ser estabelecidas. Nesse momento a tradução tem um peso importante, pois é ela que vai permitir a construção de uma rede de comunicação recíproca.

Pode-se, então, parafrasear Cuche, afirmando que é a identidade que está em jogo nas lutas sociais e na formação de um grupo étnico. Isto porque, nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação, uma vez que esse poder depende da posição ocupada no sistema de relações que liga os grupos,⁴²⁷ mas compartilham e manipulam os símbolos sociais na relação que estão estabelecendo.

⁴²⁴CUCHE, op. cit., p.231.

⁴²⁵POLLAK, op. cit., p.203.

⁴²⁶POLLAK, op. cit., p.203.

⁴²⁷CUCHE, op. cit., p.185.

Portanto, os imigrantes japoneses ao tentarem reconstruir, na sociedade nacional, suas dimensões familiares, educacionais, religiosas, estiveram traduzindo seus valores culturais, que articulados permitiam a construção de uma representação simbólica de pertencimento.

Assim, na medida em que constituíram uma identidade coletiva, estabeleceram uma rede de comunicação, dando origem à representação simbólica do grupo, esses imigrantes investiram "ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de comunidade e de coerência",⁴²⁸ instituindo um elo de pertencimento a uma "comunidade imaginada".⁴²⁹

Na constituição da representação do grupo étnico, vários fatores foram acionados, pois o indivíduo

...compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais, constitui um campo de comunicação e de interação, possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outro como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.⁴³⁰

A conformação do grupo étnico encontra-se, portanto, fundamentada em uma "crença subjetiva" em uma origem comum, baseada nas semelhanças, nos costumes e nas lembranças do processo de migração. "Esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente."⁴³¹

⁴²⁸POLLAK, op. cit., p.207.

⁴²⁹WOODWARD, op. cit., p.23.

⁴³⁰BARTH, F. Grupo étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STRAUFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: surgido de grupo étnico e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998. p.189-190.

⁴³¹POUTIGNAT, P.; STRAUFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: surgido de grupo étnico e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998. p.37.

O recurso da representação do grupo étnico pode ser tomado como uma estratégia na identificação e inserção dos imigrantes japoneses, na medida em que, "quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnico".⁴³² Nesse sentido, a representação étnica funciona como uma estratégia que viabiliza a identificação e interação dos nipônicos nos espaços sociais.

As microssociedades criadas pelos imigrantes japoneses, como escolas, associações, cooperativas entre outras, desempenharam um papel importante porque constituíram um circuito de comunicação e solidariedade entre eles. No caso dos nipônicos que construíram a sua permanência no Brasil realizando muitas mudanças de regiões, essas microssociedades tornaram-se uma referência "um fator de intimidade e segurança, em meio às vicissitude da vida...", um apoio na rota percorrida. Nelas os nipônicos têm uma "ilusão de espaço livre".⁴³³

⁴³²BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p.32.

⁴³³FAUSTO, Imigração..., op. cit., p.28.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Será o mundo um sonho?
Será dotado de um ser? Diga!
Que eu saiba, nem dotado de um ser,
nem em sonho,
Um algo, um Nada numa Unidade.*

Mokuan Reien

Em sessenta anos de permanência no Brasil, considerando-se o período deste estudo (1908-1970), os japoneses concretizaram um percurso que gradativamente demarcou fronteiras simbólicas e imprimiu à sua presença uma singularidade advinda das escolhas e das estratégias utilizadas desde seus primeiros momentos no Brasil.

Para manter o elo de pertencimento à sociedade de origem e, ao mesmo tempo, negociar os termos de sua inserção em uma outra sociedade, eles estabeleceram relações que incluíam valores culturais como família, trabalho, educação e religião. Portanto, buscaram em sua tradição os fatores que lhes possibilitaram a construção de uma representação simbólica em terras estrangeiras.

Se para emigrar os nipônicos tiveram de providenciar um novo arranjo familiar, chegando a compor o que foi denominada “família confusa”, aos poucos foram recompondo a experiência de família patriarcal da qual seus ancestrais e eles provinham. Assim, fundamentada na hierarquia – encabeçada pelo pai ou o primogênito –, na tradição e herança cultural – que significa assumir a responsabilidade pela reprodução e manutenção do grupo doméstico –, a família que se reproduz no Brasil também se organiza como uma unidade de produção, aproximando-se cada vez mais do conceito de *ie*.

Essa unidade de produção vai priorizar os interesses coletivos, ditados pelo líder, e será regrada pela disciplina e pela obediência. No imaginário japonês, é o trabalho que conforma o indivíduo e lhe confere prestígio e honra. Nesse sentido, esse valor deve ser constantemente acionado, ainda que se sobreponha aos interesses individuais. Tal característica permite não só que as atividades produtivas sejam organizadas em cooperativas e associações, mas principalmente define as posições que o indivíduo ocupa na comunidade. Sendo a força do trabalho um valor dado *a priori*, inculcado na mentalidade nipônica, até 1970, mesmo com a diversificação de atividades e profissional, constitui-se na via do estreitamento da união entre eles.

Nos primeiros anos de permanência no Brasil, a escola seria, para eles, a instância em que os traços culturais seriam difundidos e compartilhados. Esse espaço serviu para afirmar a representação do pertencimento à nação japonesa, pois era ali, por exemplo, que se celebrava o aniversário do imperador e, em especial, o filho do imigrante aprendia a falar e escrever em japonês. Posteriormente, a educação transforma-se em estratégia para facilitar a inserção na sociedade brasileira. Ao encaminhar seus filhos à universidade, os imigrantes estavam assegurando tanto a manutenção do grupo como sua ascensão social. Em paralelo, trataram de criar clubes e centros para onde se transferiu a garantia da propagação dos significados culturais que reforçam a identificação japonesa.

Da dimensão religiosa é que essa identificação receberia os contornos mais precisos, na medida em que por meio dela foram reiterados os códigos de atitudes e comportamentos, seja perante o grupo doméstico, com o culto dos antepassados, seja diante da comunidade, com o culto ao imperador. Assim, o aspecto religioso ordenou e controlou a vida social do imigrante, e isto mesmo que os rituais tivessem permanecido por um tempo no âmbito do privado. É nessa dimensão que se verifica o pensamento essencialmente japonês, que refuta a existência de um deus único para buscar a divindade em todas as coisas, pessoas e fatos.

Esses valores culturais entrelaçados permitiram a construção de uma etnicidade fundada no pertencimento e na reciprocidade. Eles exerceram a função de aproximar os japoneses pela mentalidade. Dessa forma, os nipônicos já estavam “juntos” mesmo quando percorriam as fazendas e núcleos, ou se fixavam territorialmente. Com isso, o campo simbólico foi sendo tecido estrategicamente por sinais e signos traduzindo uma particularidade cultural que criou “um sistema de relações apenas possível dentro dos limites da comunicação cultural”.⁴³⁴ Então, tornou-se factível a criação de uma entidade simbólica, que neste estudo está sendo denominada “Colônia”.

Esse conceito não diz respeito a uma concentração populacional de imigrantes japoneses nem a um espaço geográfico determinado, mas a uma representação simbólica, construída e mapeada pelo imaginário coletivo dos nipônicos na terra estrangeira.

Nessa perspectiva, a “Colônia” se expressa como uma representação da tradição japonesa de organização comunitária, que está sedimentada em “um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.⁴³⁵

A constituição de uma entidade simbólica dessa natureza só foi exequível porque os imigrantes articularam estratégias de mobilidades que tinham como referência a população japonesa dos locais para os quais se dirigiam. Essa freqüente mobilidade foi gerando no decorrer das trajetórias um elemento fomentador de uma rede de comunicação entre eles no Brasil, na medida em que tinham de estar em constante contato.

⁴³⁴CARDOSO, R., op. cit., p.173.

⁴³⁵HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.9.

A partir da década de 1930, a “Colônia” estabeleceu um elo que propiciou a constituição de uma rede de solidariedade entre os japoneses permitindo a sobrevivência, nos núcleos, nas pequenas cidades e nos centros urbanos. Após a Segunda Guerra, passou a desempenhar um papel importante na organização da vida dos imigrantes e seus descendentes, uma vez que foi se tornando, para além de ponto de referência e aglutinadora das ações, uma possibilidade sempre aberta para o estreitamento de vínculos entre eles.

A “Colônia”, no período compreendido por este estudo, constituiu um campo de relações de comunicação e referência que orientava os imigrantes japoneses e seus descendentes; concomitantemente preservou uma identificação étnica valorizando e ressaltando traços culturais que refletiam na sua organização social. Nesse sentido, este “je imaginário”, a “Colônia”, seria a mais evidente representação da nipocidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU FILHO, Ovídio de. O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso. In: VELHO, Gilbert; FIGUEIRA, Sérvulo. **A família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- AFONSO, Annibal Martins. **Estrangeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949.
- ANDERSON, Perry. O feudalismo japonês. In: **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDO, Zenpat. **Estudos sócio-históricos da imigração japonesa**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiro, 1976.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana (1895-1995)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativo. **Revista Estudos CEBRAP**, n.5, jul./ago./set. 1973.
- BARTH, F. Grupo étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STRAUFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: surgido de grupo étnico e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.
- BARTH, F. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BEBILAQUA, Clovis. **Direito da família**. 7.ed. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- BEILLEVAIRE, Patrick. La familia, instrumento y modelo de la nación japonesa. In: BURGUIÈRE, André et al. **História de la familia: 2 o el impacto de la modernidad**. Madrid: Editorial. Alianza, 1988.
- BEILLEVAIRE, Patrick. O Japão, uma sociedade do lar. In: BURGUIÈRE, André; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; SEGALIN, Martine; ZONABEND, Françoise. **História da família: 2 tempos medievais: Ocidente, Oriente**. Portugal: Terramar, 1986.
- BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens: prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.22, n.107, p.17, out. 1995.
- BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba, v.23, p.5-26, 1974.

BORUSZENKO, Oksana; KUBO, Elivira. **Boletim Departamento História**. UFPR, Curitiba, n.21, p.107, 1974.

BOSCHILIA, R. **Condições de vida e trabalho**: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba, 1996. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

BRAUDEL, Fernand. **Lãs civilizaciones actuales**. Madrid: Tecnos, 1973.

BRINKER, Helmut. **O zen na arte da pintura**. São Paulo: Pensamento, 1987.

BROW, Dale M. (Diretor da série). **Nações do mundo**. Japão. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1988.

CARDOSO, J. A.; NADALIN, S.O. Os meses e dias de casamento no Paraná: século XVIII, XIX e XX. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.3, n.5, p.105-129, 1982.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

CARVALHO, Darcy. Estratégias econômica e condicionantes geopolítica do desenvolvimento japonês. In: MYAZAKI, Nobue. **A cultura japonesa pré-industrial aspectos sócio-econômicos**. São Paulo: EDUSP, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.5, 1991.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba, 1994

CROUZET, Maurice. **História geral da civilização**: século XVIII. São Paulo: Difel, 1957. v.11.

CROUZET, Maurice. **História geral da civilização**: século XIX. São Paulo: Difel, 1961. v.6.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/Editora USP, 1986.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilidade e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Revista Educação & Sociedade**, Ano XXI, n.72, ago./2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito. Imigração e educação: algumas questões para a história da educação em São Paulo. In: Congresso Brasileiro de História e Educação, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, de 6 a 9 de novembro de 2000.

DEZEM, Rogério. **Inventário Deops**: módulo III, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUARTE, Adriano Luiz. A criação do estranhamento e a construção do Estado público: os japoneses no Estado Novo. **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul./dez. 1997.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1991.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

GAARDER, Jostein et al. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

GROSSI, Yonne de S.; FERREIRA, Amauri C. Razão narrativa: significado e memória. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n.4, p.31, jun. 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

HATANAKA, Maria Lúcia Eiko. **O processo judicial da Shindo-remmei**: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Fundação Japão, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. 2.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

KOCH, Walter. A escola evangélica teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida. **Etnia e educação**: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFCS; Ed. Tubarão; Ed. Inisul, 2003.

KOLTAI, Caterina. **Política e psicanálise**: o estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.

KUBO, Elvira Mari. Michie Akama: uma educadora na sociedade nipo-brasileira. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 15., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH, 1995. p.225-229.

KUMASAKA. Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

LASSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

MAEYAMA, Takasi. O antepassado, o Imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil Rural (1908-1950). In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Guairá, 1953.

MASAHIDE, Bito; WATANEBE, Akio. **Um perfil cronológico da história japonesa**. Japan: International Society for Educational Information, s/d.

MATA, Milton da. Urbanizações internas. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

MELLO, Lúcia Wollet de. Costumes matrimoniais entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.8, n 2, p.145-146, 1960.

MICHAELE, F. Antonio. Formação étnica do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTRANJEIROS. El Japón em transición: cien años de modernización. Japão, 1968.

MIYANO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. USP, 1980.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

- MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MORI, Koichi et al. **Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- MORSE, E. S. **Lares japoneses: seus jardins e arredores**. Rio de Janeiro: Nórdica, [199-].
- MOURA, Hélio A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Construção e 'desconstrução' de uma cultura imigrante: reconstituição de famílias, atribuição de nomes de batismo e identidade étnica: século XIX e XX**. Projeto de Pesquisa, processo CNPq 30.0681/79.8.
- NADALIN, Sergio Odilon. Imigração e colonização alemã na obra de Romário Martins. In: **Anais do Colóquio de Estudos Regionais**, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. Boletim n.21, Curitiba, 1974.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SEED, 2001.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa: na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Massao Ohn, 1984.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Assistência espiritual ao imigrante católico japonês. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 11. 1991, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPH, 1991.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Início da imigração: a chegada da primeira leva. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.39, 1995.
- NOSSO SÉCULO 1930/1945. **Anos de transição**. 1.^a Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- NOSSO SÉCULO 1945/1960. **A era dos partidos**. 2.^a Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- OGUIDO, Homero. **A saga dos japoneses no Paraná**. 2.ed. Curitiba: Gráfica Ipê, 1988.
- OLIVEIRA, Antônio Xavier. Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto. **Rev. Imig. Col.**, Rio de Janeiro, v.4, n.2-3, p.234-54, maio/set. 1963.
- ONO, Morio. De colono a pequeno produtor: considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- OSHIMA, Hitoshi. **O pensamento japonês**. São Paulo: Escuta, 1991.
- OZAKI, André Masao. **As religiões japonesas no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, São Paulo, v.3, n.3, p.118, jun. 2000.

PERES, Elena Pájaro. Proverbial hospitalidade? A revista de imigração e colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul./dez. 1997.

PETRONE, M. T. S. Imigração. In: BORIS, Fausto. **O Brasil republicano**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.95. v.2.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

POUTIGNAT, P.; STRAIF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: surgido de grupo étnico e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba**. Curitiba: PMC, 1995

RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Daryll. **Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

REZENDE, Tereza Hatue de. **Os japoneses no Paraná**. Mostra Comemorativa dos 100 anos de amizade Brasil-Japão. Curitiba, 1995.

SAITO, Hiroshi. Participação, mobilidade e identidade. In: SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SAITO, Toshiaki. Brasileiros e japoneses, confronto de identidade. **Boletim do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil**, São Paulo, n.31, junho 1991.

SAKATA, Hideharu; WAKISAKA, Katsunori. **Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SAKURAI, Célia. **Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses pós-guerra e os antigos imigrantes**. Comunicação apresentada no GT História Demográfica. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAL. Campinas (SP), 2004.

SATO, Lílian Hassami. **A imigração japonesa para o Norte do Paraná**. Londrina: UEL, 1999.

SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. (Depoimento a Cláudio Seto e Gilberto Hara. Curitiba, 20 de janeiro de 1995)

SEYFERTH, Giralda. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. **Revista História: Questões & Debate**, Curitiba, Ano 10, n.18 e 19, jun./dez. 1989.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Marli Pirozilli Navalho. A memória e o esquecimento humano. **Revista de Estudo e Comunicação**, São Paulo, v.6. p.70, jun. 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

STOCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZUKI, Teiiti. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.39, 1995.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra, 1939-1945**. Inventário Deops: módulo III, japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

TAZAWA, Yutaka. **História cultural do Japão: uma perspectiva**. 2.ed. Japão: Ministério dos Negócios Estrangeiro do Japão, 1985.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro (Coord.) et al. **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba: Unilivre, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Rumo da pesquisa: uma história da pesquisa e pós-graduação na UFPR**. Curitiba: UFPR, 1998.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

WACHOWCZ, Ruy. **História do Paraná**. 9.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.7, 1968.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

WOORTMA, Ellen F. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade. **Série Antropológica**, Brasília, n.183, 1995.

YAZUN, Daidoji. **O código do samurai (Bushidô)**. Tradução: Marcos Souza e Ivan Shinobu. Rio Pomba (MG): Antítese, 2003.

Referência Colônia

HANDA, Tomoo. Senso estético na vida dos imigrantes japoneses. In: SIMPÓSIO REALIZADO EM JUNHO DE 1968 AO ENSEJO DO 60.º ANIVERSÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL. 1971, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da UFPR.

KOJIMA, Shigrru. O sul do Paraná na história da imigração japonesa. **Boletim do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil**, São Paulo, n.32, p.3, mar. 1992.

KUBO, Elvira Mari. Michie Akama: uma educadora na sociedade nipo-brasileira. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 15., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH, 1995. p.225-229.

MASAHIDE, Bito; WATANABE, Akio. **Um perfil cronológico da história japonesa**. Japão: International Society for Educational Information, s/d.

MITA, CHIYOKO. **Bastos**: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

REZENDE, Tereza Hatue de. **Ryo Mizuno**: saga japonesa em terras brasileiras. Curitiba: SEEC; Brasília, 1991.

SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi**: caminhos percorridos – memorial da imigração japonesa: Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna**: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Depoimentos

Depoimento de C. S. e G. H. Curitiba, 20 de janeiro de 1995.

Depoimento de W. Curitiba, 24 de abril de 1995 (doc. Da Casa da Memória)

Depoimento de T. Y.. Curitiba, 15 de setembro de 2002.

Depoimento de L. K.S.. Curitiba, 25 de setembro de 2002.

Depoimento de T. N. Curitiba, 28 de setembro de 2002.

Depoimento de K. N.. Curitiba, 08 de setembro de 2003.

Depoimento de C. T.. Curitiba, janeiro de 2004.

Depoimento de A. K. Curitiba, janeiro de 2004.

Livros de Memórias

A.S.I. **Samurai da Paz**: saga de um imigrante japonês. Curitiba: [s.n.], 1982.

C.O. **Memória do primeiro primaz da sede missionária do Brasil Igreja Tenrikyo**. São Paulo: Sede Missionária do Brasil, 2002.

H.C. **Caminho da Esperança** . Curitiba, 1996.

I.Y. **O filho do imigrante**. Diário da família Y.. Janeiro de 2001.

Jornal

DIÁRIO DA TARDE. São Paulo, 15 abr. 1903.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 4 abr. 1908.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.2776, 06 jul. 1908.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n.3075, 14 abr. 1909.

ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 05 maio 1978.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 03 dez. 1972.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 18 jun. 1993.

IMIM 93, 23 jun. 2001.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 28 out. 1979.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 30 out. 1979.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 31 out. 1979.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 28 maio 1988.

PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 10 jun. 1998.

PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 20 jun. 1998.

PARANÁ SHIMBUN. Londrina, n.1.201, 20 jun. 1998. (Edição Especial).

PARANÁ SHIMBUN. Londrina, 23 jun. 2001. (Edição Especial)

PLANETA ZEN, out. de 2004.

Revista

MORAES, Alceu. Japoneses 80 anos depois. **Caderno do Paraná**, 02/03 abr. 1988.

Documentos

Carta enviada ao Diretor da Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, Sr. Major Luiz Ferraz, em 25 de fevereiro de 1911. Paraná Shimbun, 20 de junho de 1998.

Carta enviada ao Diretor da Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, Sr. Major Luiz Ferraz, em 22 de fevereiro de 1911. Paraná Shimbun, 20 de Junho de 1998.

Delegacia de Ordem Política e Social, processo – Prontuário n.º 1576 (cx. 356) Arquivo Público do Estado do Paraná.

Delegacia de Ordem Política e Social, processo n.6875 – Prontuário n.º 3549 (cx. 483) Arquivo Público do Estado do Paraná.

Departamento do Interior e Justiça – Registro de Naturalização, p.53, n.84. Decreto de Armando Soichi Iwaya, 27 de Junho de 1950 – Certificado de Naturalização. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Documento do Shindô Renmei, citado pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna**: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Prontuário n.º 24071, In: TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Prontuário n.º 27627. In: TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Prontuário n.º 46363. In: TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

QUADRO 2 – Ministério do trabalho e Previdência Social. DNMO – Divisão de Migração. Resenha de imigração, por nacionalidade, de 1819 a 1970.